

Relatório de Atividades 2021



Ficha Técnica

Relatório de Atividades - 2021

Edição

Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM

Rua das Pretas n.º 1

9004-515 Funchal

Telf. 291212300, Fax 291281421

iasaude@iasaude.madeira.gov.pt

<http://www.iasaude.pt>

Funchal, abril 2022

ÍNDICE

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Metodologia de elaboração do relatório	3
1.2. Missão	4
1.3. Atribuições	4
1.4. Caracterização	6
1.5. Objetivos estratégicos	7
2. ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
2.1. Recursos Humanos	8
2.2. Recursos Financeiros	9
2.2.1. Orçamento	9
2.2.2. Alterações orçamentais.....	10
2.2.3. Execução orçamental	11
2.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades	12
2.3.1. – Departamento de Administração Geral (DAG)	12
2.3.1.1. – Direção de Administração e Recursos Humanos (DARH).....	12
2.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC).....	22
2.3.2.1. – Direção de Gestão Financeira (DGF)	22
2.3.2.2. – Direção de Contratualização (DC)	26
2.3.3 – Departamento de Sistemas de Informação e Comunicação (DSIC).....	41
2.3.3.1 – Direção de Sistemas de Informação.....	41
2.3.4. – Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)	45
3. Modernização Administrativa	48
4. Avaliação Final.....	50
5. ANEXOS.....	52

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O presente relatório foi elaborado nos termos do DL n.º 183/96, de 27 de setembro e visa dar a conhecer as principais atividades desenvolvidas no ano de 2021, alinhadas com os objetivos estratégicos do IASAÚDE, IP-RAM, em articulação com o Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho dos serviços da Administração Pública (SIADAP – RAM 1).

Demonstra de forma quantitativa e qualitativa, a alocação dos recursos disponíveis, quer humanos quer financeiros e ainda, o nível de execução e o grau de cumprimento dos objetivos definidos pelas respetivas Unidades Orgânicas.

O Relatório de Atividades, é então o resultado do contributo e da participação ativa de todas as unidades orgânicas e reflete a capacidade de resposta aos desafios que lhes são colocados.

1.1. Metodologia de elaboração do relatório

Para a elaboração deste documento foi solicitado, por mail, a todas as unidades orgânicas os respetivos contributos, por forma a dar início a este ciclo de autoavaliação, anexando o modelo em uso com as atividades referenciadas no Plano de Atividades aprovado.

Em cada uma das fases do processo, os colaboradores são convidados a intervir de forma ativa, por forma a fomentar e assegurar a sua efetiva participação, conforme determina o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de setembro.

Cada Departamento/Unidade Orgânica efetuou a sua análise qualitativa e quantitativa, fundamentando quando necessário, a realização do objetivo ou no caso de incumprimento de atividades, ações e/ou projetos, as causas da não execução ou de resultados insuficientes.

A informação obtida é sistematizada e harmonizada em articulação com as unidades orgânicas, tendo sido objeto de reanálise e correção pelas mesmas, sendo posteriormente consolidada num documento final.

1.2. Missão

De acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2020/M, de 16 de novembro, o IASAÚDE, IP-RAM tem por missão assegurar a gestão dos recursos financeiros, humanos, da formação profissional, das instalações e equipamentos, dos sistemas e tecnologias de informação do Serviço Regional de Saúde e dos serviços da administração direta no domínio da Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil, (SRS).

1.3. Atribuições

São atribuições do IASAÚDE, IP - RAM:

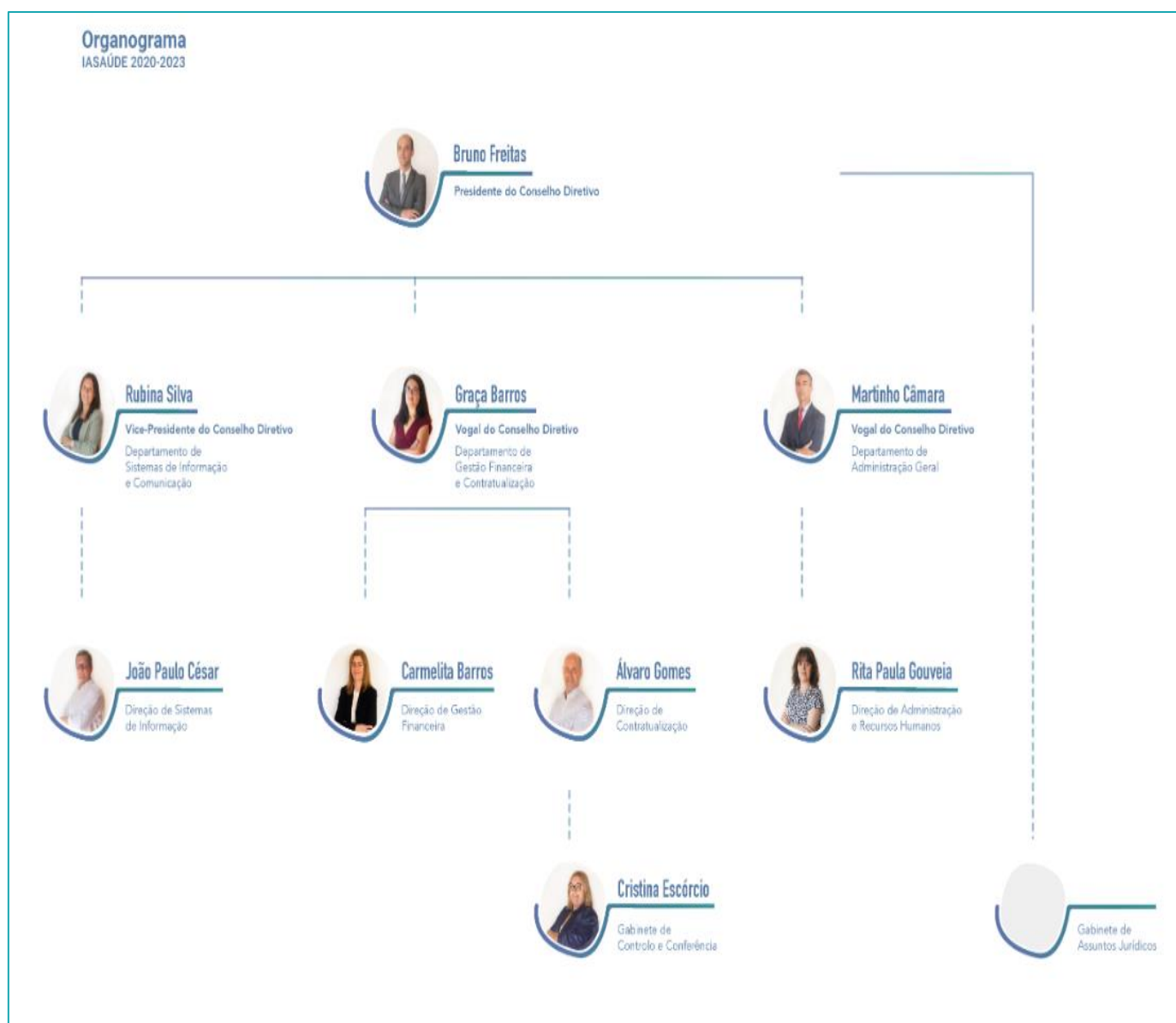
- Coadjuvar a Secretaria Regional da Saúde e Proteção Civil, (SRS), na definição de políticas no domínio da contratação da prestação de cuidados de saúde no Sistema Regional de Saúde e a respetiva normalização, regulamentação, acompanhamento, auditoria e inspeção;
- Apoiar financeira e contratualmente a atividade da SRS na área da Saúde;
- Coordenar, monitorizar e controlar as atividades da SRS para a gestão dos recursos financeiros afetos ao Serviço Regional de Saúde, designadamente estudar e propor modelos de financiamento do Serviço regional de Saúde, definir normas e orientações sobre modalidades para obtenção, distribuição e aplicação dos recursos financeiros, bem como de avaliação de custos e definições de preços das instituições e serviços integrados no Serviço Regional de Saúde;
- Coordenar e acompanhar a gestão da Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados em articulação com os demais organismos competentes;
- Elaborar, difundir e apoiar a criação de instrumentos de planeamento financeiro no Sistema Regional de Saúde;
- Apoiar as atividades da SRS, na definição e desenvolvimento de políticas de recursos humanos na saúde, designadamente, adaptando normas e orientações relativas a profissões, exercício profissional, registo de profissionais, bases de dados de recursos humanos, bem como realizar estudos conducentes à caracterização dos recursos humanos, das profissões e exercícios profissionais no setor da saúde;

- Assegurar a prestação centralizada de atividades comuns nas áreas dos recursos humanos e financeiros para os serviços da SRS integrados na administração direta do estado, bem como coordenar a formação profissional intersectorial para os organismos da SRS;
- Coordenar o internato médico na Região, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos específicos, em articulação com as necessidades formativas do SESARAM, EPERAM, nos termos da lei;
- Coadjuvar a SRS, na elaboração dos contratos-programa a celebrar com o SESARAM, E.P.E. e proceder à transferência dos recursos financeiros para esta entidade pública empresarial, em conformidade com as dotações previstas no contrato-programa;
- Efetuar o controlo da gestão através da avaliação continuada dos indicadores de desempenho e da prática das instituições e serviços do Sistema de Saúde, bem como desenvolver e implementar modelos de gestão de risco económico-financeiro para o Sistema de Saúde;
- Coadjuvar a SRS na celebração, acompanhamento e revisão de acordos, protocolos e convenções com profissionais liberais e entidades privadas de saúde, com ou sem fins lucrativos em articulação com o SESARAM, EPERAM e a respetiva capacidade instalada;
- Proceder à comparticipação aos utentes, dos encargos resultantes da prestação de cuidados de saúde ao abrigo designadamente de acordos, protocolos ou convenções celebradas com entidades privadas de saúde, nos termos dos regulamentos em vigor;
- Orientar e informar sobre os procedimentos e inscrições respeitantes ao subsistema da ADSE, no âmbito da administração regional autónoma da Madeira;
- Assegurar o regular funcionamento da junta médica da ADSE;
- Apoiar as atividades da SRS na gestão da rede de instalações e equipamentos tendentes à melhoria e desenvolvimento equilibrado dessa rede no território regional, bem como elaborar a carta regional de instalações e equipamentos;
- Apoiar a SRS na definição e normalização dos sistemas de informação e comunicação adaptados às necessidades do Sistema Regional de Saúde;

1.4. Caracterização

Com a publicação do Decreto Legislativo Regional n.º 15/2020/M, de 16 de junho, diploma que procedeu à alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2008/M, de 23 de junho, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 10/2011/M, de 27 de abril, e 14/2012/M, de 9 de julho, a estrutura orgânica do IASAÚDE, IP-RAM e as competências sofrem nova alteração por força da criação da Direção Regional de Saúde.

Figura 1 - Organograma IASAÚDE



1.5. Objetivos estratégicos

O IASAÚDE, IP - RAM no âmbito da sua missão, traçou os seguintes 6 objetivos estratégicos que definem a sua estratégia:

1. Contribuir para a universalidade e melhoria do acesso à população a Cuidados de Saúde, otimizando a articulação entre os instrumentos de financiamento e contratualização, assente na relação de complementaridade entre o setor público e privado.
2. Reforçar os mecanismos de monitorização e desempenho económico-financeiro alicerçados numa política de rigor, avaliação de resultados, qualidade e eficiência.
3. Prever e consolidar a gestão estratégica dos recursos humanos e financeiros necessários à prossecução dos objetivos dos serviços internos e de administração direta no domínio da SRS.
4. Implementar Sistemas de Informação facilitadores da gestão e do acesso aos cuidados de saúde, assentes em princípio de transparência, eficiência, equidade e responsabilidade social.
5. Promover a valorização e melhoria de competências dos profissionais afetos aos serviços da SRS.
6. Criar mecanismos de melhoria e simplificação de processos internos de planeamento e controlo, gestão, decisão e comunicação, num contexto de maior agilidade organizacional, inovação e modernização de serviços.

2. ANÁLISE DOS RECURSOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

2.1. Recursos Humanos

De acordo com os dados obtidos através do Balanço Social, em 31 de dezembro de 2021, o IASAÚDE, IP – RAM dispunha de um total de 86 trabalhadores, em efetivo serviço de funções. Para a obtenção deste valor, não são contabilizados os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e aqueles que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

O vínculo de relação jurídica e emprego predominante é, sem dúvida, o contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com 94,18% (81 trabalhadores) do total de efetivos, sendo que nas restantes modalidades apresenta apenas 8,82 % (5 trabalhadores) do universo de trabalhadores

Recursos Humanos	Dirigente	Técnico superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Carreiras e categorias subsistentes	Carreiras e Corpos especiais	Médicos	Enfermagem	O T u o t t r a o l s	
Totais efetivos	H	4	4	9	4	0	0	0	0	7 28
	M	5	10	28	8	7	0	0	0	0 58
	T	9	14	37	12	7	0	0	0	7 86
Contrato por tempo indeterminado	H	2	4	9	4	0	0	0	0	7 26
	M	3	9	28	8	7	0	0	0	0 55
	T	5	13	37	12	7	0	0	0	7 81
Outros	H	2	0	0	0	0	0	0	0	0 2
	M	2	1	0	0	0	0	0	0	0 3
	T	4	1	0	0	0	0	0	0	0 5

Tabela 1 - Trabalhadores por cargo/carreira, segundo a modalidade de vínculo e género.

2.2. Recursos Financeiros

2.2.1. Orçamento

O orçamento inicial do IASAÚDE, IP-RAM para o ano de 2021 ascendeu aos 431.484.508,00€, sendo financiado em 96,42% por transferências do Orçamento da Região Autónoma da Madeira (ORAM).

Atenta à sua função de financiador do Sistema Regional de Saúde, do orçamento do IASAÚDE, IP-RAM para 2021, 301.772.828,00€, cerca de 70%, destinavam-se a financiar o SESARAM, EPERAM.

A segunda rubrica com maior expressão do orçamento da despesa referia-se à aquisição de bens e serviços, no montante de 120.597.946,00€, representando cerca de 27,95% do total, sendo que destes, 82.512.602,00€, cerca de 68%, respeitavam a funções diretamente ligadas à saúde, nomeadamente prestação de cuidados de saúde, comparticipação de medicamentos, Rede de Cuidados Continuados Integrados, e reembolsos. De referir ainda que nesta rubrica estavam previstos 31.674.330,00€ destinados a financiar despesas diretamente associadas à contingência Covid-19.

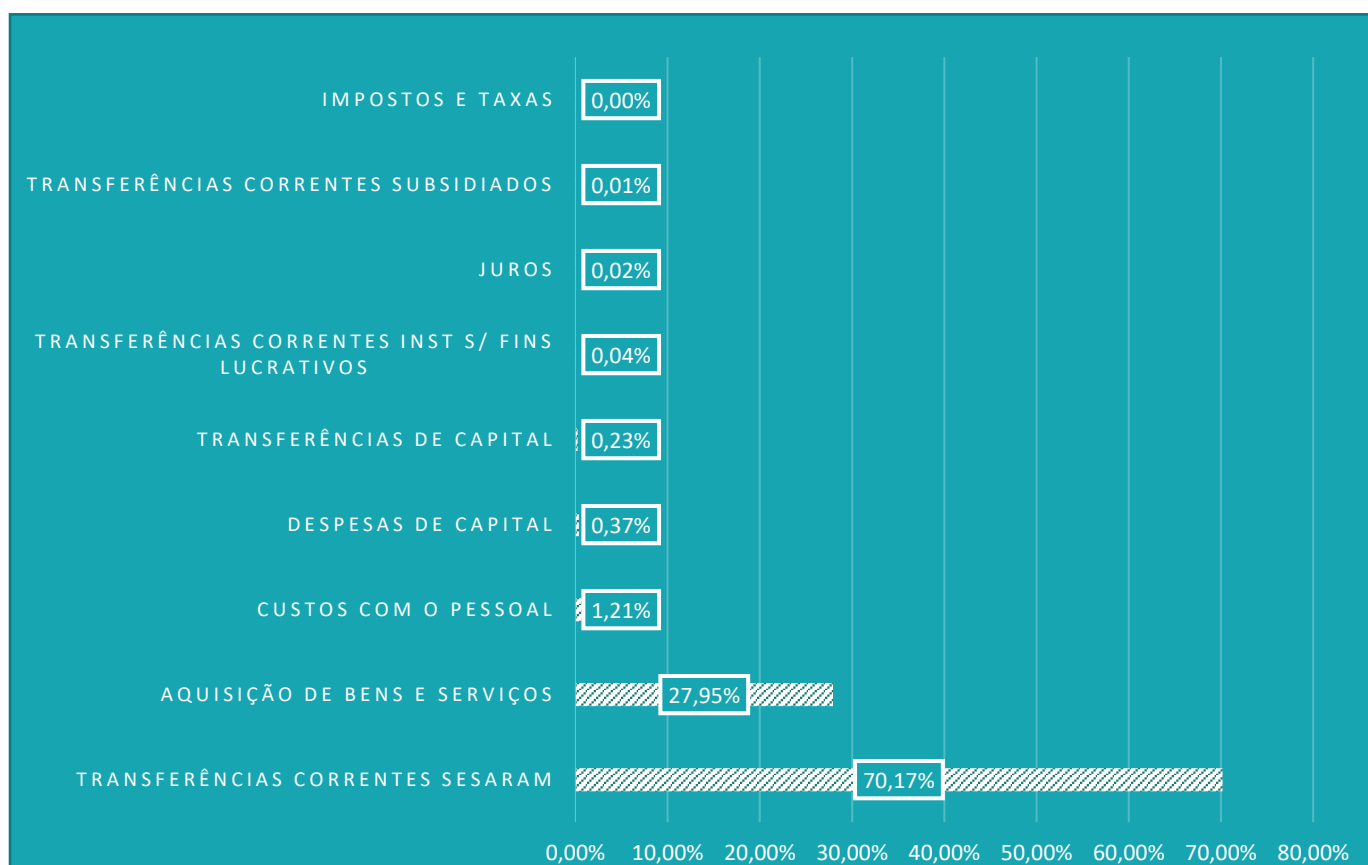


Gráfico 1 – Composição do orçamento inicial da despesa

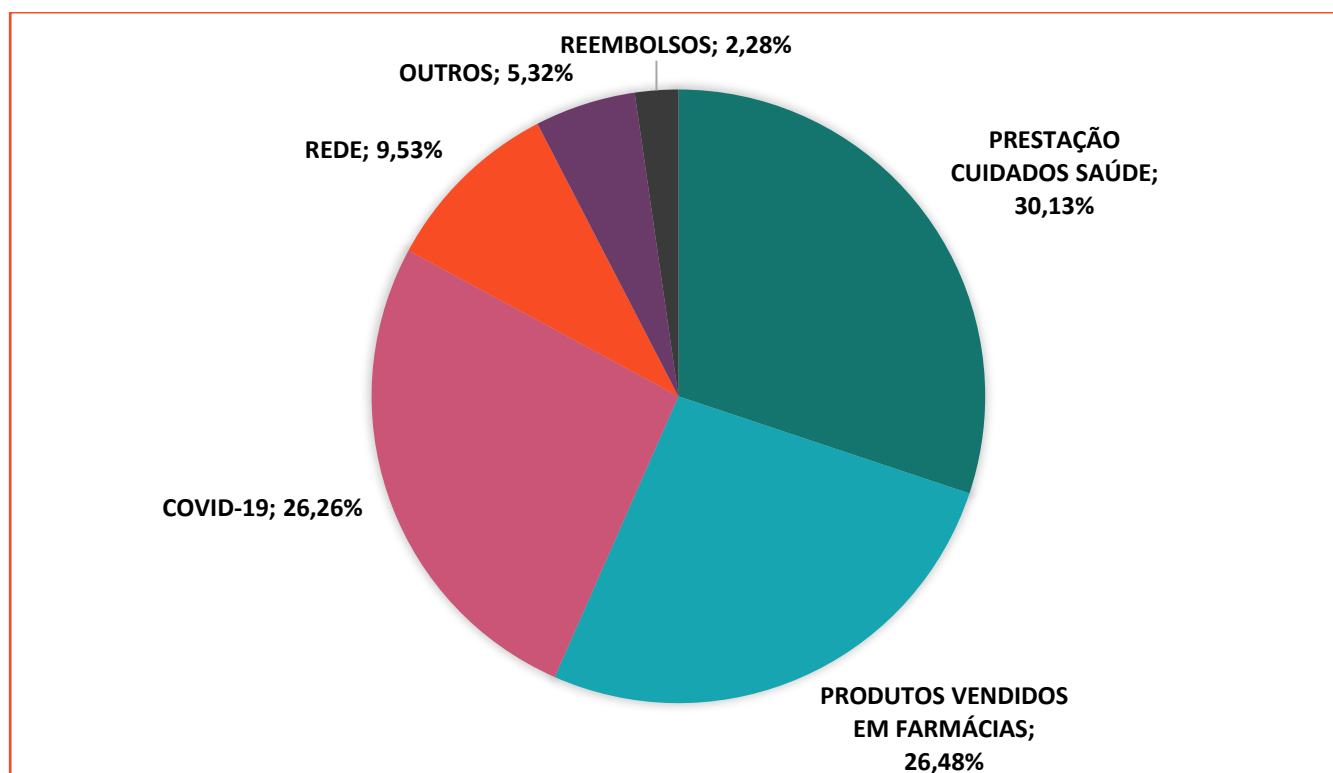


Gráfico 2 – Orçamento inicial Aquisição de Bens e Serviços

2.2.2. Alterações orçamentais

Decorrente da atividade do IASAÚDE, IP-RAM, ao longo do ano verificaram-se diversas alterações orçamentais decorrentes de reforços e anulações, e ainda créditos especiais provenientes do Orçamento da Região Autónoma da Madeira, que resultaram num orçamento corrigido de 496.226.558,00€. Tal como no orçamento inicial, 96,37% do orçamento corrigido seria suportado por transferências do orçamento da RAM.

Tal como previsto no orçamento inicial, a maior parte do orçamento da despesa do IASAÚDE, IP-RAM, cerca de 71,27%, destinava-se ao financiamento do Contrato Programa celebrado com o SESARAM, EPERAM.

A segunda rubrica de maior expressão, aquisição de bens e serviços, apresentou uma dotação corrigida de 126.988.420,00€, representando cerca de 25,59% do total da despesa.

De referir que a evolução das medidas de combate à pandemia causada pela Covid-19 influíram estas alterações, sendo que, da dotação corrigida das rubricas de aquisição de bens e serviços, cerca de 14,3M de euros referiam-se à realização de testes de despiste à Covid-19, assim como 9,075M de euros previstos nas transferências correntes para instituições sem fins lucrativos, relativos ao Contrato-Programa celebrado com a Associação Comercial e Industrial do Funchal / Câmara de Comércio e Indústria (ACIF/CCIM).

2.2.3. Execução orçamental

Em 2021 os pagamentos do IASAÚDE, IP-RAM ascenderam a 465.156.198,42€, o que representa uma execução na ordem dos 93,74%.

De referir que as rubricas destinadas ao financiamento da realização da testagem massiva da população, quer no âmbito da aquisição de bens e serviços, quer no âmbito do Contrato Programa celebrado com a ACIF/CCIM careceram de correção da dotação por forma a conformar os contratos da despesa ocorrida em novembro de 2021, aquando do reforço das medidas por parte do Governo Regional, sendo que parte da sua execução transitou para 2022.

De referir ainda que, dos 353M de transferências correntes para o SESARAM, EPERAM, 103.436.339,60€, cerca de 29%, destinaram-se a cobrir despesas associadas à contingência Covid-19.

<i>Rubrica</i>	<i>Dotação Corrigida</i>	<i>Executado</i>	<i>% Execução</i>
<i>Transferências correntes SESARAM</i>	353 643 362,00 €	353 328 136,13 €	99,91%
<i>Aquisição de bens e serviços</i>	126 988 420,00 €	103 238 738,15 €	81,30%
<i>Transf. correntes Inst S/ Fins Lucrativos</i>	9 218 676,00 €	3 577 938,06 €	38,81%
<i>Custos com o pessoal</i>	3 689 883,00 €	3 295 857,33 €	89,32%
<i>Despesas de capital</i>	1 364 064,00 €	518 844,93 €	38,04%
<i>Transferências de capital</i>	977 118,00 €	977 117,96 €	100,00%
<i>Transferências correntes Subsidiados</i>	190 274,00 €	65 241,11 €	34,29%
<i>Juros</i>	153 745,00 €	153 309,79 €	99,72%
<i>Impostos e taxas</i>	1 016,00 €	1 014,96 €	99,90%
	496 226 558,00 €	465 156 198,42 €	

Tabela 2 – Execução do orçamento da despesa

2.3. Análise das atividades desenvolvidas pelas Unidades

2.3.1. – Departamento de Administração Geral (DAG)

O Departamento de Administração Geral (DAG) compreende duas unidades operacionais, a Direção de Administração e Recursos Humanos (DARH) e o Núcleo de Projetos de Fundos Comunitários.

2.3.1.1. – Direção de Administração e Recursos Humanos (DARH)

A Direção de Administração e Recursos Humanos compreende:

- A unidade técnica de apoio à DARH;
- A unidade técnica de instalações e equipamentos;
- A secção de recursos humanos;
- A secção de expediente;
- A secção de vencimentos;
- A secção de formação profissional;
- A secção de divulgação e documentação;
- A secção de apoio ao internato médico;
- A secção de apoio operacional;
- A secção de apoio às juntas médicas da ADSE.

Para o ano de 2021, esta Direção previu e estabeleceu 11 atividades, tendo superado 4, atingido 6 e não superado 1.

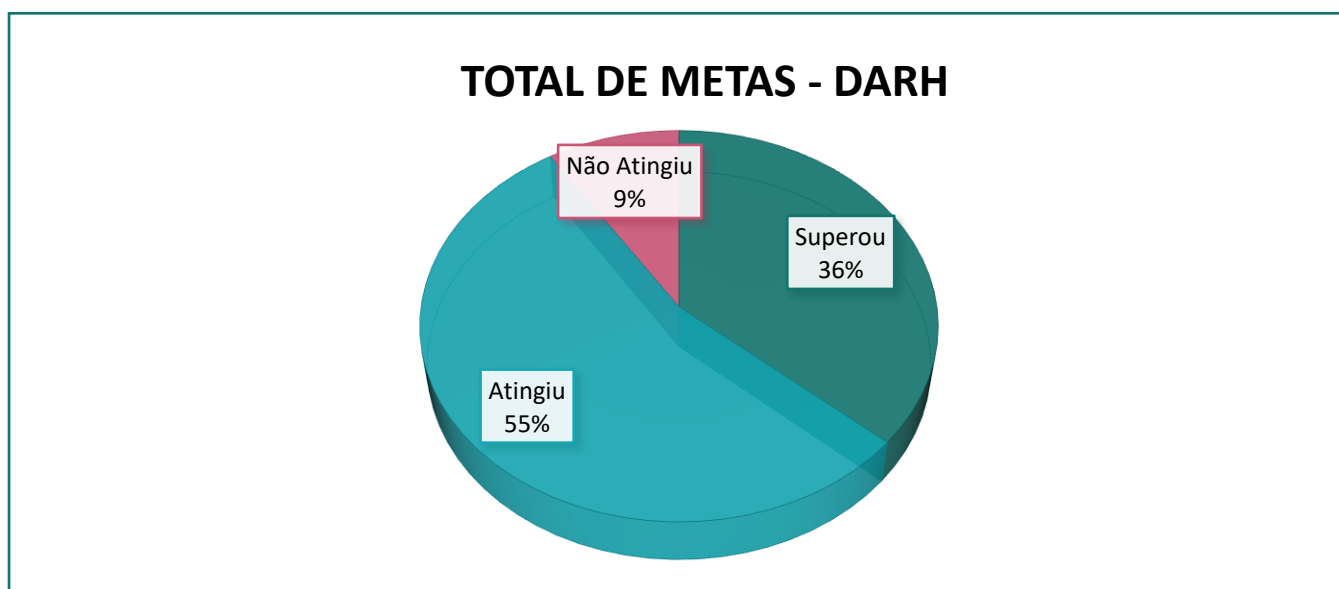


Gráfico 3 – Total de metas - DARH

Principais resultados alcançados:

Objetivo Operacional 1 – Garantir uma adequada gestão e administração dos recursos humanos

A este objetivo operacional estão afetas as 5 atividades estratégicas:

AE 1- Elaboração do mapa anual de orçamentação de recursos humanos;

AE 2- Assegurar a eficiência no processamento dos vencimentos e afins;

AE 3 – Promover a formação profissional fomentando o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores;

AE 4 -Promover a valorização contínua dos recursos humanos;

AE 5 – Promover a utilização de horários e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal.

Resultados:

AE1 – Atividade atingida. O orçamento dos Recursos Humanos foi apresentado rapidamente e atempadamente desencadeada a instrução do processo;

AE2 – Atividade atingida, graças à otimização dos processos;

AE3 – Atividade superada, considerando a eficiência da dinamização do procedimento da formação profissional

AE4 – Atividade atingida. O processo de avaliação do desempenho foi aplicado a 100% dos trabalhadores com cumprimento dos prazos.

AE5 – Atividade atingida. Os processos foram instruídos com toda a informação de base que suporta o despacho.

Objetivo Operacional 2 – Controlo dos procedimentos no âmbito do internato médico

A este objetivo operacional estão associadas 2 atividades estratégicas

AE 1 - Garantir resposta a pedidos de informação internos dentro do prazo solicitado;

AE 2 - Garantir resposta a pedidos de informação externos dentro do prazo solicitado

Resultados:

AE1 – Atividade superada. Graças ao esforço para superar o prazo estabelecido;

AE2 – Atividade superada. Graças ao esforço para superar o prazo estabelecido.

Objetivo Operacional 3 – Coordenar, controlar e acompanhar a gestão documental, arquivo e divulgação

A este objetivo estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 – Garantir a máxima organização e atualização do arquivo

AE 2 – Assegurar uma rápida circulação dos documentos que dão registo de entrada e seguem o circuito documental

Resultados:

AE1 – Atividade atingida, graças ao bom trabalho e dinâmica da equipa;

AE2 – Atividade atingida devido ao bom trabalho e dinâmica da equipa;

Objetivo Operacional 4 - Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos de aquisição de bens e serviços:

AE 1 – Promover os procedimentos de aquisição de bens e serviços de acordo com as necessidades manifestadas pelas unidades orgânicas;

AE 2 – Apresentação ao Conselho Diretivo de um relatório semestral das aquisições no âmbito da contratação pública.

Resultados:

AE 1 – Atividade Superada, graças à eficaz resposta na instrução correta dos processos em articulação com a área jurídica;

AE 2 – Atividade não atingida dado os constrangimentos devido ao contexto pandémico quer pela escassez de recursos humanos afetos a esta área.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir uma adequada gestão e Administração dos Recursos Humanos	5	1	4	-
Controlo dos procedimentos no âmbito do Internato Médico	2	2	-	-
Coordenar, controlar e acompanhar a gestão documental, arquivo e divulgação	2	-	2	-
Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos de aquisição de bens e serviços	2	1	-	1
TOTAL	11	04	06	01

Tabela 3 – Principais resultados alcançados pela DARH;

O quadro acima sintetiza todas as atividades dos 4 grandes objetivos operacionais da DARH.

No entanto, importa fazer um breve resumo de contextualização das atividades em contexto pandémico, destacando aquelas que pela sua natureza foram mais difíceis de superar pela sua complexidade a par com a observância das restrições e medidas de saúde pública implementadas.

Ainda que o serviço tenha sido forçado a redefinir estratégias atenta a necessidade de ajustamentos ou adaptação a novos contextos, fruto da conjuntura pandémica que surgiu em 2020, ainda assim foi possível dar uma resposta eficaz e continuidade às atividades visando o cumprimento das atribuições, de acordo com as orientações superiores.

Assim sendo, foram assegurados os procedimentos no âmbito da orçamentação de recursos humanos garantindo-se, nomeadamente, o processamento de vencimentos e demais abonos e descontos, na sequência da correta instrução documental dos processos de assiduidade, horas de trabalho suplementar, abonos de família, descontos para a ADSE, CGA e Segurança Social. De realçar que a estreita colaboração entre as unidades orgânicas de pessoal e vencimentos foi essencial, na medida em que os constrangimentos decorrentes da divisão do serviço acarretaram novos contratempos face à disparidade,

na prática, de procedimentos distintos nas práticas de trabalho adotadas. Trata-se de 2 serviços, um instituto público integrado na administração indireta e uma Direção Regional integrada na administração direta. Ao nível da autonomia administrativa os procedimentos de cada um são distintos, o que se traduz, em termos de recursos humanos, num acréscimo de processos com instruções de trabalho completamente diferentes.

Apenas salientamos alguns objetivos e metas alcançadas.

OO1. Garantir uma adequada gestão e administração dos Recursos Humanos

AE 3 Promover a Formação Profissional fomentando o desenvolvimento pessoal e profissional dos trabalhadores

No que respeita ao regime de Formação Profissional na Administração Pública, foram desenvolvidas ações de formação previstas e que constavam do plano anual mesmo com as contingências provocadas pela pandemia. Assim, foi garantida a realização das ações de formação destacando-se a importância da formação profissional numa organização. No segundo ano de ação condicionada pela presença do coronavírus voltou a verificar-se o recurso à formação à distância que já surge, assim, como uma alternativa ao modelo presencial.

OO1. Garantir uma adequada gestão e administração dos Recursos Humanos

AE 5 Promover a utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal

O IASAÚDE não descurou a observância das medidas que potenciam o equilíbrio entre a vida familiar e a profissional, com a criação de mecanismos que possibilitassem o exercício de funções em regime de teletrabalho e outras no âmbito do horário de trabalho flexível em prática no IASAÚDE. De salientar também a realização de reuniões através de plataformas digitais.

OO4 – Assegurar a gestão administrativa dos procedimentos de aquisição de bens e serviços

AE 2 Promover os procedimentos de aquisição de bens e serviços de acordo com as necessidades manifestadas pelas unidades orgânicas.

AE 3 Apresentação ao Conselho Diretivo de um relatório semestral das aquisições no âmbito da contratação pública

A par da implementação de várias medidas de resposta pública, durante o ano de 2021 houve, efetivamente, um grande impacto nos procedimentos relativos à contratação pública. Em tempo recorde foram celebrados contratos vários em resposta urgente e inadiável a situações causadas pela crise pandémica na região, com o objetivo primordial de salvaguardar as orientações das autoridades de saúde e o bem-estar da população. A DARH, por força das recentes alterações orgânicas, passou a ter como competência “assegurar e promover os procedimentos de aquisição de bens e serviços, sempre que necessário e adequado ao funcionamento do IASAÚDE”. Foi um desafio acrescido conseguir dar resposta atempada às solicitações superiores no sentido de avançar com os processos e a realidade permanente da DARH contar para além do dirigente, em termos de recursos humanos com autonomia e competência técnica, somente com um técnico superior.

Importa, por isso, realçar que a atividade AE2, do objetivo operacional 004 efetivamente não foi atingida pela avalanche de pedidos que constantemente iam chegando para dar início aos procedimentos. Foi verdadeiramente uma altura difícil neste contexto de grande procura pela melhor resposta possível o que impossibilitou a realização atempada do relatório semestral das aquisições no âmbito da contratação pública.

Por outro lado, podemos afirmar que os resultados alcançados espelham de forma inequívoca, o empenho e envolvimento de todos os que trabalham na DARH.

Da análise global do desempenho desta unidade orgânica, os resultados alcançados foram muito positivos:

- 6 atividades cumpridas;
- 4 atividades superadas;
- 1 atividade não cumprida.

Formação Profissional

No ano de 2021, O IASAÚDE, no âmbito das suas competências em matéria de formação profissional, deu continuidade à atividade formativa iniciada em 2018, promovendo ações de formação intersectorial, abrangendo todos os serviços da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e nas diversas categorias.

Por outro lado, também ocorreu o termo do projeto formativo candidatado no âmbito do Programa Madeira 14-20, em maio. Atendendo à situação pandémica pela qual estamos a passar, foi efetuado um

Pedido de Alteração, tendo sido submetido e aprovado pelo FSE, para a realização de 3 ações de formação, de acordo com o Plano de Formação previamente definido e aprovado pelo Exmo Senhor Secretário Regional de Saúde e Proteção Civil.

De seguida, será efetuado o descrito de toda a atividade formativa referente aos trabalhadores do IASAÚDE, IP-RAM. Para o efeito foram contabilizados os trabalhadores que, entretanto, transitaram para a DRS.

Para a dinamização do processo formativo, foi efetuado um procedimento de contratação pública, por ajuste direto do regime simplificado, com a empresa DTIM, pelo valor de 5.080,00€.

No entanto e com o decorrer do ano, e atendendo ao regime de exceção comunicado pelo Instituto para a Qualificação, IP-RAM, as entidades poderiam, nesta fase, poder ministrar formação à distância, mesmo não tendo certificação nessa área.

Ações de formação que decorreram em 2021.

No âmbito das alterações efetuadas, foram então dinamizados dois cursos e três ações, de acordo com a tabela, infra o que representou um volume de formação de 1218h.

Formação Profissional dinamizada pelo IASAÚDE

Ação de formação	Nível	Carga horária	N. de formandos	Formandos efetivos
Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão	VI	14	20	21
Gestão de conflitos e relações interpessoais	III	21	20	20
Código dos Contratos Públicos – ação 2	VI	28	15	18
Total			55	59

Tabela 4 – Ações de formação promovida pelo IASAÚDE

Em todas as ações, participaram formandos do IASAÚDE, de diversas unidades orgânicas.

<i>Ação de formação</i>	Unidade Orgânica	N. de formandos
<i>Desenho e Implementação de Indicadores de Apoio à Decisão</i>	CD	1
	DARH	1
	DC	1
	GCC	1
<i>Gestão de conflitos e relações interpessoais</i>	DARH	1
	DGF	1
	GCC	2
<i>Código dos Contratos Públicos – ação 2</i>	CD	1
	DARH	1
	DGF	3
	GAJ	1
	TOTAL	14

Tabela 5 – Participação por unidade orgânica

Formação Profissional por iniciativa individual

Relativamente a esta modalidade de formação e de acordo com os documentos constantes tivemos também redução no número de pedidos para realizar autoformação.

Unidade Orgânica	Dispensas autorizadas
UES/Técnico Superior de Saúde	2
UES/TDT Saúde Ambiental	1
TOTAL	12

Tabela 6 – Ações de formação por iniciativa individual

Relativamente a este item, e no que diz respeito aos Técnicos Superiores de saúde afetos à UES, a dispensa foi autorizada em comissão de serviço pois implicava o pagamento de inscrição, no valor de 200,00€ cada.

Outras Iniciativas formativas na Administração Pública

No âmbito das suas competências, a Vice-Presidência, promove, através da Direção Regional da Administração Pública e da Modernização Administrativa, ações de formação para os trabalhadores da

Administração Pública. Este ano, a DRAPMA foi também interlocutora do INA, IP na realização das ações promovidas por aquela entidade e que foram abertas aos trabalhadores com e sem vínculo de forma gratuita.

Ação de formação	Unidade Orgânica	Vagas ocupadas
Lei geral do trabalho em funções públicas	CD	1
QUAR - Quadro de Avaliação e Responsabilização (SIADAP 1) e Controlo Interno	CD DARH DFC	1 1 1
Liderança e gestão de equipas	CD	1
Regime da contratação pública: formação do contrato	DARH	1
Regime de parentalidade: proteção na maternidade, paternidade e adoção	DARH	1
Regime de pensões dos trabalhadores que exercem funções públicas	DARH	1
Gestão de projetos - casos de estudo, boas práticas e standards (INA)	DSI GCC	2
Gestão de conflitos e relações interpessoais	DARH GCC DGF	1 2 1
O RGPD na administração pública	DC DSI	1 1
Seminário - As medidas especiais e as alterações ao código dos contratos públicos, introduzidas pela Lei nº 30/2021, de 21 de maio	DGF	1
Total		17

Tabela 7 – Ações de formação promovidas pela DRAPMA

O ano de 2021 foi, novamente, marcado pela não realização de formação não presencial, mantendo-se assim o regime de formação à distância.

Em termos do número de formandos, nas formações promovidas pelo IASAÚDE, participaram 14 colaboradores deste Instituto. Relativamente aos colaboradores que participaram nas ações da DRAPMA, foram 17.

As inscrições, na sua maioria, são por iniciativa individual, como forma de aperfeiçoar e adquirir competências e atualização de conhecimentos.

No âmbito do Programa Madeira 14-20, foram apresentadas despesas no montante de 65.350,00€.

Formação no âmbito da Candidatura ao Programa Madeira 14-20

Para este projeto, no âmbito da candidatura, estava prevista a realização de 40 cursos e 41 ações, para um total de 715 formandos, representando um volume de formação de 15.159 horas, para um montante aprovado de 83.081,28€

Com a alteração, efetuada no âmbito da COVID-19, através do PA, foi reduzido para 32 cursos e 33 ações, 549 formandos e o volume de formação passou para 11568h, para um montante aprovado de 65 355.00€.

Em saldo final, verificou-se uma redução relativamente ao n.º de formandos efetivos que ficou em 426 e uma consequente redução no volume de formação para 9078h. Em termos de montante elegível, obtivemos o montante de 56 721.17 €.

Resultados contratualizados com o FSE

No âmbito deste projeto, a entidade teve de definir os resultados a contratualizar com o FSE através de dois indicadores - de realização e de resultados, de acordo com o Aviso de abertura.

Na tabela seguinte, estão demonstrados os resultados aprovados, bem como aqueles que foram comunicados em sede de saldo final, através da execução física do projeto.

Indicadores	Descritivo	Unidade de medida	Aprovado	Final
Realização	Trabalhadores em funções públicas apoiados em ações de formação direcionadas para a reorganização e modernização	n.º	335	290
Resultado	Trabalhadores em funções públicas que se consideram mais aptos após a frequência da formação	%	76%	80,28%

Tabela 8 – Indicadores contratualizados com o FSE

Apesar de não termos atingido o valor contratualizado na parte correspondente ao indicador de realização, não tivemos qualquer penalização uma vez que atingimos 85% do valor proposto.

2.3.2. – Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC)

O Departamento de Gestão Financeira e Contratualização (DGFC) compreende:

- A Direção de Gestão Financeira (DGF);
- A Direção de Contratualização (DC).

2.3.2.1. – Direção de Gestão Financeira (DGF)

A Direção de Gestão Financeira (DGF) compreende:

- A Unidade Técnica de Gestão Orçamental e Financeira;
- A Unidade Técnica de Controlo Interno;
- A Secção de Contabilidade Orçamental e Financeira;
- A Secção de Aprovisionamento e Stocks;
- A Secção de Tesouraria.

A DGF definiu 3 objetivos operacionais, aos quais foram afetas 9 atividades.

Superou 6 atividades, e atingiu 3 das atividades propostas.

TOTAL DE METAS - DGF

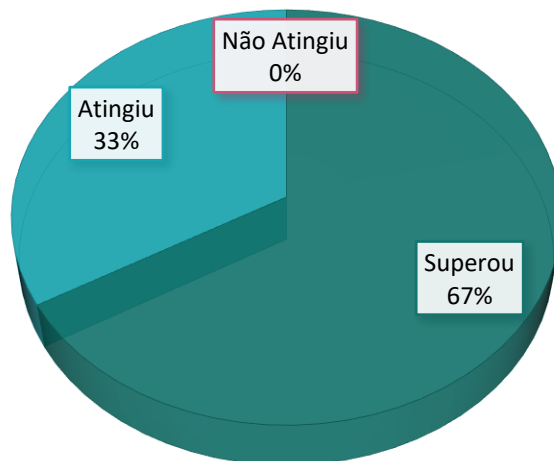


Gráfico 4 – Total de Metas – DGF

PONTO PRÉVIO

A crise pandémica que persistiu no ano de 2021, e as consequentes restrições impostas, em particular, o confinamento nos primeiros meses do ano, obrigou uma vez mais à ajustamentos de métodos de trabalho do IASAÚDE, designadamente a adoção do teletrabalho e à realização de reuniões através de plataformas digitais.

Não obstante estas vicissitudes, a atividade do IASAÚDE, enquanto entidade reguladora e financiadora do Sistema Regional de Saúde (que envolve a componente pública e privada) foi assegurada, em pleno, em resultado da articulação entre os serviços, e do esforço mobilizado por toda a sua equipa.

O ano de 2021 foi especialmente desafiante para a DGF, que no âmbito das suas competências ao nível da gestão financeira e orçamental, exigiu um esforço acrescido de racionalização da despesa, de modo a libertar dotações financeiras para fazer face às medidas implementadas pelo Governo Regional decorrentes da pandemia, nomeadamente à testagem semanal ao COVID-19.

Apesar das adversidades, devido à pandemia de COVID 19, os objetivos previstos por esta unidade orgânica foram, na sua generalidade alcançados, o que reflete o cumprimento da maioria das atividades propostas. Realce-se que o resultado destes objetivos foi fruto do notório empenho e dedicação de toda a equipa da DGF.

Objetivo Operacional 1 – Empoderamento das Pessoas afetas à DGF

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Desenvolvimento das competências e literacia digital.

AE 2 - Promoção de ações de formação internas nas áreas de atuação da DGF.

Resultados:

AE1 – Atividade superada. As tecnologias de informação estão em contínua mutação e evolução, com impacto significativo no dia-a-dia. Neste sentido, foram realizadas ações de sensibilização e formação internas no sentido de aperfeiçoar as competências dos recursos humanos da DGF nesta área, proporcionando uma utilização mais eficaz das novas tecnologias no exercício das suas funções.

AE2 – Atividade superada. Foram promovidas as ações de formação propostas à equipa da DGF, tendo sido, maioritariamente, realizadas através de plataforma digital.

Objetivo Operacional 2 - Promover, avaliar e aperfeiçoar os processos técnicos, financeiros e contabilísticos de suporte das políticas do Conselho Diretivo

A este objetivo operacional estão afetas 4 atividades estratégicas:

AE 1 – Elaboração de fichas de procedimentos internos.

AE 2 – Desenvolvimento e implementação de medidas de desmaterialização, uniformização e simplificação dos processos de *back-office*.

AE 3 – Desenvolvimento integrado do arquivo digital na área de atuação da DGF.

AE 4 – Articulação com o CCF e a ANF por forma a fazer cumprir as regras definidas no Manual de Relacionamento das Farmácias da Região Autónoma da Madeira (RAM) com o Centro de Conferência de Faturas do Serviço Regional de Saúde da RAM.

Resultados:

AE 1 – Atividade atingida. Foram elaboradas 10 fichas de procedimentos internos, representando um grau de execução de 100%.

AE 2 – Atividade superada. A situação da pandemia COVID-19 veio a acelerar muito a desmaterialização de processos, nomeadamente, com a criação de circuitos digitais em detrimento da utilização do papel, e a adoção privilegiada de assinatura digital nos contratos celebrados.

AE 3 – Atividade superada. Um dos impactos positivos resultantes da COVID, foi a necessidade de adoção da informação digitalizada. Neste sentido, os processos da DGF estão, maioritariamente, em formato digital, alguns dos quais foi eliminado, na íntegra, a documentação em papel.

AE 4 – Atividade atingida. Para a concretização deste objetivo foram efetuadas algumas diligências por parte do IASAÚDE, designadamente fomentado reuniões com o Centro de Conferência de Faturas e a Associação Nacional de Farmácias de modo a garantir um maior cumprimento das regras estabelecidas para a conferência de faturas de Medicamentos e de outras prestações complementares a utentes. Como resultado verificou-se melhorias nesta área, designadamente pela disponibilização da informação/resultados da conferência de forma mais atempada, bem como na melhoria qualidade da informação.

Objetivo Operacional 3 – Promover uma postura de *accountability* dos recursos do IASAÚDE, IP-RAM.

A este objetivo operacional estão afetas as 3 atividades estratégicas:

AE 1 – Elaboração de relatórios trimestrais de análise económico-financeira.

AE 2 – Atualização do registo do património do IASAÚDE, IP-RAM.

AE 3 – Implementação de instrumentos de controlo da execução dos contratos.

Resultados:

AE 1 – Atividade superada. Os relatórios propostos foram elaborados em tempo útil, estes instrumentos de gestão têm sido essenciais para avaliar o desempenho da atividade do IASAÚDE.

AE 2 – Atingida. Cerca de 90% do objetivo proposto foi realizado. A não realização na íntegra desta atividade prendeu-se com o facto de alguns meses do ano de 2021, a maior parte dos trabalhadores estiveram em teletrabalho, de acordo com a recomendação emendada pelo Governo Regional. Atendendo que a realização desta atividade não era possível através do trabalho à distância, o plano de execução, inicialmente, previsto foi, forçosamente, alterado, impossibilitando, deste modo, a concretização plena desta atividade estratégica.

AE 3 – Atividade superada. Para assegurar o integral cumprimento da execução dos contratos, e em complemento ao sistema de informação contabilística, foram desenvolvidas/melhoradas ferramentas designadamente mapas em Excel específicos para este efeito.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Empoderamento das Pessoas afetas à DGF	2	2	0	
Promover, avaliar e aperfeiçoar os processos técnicos, financeiros e contabilísticos de suporte das políticas do Conselho Diretivo	4	2	2	
Promover uma postura de <i>accountability</i> dos recursos do IASAÚDE, IP-RAM.	3	2	1	
TOTAL	9	6	3	

Tabela 9 – Principais resultados alcançados pela DGF;

2.3.2.2. – Direção de Contratualização (DC)

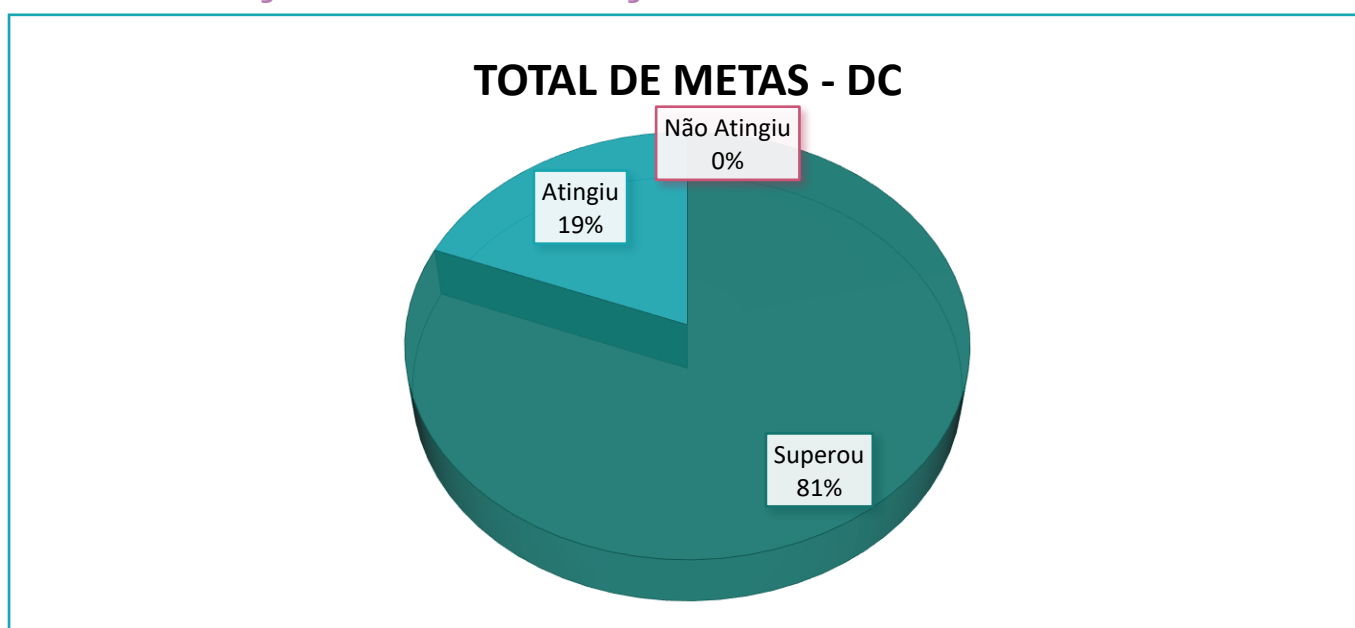


Gráfico 5 – Total de Metas – DC

A Direção de Contratualização compreende:

- O Gabinete de Controlo e Conferência (GCC);
- A Unidade Técnica de Apoio à Contratualização (UTAC);
- A Secção de Reembolsos (SR).

Assim, a DC centralizou a sua atividade, apresentando um único plano que engloba todos os serviços afetos. Para isso, definiu um total de 21 atividades, sendo que superou 17 e atingiu 4.

Não obstante a alteração ocorrida a nível orgânico, com a nomeação de um novo diretor, mantiveram-se os mesmos objetivos traçados no plano de atividades pela então UOC.

Assim, para o ano de 2021, foram definidos sete objetivos operacionais, designadamente:

Objetivo Operacional 1 – Coadjuvar na implementação de formas de financiamento dos cuidados de saúde:

AE 1 – Apresentar proposta de diploma que regulamenta o regime dos reembolsos aos utentes do SRS-Madeira:

A revisão do financiamento em saúde constitui um veículo de gestão integrada do acesso a cuidados de saúde, centrado no utente do SRS-Madeira, que articula os diversos níveis de cuidados e os vários serviços e tipos de resposta, numa ótica transversal e integrada, permitindo uma visão completa do percurso do utente na procura de cuidados de saúde e contribuindo para que as respostas às necessidades em saúde sejam asseguradas de forma adequada e continuada ao longo da sua vida.

O Estatuto do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 4/2003/M, de 7 de abril, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2008/M, de 23 de junho, na redação atual, prevê que a função financiadora do Sistema Regional de Saúde é exercida pelas Secretarias Regionais responsáveis pelas áreas da Saúde e das Finanças e por todas as entidades às quais incumba o pagamento de prestações de saúde.

Ao Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM (IASAÚDE, IP-RAM), no âmbito das suas competências, por força da sua Lei orgânica conjugada com o Estatuto do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, cumpre proceder à comparticipação, aos utentes, dos encargos resultantes da

prestação de cuidados de saúde. Nestes termos, tem vindo este Instituto, ao longo dos anos, a proceder ao reembolso de despesas de saúde aos beneficiários do Serviço Regional de Saúde da RAM (SRS-Madeira), no seu livre acesso à medicina privada, de acordo com as tabelas de reembolsos existentes para o efeito.

Pese embora as tabelas e regras de reembolso atualmente existentes, tornou-se necessário dar os primeiros passos para a construção de um quadro legal que presida à consagração normativa do reembolso das despesas de saúde aos utentes do SRS-Madeira, dotando esta modalidade de financiamento das estruturas e elementos técnicos e dos instrumentos jurídicos indispensáveis à sua plena materialização na RAM.

Ora, o ano de 2021 foi um ano antagónico, uma vez que aquando da elaboração dos objetivos constantes no plano de atividades, não se vislumbrava ou previa que a doença Covid-19 tivesse uma repercussão tão intensa no ano em análise. Posto isso a concretização deste objetivo estava dependente do levantamento das estruturas e elementos técnicos que urgiam ser alterados e conhecidos. Para o efeito, foi na altura realizado esse levantamento, bem como a análise do instrumento jurídico necessário para a concretização do mesmo, não sendo aprovado por escassez de tempo e auscultação das partes interessadas.

Importa ainda, referir que, com a publicação da nova convenção estabelecida entre a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e o Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Médicos, em 26 de outubro de 2020, com a sua entrada em vigor em maio de 2021, levou a que o, até então, analisado tivesse que ser repensado no âmbito do ora acordado, nomeadamente, os requisitos advindos da nova convenção para efeitos de reembolso aos utentes do SRS-Madeira.

Posto isto, considera-se que o presente objetivo, embora não materializado, foi concretizado no ano de 2021.

AE 2 – Elaboração de convenções e acordos de faturação nas áreas definidas superiormente:

De acordo com o planeamento e estratégia do IASAÚDE, IP-RAM e tendo por base o estudo às prestações de saúde financiadas por este Instituto Público, designadamente na área das Ressonâncias Magnéticas Nucleares (RMN), foram implementados novos procedimentos de financiamento que tiveram como fim a garantia do utente a um acesso de qualidade, evitando-se gastos em saúde com eventuais duplicações

de prestações de saúde que não fossem efetivamente necessárias, disponibilizando três tipos de financiamento ao utente: através de Convenção, Acordo de Faturação ou Reembolso.

Esta medida operacionalizou-se através da Portaria n.º 72/2021, de 10 de março da Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, onde foi definido o clausulado-tipo da Convenção para a realização de Ressonâncias Magnéticas Nucleares aos utentes do SRS-Madeira, por entidades privadas cujo prestador responsável pelo ato médico seja aderente à Convenção celebrada entre a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e o Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Médicos.

Através da Convenção para prestação de RMN, pretendeu-se operacionalizar o princípio da complementaridade entre o setor público e o setor privado, proporcionando ao utente um acesso à saúde com qualidade e em tempo útil, por forma a suprir a carência de meios e a capacidade instalada no setor público de saúde, em áreas nevrálgicas de prestação de cuidados de saúde.

De igual forma, através da Portaria n.º 73/2021, de 10 de março da Vice-Presidência do Governo Regional e dos Assuntos Parlamentares e da Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil, foi definido o clausulado-tipo de Acordo de Faturação para a realização de Ressonâncias Magnéticas Nucleares aos utentes do SRS-Madeira, com prescrição pela medicina privada e realização em entidade cujo prestador responsável pelo ato médico seja aderente à Convenção celebrada entre a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e o Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Médicos.

Através do Acordo de Faturação para prestação de RMN, pretendeu-se operacionalizar o princípio da livre escolha pelo utente do SRS-Madeira ao setor privado, atribuindo uma comparticipação no momento da realização do ato médico, ficando a cargo do utente apenas o valor correspondente ao seu copagamento.

Assim, o acesso dos utentes do SRS-Madeira, ao prestador aderente ao Acordo de Faturação faz-se mediante requisição de médico assistente em funções no setor privado, competindo ao IASAÚDE, IP-RAM a comparticipação de parte da despesa de saúde e ao utente um copagamento da mesma.

Dado a existência da publicação das Portarias supramencionadas, houve a necessidade de proceder à revisão da tabela e respetivas regras de reembolso das despesas de saúde com a prestação de RMN aos utentes do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira. Esta alteração culminou na publicação da Portaria n.º 74/2021, de 10 de março.

Sendo que este objetivo foi superado uma vez que a 31 de dezembro de 2021 estava concretizada a revisão do financiamento em Saúde na área das RMN, demonstrando-se os resultados obtidos, a 31 de dezembro de 2021, no ponto n.º 3.7 deste relatório.

AE 3 – Produção de especificações técnicas / normas / circulares / legislação / outros instrumentos que contribuam para a clarificação e melhoria do financiamento da rede de prestação de cuidados de saúde

Tendo presente as alterações acima identificadas a DC, procedeu à elaboração de normas de relacionamento entre o IASAÚDE, IP-RAM e os prestadores aderentes, bem como, durante o período em análise elaborou comunicações aos utentes do SRS-Madeira, através de circulares informativas, normativas e ofícios circulares.

Assim, no ano a que corresponde o presente relatório de atividades foram realizados 24 documentos a este nível, a saber:

- 17 circulares informativas;
- 5 circulares normativas;
- 2 ofícios-circulares.

Pelo que, e tendo presente os dados supra, o objetivo proposto foi largamente superado.

Objetivo Operacional 2 – Revisão dos instrumentos existentes na área da prestação de Cuidados Respiratórios Domiciliários:

AE 1 – Reavaliação e ajuste dos modelos de prescrição de Cuidados Respiratórios Domiciliários

Os modelos de prescrição para a prestação dos cuidados respiratórios domiciliários (CRD) são desadequados à realidade vivida presentemente, tendo-se verificado que, com a evolução dos tempos era premente proceder à revisão dos mesmos.

Assim, e tendo em conta que estávamos perante uma área muito específica, iniciou-se este trabalho já no ano 2020 e pretendeu-se dar continuidade ao mesmo no ano 2021, pelo que se concluiu, após várias análises, que seria pertinente substituir o único modelo existente para 3 modelos, designadamente Ventiloterapia, Aerosoloterapia e Oxigenoterapia tendo em conta as especificações técnicas de cada área.

Ora, da reavaliação efetuada no ano de 2021, aos 3 modelos criados conclui-se que os mesmos se encontram em conformidade com o manual de boas práticas da Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) para a prestação dos cuidados na área dos CRD.

Assim sendo, e com a superação desta atividade, prosseguiu-se para a atividade seguinte.

AE 2 – Elaborar propostas de legislação para a publicação dos modelos de prescrição

Os CRD não envolvem apenas a cedência de oxigénio. Os CRD são terapias levadas a efeito através de um conjunto de meios, que consubstanciam, além do oxigénio medicinal, equipamentos e dispositivos adequados de aplicação ao utente, como são, por exemplo, os debitómetros com humidificadores, os aspiradores de secreções, os ventiladores, os nebulizadores, máscaras, entre outros. Resumindo, são cuidados técnicos de saúde prestados aos utentes.

A construção de um quadro legal que acolhesse este tipo de conclusão levou à efetuação de diversas reuniões entre a DC, Gabinete Jurídico e o Gabinete da Vice-Presidência do Governo Regional.

Os acessos aos tratamentos referenciados são realizados mediante prescrição médica onde conste a indicação de que o tratamento deve ser efetuado no domicílio do utente.

Relativamente à inclusão destes cuidados técnicos de saúde nas convenções e acordos de faturação, a título de curiosidade, defendeu a Fundação Portuguesa do Pulmão, no workshop "A contratação Tecnológica de Cuidados Respiratórios Domiciliários em Portugal", que decorreu em Lisboa, em abril de 2013, que, sob o ponto de vista administrativo, a contratação dos CRD deveria evoluir, do atual sistema de contratos públicos de aprovisionamento, para um sistema de convenções e acordos.

Daí que, para a superação desta atividade, foi apresentada uma construção jurídica em que se acolheu a prestação de cuidados ou a prestação de cuidados técnicos de Saúde aos utentes do SRS-Madeira, concretizando-se, através da apresentação de propostas legislativas que procederam à alteração dos Decretos Regulamentares Regionais n.ºs 11/2017/M, de 3 de outubro e 8/2018/M, de 26 de junho, sendo que no presente ano foi já publicada a alteração proposta do Decreto Regulamentar Regional n.º 8/2018/M, de 26 de junho, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 14/2021/M, de 17 de dezembro.

AE 3 – Elaboração de manual de relacionamento contendo as regras de faturação e conferência de Cuidados Respiratórios Domiciliários

A elaboração do relacionamento teve por base os modelos descritos na AE1 deste objetivo, em conformidade com o manual de boas práticas para a prestação de CRD, com as devidas adaptações à realidade regional.

Sendo assim, este objetivo ainda que superado, com a respetiva elaboração do manual, a sua divulgação está dependente do propósito da atividade anterior, nomeadamente da publicação das duas propostas legislativas.

Objetivo Operacional 3 – Garantir os procedimentos necessários no âmbito dos acordos internacionais ou cuidados transfronteiriços:

AE 1 – Elaboração de proposta de adaptação à RAM da Lei n.º 52/2014

O IASAÚDE, IP-RAM é a entidade financiadora das prestações em saúde, quer prestadas no SESARAM, EPERAM, através do mecanismo jurídico contrato-programa, quer no âmbito do setor privado, através dos acordos de faturação e dos reembolsos. De igual forma, compete a este Instituto Público compartilhar os medicamentos e cuidados de saúde prestados na RAM a cidadãos estrangeiros, no âmbito dos cuidados de saúde transfronteiriços.

A Lei n.º 52/2014, de 25 de agosto, que estabelece normas de acesso a cuidados de saúde transfronteiriços, transpondo a Diretiva n.º 2011/24/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de março de 2011 e a Diretiva de Execução n.º 2012/52/EU da Comissão, de 20 de dezembro de 2012, prevê a sua aplicação às Regiões Autónomas com as necessárias adaptações quando necessárias.

Este diploma legal embora não tenha sido adaptado à Região Autónoma da Madeira, é estatutariamente aplicável em muitas situações, nomeadamente qual a entidade regional ponto de contacto com a entidade ponto de contacto nacional.

A Portaria n.º 5/2014, de 27 de janeiro, da então Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, aprovou o Regulamento de mobilidade de doentes do Sistema Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira, sendo este normativo necessário proceder à conformação com as normas da Lei n.º 52/2014, de 25 de agosto.

Assim, foi proposto pelo Gabinete Jurídico, dado já ser o IASAÚDE, IP-RAM o ponto de contacto nacional para a RAM, a criação de um grupo de trabalho para analisar o processo dada a dinâmica regional para se articular com o SESARAM, EPERAM, por forma a ser elaborada Portaria no âmbito do Regulamento de Mobilidade de Doentes do Sistema Regional de Saúde, bem como, da necessidade de adaptação ao domínio normativo da Região, cumprindo assim a tarefa traçada. Pelo que, de acordo com aquele Gabinete não existiria a necessidade de adaptação da Lei n.º 52/2014.

AE 2 – Acompanhar o processo de implementação da plataforma RINA na Região

Relativamente à tarefa traçada, foram realizadas várias reuniões com o SESARAM, EPERAM, para a implementação da plataforma RINA (Implementação de Referência de um Aplicativo Nacional) na RAM, cujo seu objeto consiste numa aplicação para troca ágil e eletrónica de informação fiável sobre processos de saúde/doença e segurança social, entre as instituições competentes dos Estados Membros participantes, ao abrigo dos Regulamentos Comunitários.

Isto é conseguido através de uma plataforma centralizada, disponibilizada pela Comissão Europeia, que permite criar e gerir casos e trocar documentos/mensagens.

Assim, no ano em análise, esta atividade foi superada, uma vez que foram realizadas 10 reuniões, nas quais foram definidos os fluxos necessários para a implementação da plataforma RINA na RAM, estando em fase de laboração.

Objetivo Operacional 4– Promover a eficiência interna associada aos processos de faturação e todas as áreas sujeitas conferência

AE 1 – Assegurar o cumprimento dos prazos relativos aos procedimentos necessários à receção da faturação, sendo que o fluxo de receção da faturação mensal deve estar concluído até ao dia 12 de cada mês

O GCC, na dependência da DC, assegura a receção da faturação entregue pelos prestadores com acordos de faturação, convenções e outros programas de saúde do setor público, privado e social que ocorre no início de cada mês, tendo como prazo limite o dia 10 de cada mês para a sua entrega. Para que os prazos definidos no ciclo de conferência possam ser garantidos, esta área comprometeu-se, através da fixação do dia 12 de cada mês, que todas as faturas com entrada no IASAÚDE, IP-RAM, cumprissem com todos os pressupostos para o início da conferência das mesmas.

De referir que, em consequência das restrições advindas da Pandemia Covid-19 o atendimento a cada prestador passou a ser efetuado mediante marcação prévia verificando-se, ainda assim, que o prazo médio de concretização do fluxo de receção da faturação mensal ocorreu no espaço compreendido, entre o 9º e o 10º dia de cada mês, possibilitando à área financeira proceder à validação das faturas no respetivo programa de conferência.

De referir ainda que, no ano 2021 foram rececionadas e tratadas por esta área um total de 1 940 faturas, sendo que 1 716 foram correspondentes aos acordos de faturação, convenções e programas de saúde existentes e 226 relativas aos contratos de prestação de serviços realizados pelo IASAÚDE, IP-RAM, no âmbito da doença COVID-19.

Assim, está claramente superada a atividade proposta.

AE 2 – Assegurar o cumprimento do prazo para o fecho da conferência da faturação relativa aos acordos de faturação, convenções e programas de saúde com prestadores de cuidados de saúde do setor público, privado e social

O prazo de conferência da faturação relativa aos acordos de faturação, convenções e programas de saúde com prestadores de cuidados de saúde do setor público, privado e social, foram realizados dentro do prazo estabelecido.

No ano de 2021 foram conferidas um total de 1 716 faturas, que corresponderam a um total de 426.681 requisições.

De relembrar que as faturas foram rececionadas até ao 10º dia cada mês, sendo, posteriormente alvo de análise, lançamento e conferência que culminou no fecho de conferência ao 4º do mês seguinte após a sua receção.

No que concerne à conferência das 226 faturas relativas à prestação de serviços relacionadas com a doença COVID-19, o “modus operandi” desta conferência era realizado de acordo com a sua chegada, isto é, o fornecedor remetia a fatura, sendo a mesma de imediato tratada.

Posto isto, a atividade proposta foi superada.

AE 3 – Elaboração de relatório mensal de conferência contendo o resultado da conferência da faturação apresentada pelos prestadores de cuidados de saúde do setor privado e social, do setor público e valores processados dos reembolsos aos utentes do SRS

Foram elaborados mensalmente relatórios de conferência contendo o resultado da conferência da faturação apresentada pelos prestadores de cuidados de saúde do setor privado e social, do setor público e valores processados respeitantes aos reembolsos efetuados aos utentes do SRS, remetidos à área financeira para os devidos efeitos.

De referir que o envio à DGF, operacionalizou-se até o 4.º dia de cada mês, sendo-lhe remetido relatório detalhado com o resultado da conferência efetuada, sendo demonstrado no mesmo, o acumulado dos meses anteriores.

Posto isto, a atividade proposta foi superada.

AE 4 – Elaboração de relatório mensal com o levantamento dos erros internos da conferência, contendo sugestões de melhoria

Para esta atividade o GCC procedeu, nos meses do ano 2021, em média entre o dia 7 e o dia 9 de cada mês, ao envio de email mensal, para o endereço criado para o efeito designado “grupo-conferência”, onde eram expostos os pontos fortes e pontos fracos do respetivo ciclo de conferência.

Para a superação deste objetivo, contribuiu a melhoria das ferramentas do programa de conferência que permitiu a extração de um ficheiro em formato Excel, para a verificação dos lançamentos por conferente.

Ao longo do ano e com a aplicação desta ferramenta de melhoria denotou-se que os erros se tornaram menos frequentes e os prestadores com acordos de faturação, convenções e outros programas de saúde não apresentaram reclamações à conferência efetuada, solicitando, apenas, e muito pontualmente, alguns esclarecimentos, os quais foram prestados num prazo médio de 1 dia.

Pelo que, perante o exposto a atividade foi superada.

Objetivo Operacional 5 – Monitorização dos contratos com prestadores privados de saúde com Acordo de Faturação, Convenções e Programas de Saúde:

AE 1 – Elaboração de *dashboard* contendo os resultados da conferência da faturação global apresentada pelos prestadores de cuidados de saúde do setor privado e social, do setor público, medicamentos e valores pagos dos reembolsos aos utentes do SRS relativamente aos resultados obtidos na conferência do mês anterior.

Foram elaborados mensalmente *dashboards* contendo os resultados da conferência da faturação global apresentada pelos prestadores de cuidados de saúde do setor privado, social e do setor público, bem como, os valores pagos dos reembolsos aos utentes do SRS.

O desenvolvimento deste trabalho mensal deu origem aos *dashboards* com os resultados do ano 2021, que constam no capítulo 5 (Anexos) do presente Relatório de Atividades.

Por forma a contribuir para a análise das competências do IASAÚDE, IP-RAM, no ano de 2021 pelos serviços, muito embora não estivesse como um objetivo operacional da área de contratualização foi realizado um dashboard relativo à descentralização dos reembolsos por concelho por forma a monitorizar a procura dos utentes do SRS-Madeira, para esta nova ferramenta criada pelo IASAÚDE, IP-RAM. Desta implementação verificou-se a adesão de um total de 6 611 novos utentes, tendo sido realizados 5 500 atendimentos.

AE 2 – Elaboração da estrutura do relatório anual de acompanhamento e monitorização de todas as áreas sujeitas a conferência.

Relativamente a esta atividade foram realizadas reuniões onde foram discutidas as matérias a constar no presente relatório tendo culminado na elaboração do esboço do documento a 29 de dezembro de 2021.

Assim, a 31 de dezembro de 2021, o GCC, com a superação deste objetivo, apresenta no Anexo ao presente, a monitorização dos vários tipos de financiamento, cuja conferência é da competência do GCC, na dependência da DC, designadamente:

Programa de Recuperação de Cirurgias

- PRC

Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS)

- PEACS - Produção Adicional no SESARAM
- PEACS - Privado

Convenção para a Prestação de Cuidados de Saúde na área de Diálise

- Convenção - Diálise

Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral

- PIPCO-RAM

Acordos de Faturação

- MCDT
- Outros Cuidados de Saúde

Programas de Saúde

- REDE
- Programa KIT-Bebé
- Programa +Visão/ Crianças e Jovens

Reembolsos

- SRS
- ADSE
- Descentralização

Medicamentos

Acordos de Cooperação

- Psiquiatria
- Pedopsiquiatria

Revisão do Financiamento em Saúde

- Ressonâncias Magnéticas Nucleares

Objetivo Operacional 6 – Garantir o cumprimento dos prazos do processamento e conferência da documentação entregue para reembolso:

AE 1 – Conferência e processamento dos processos de reembolso dos utentes do SRS no prazo máximo de 15 dias úteis a contar da data da sua receção

No ano de 2021 foram rececionados 129.957 processos, sendo que 95.412 foram correspondentes a processos dos utentes do SRS e 34.545 relativos aos beneficiários da ADSE.

Face a estes números o prazo de conferência e processamento dos processos de reembolso dos utentes do SRS, foram realizados dentro do prazo estabelecido, ou seja, até ao 12.º dia útil após a sua receção.

Posto isto, a atividade proposta foi superada.

AE 2 – Processamento dos documentos entregues pelos beneficiários da ADSE no prazo máximo de 5 dias úteis a contar da data da sua receção

No ano de 2021 foram rececionados 34.545 processos relativos aos beneficiários da ADSE, aos quais compete ao IASAÚDE, IP-RAM assegurar o seu envio para a ADSE, IP através de plataforma existente para o efeito, tendo sido realizado dentro dos prazos estabelecidos.

Posto isto, a atividade proposta foi superada.

AE 3 – Elaboração dos documentos de devolução de processos em inconformidade no prazo máximo de 15 dias úteis

No ano de 2021 foram devolvidos um total de 3.807 processos aos utentes do SRS. Da análise dos processos devolvidos, verificou-se que a maior percentagem de processos em desconformidade foram os processos entregues pelos utentes no balcão digital da Loja do Cidadão, culminando em 2.376 devoluções.

De referir que um dos principais motivos de devolução corresponderam a processos onde se verificou a ausência da prescrição, documento obrigatório para o reembolso de exames.

No ano de 2021, no que concerne à devolução dos processos aos utentes para eventual correção das inconformidades, foi assegurado dentro do prazo estabelecido, sendo o mesmo superado.

AE 4 – Elaboração relatório mensal dos documentos processados a enviar até ao dia 3 do mês seguinte ao GCC

Com base no exposto no ponto 2.4.3 da AE 3, esta atividade foi claramente superada.

Objetivo Operacional 7 – Reforçar a qualidade do atendimento ao público

AE1 - Levantamento dos motivos mais frequentes das reclamações na Seção de Reembolsos

No ano de 2021 foi efetuado o levantamento dos motivos que levaram à reclamação por parte dos utentes na seção de reembolsos, tendo-se concluído que das 25 reclamações apresentadas prevaleceu o descontentamento dos utentes do SRS com o agendamento prévio para a entrega de documentação.

De referir que no decorrer do ano de 2021, foram rececionados na seção de reembolsos 11 elogios correspondentes à forma de atendimento e prestação efetuadas pelos colaboradores afetos àquela área.

Com estes elementos foi apresentado proposta correspondente às reclamações efetuadas até setembro de 2021, que correspondiam ao total de 15 reclamações. Nesse foi constatado que os motivos mais preponderantes foram:

- Agendamento prévio;
- Devolução de prestações de médicos não convencionados;
- Falta de documentação.

Assim, a atividade proposta foi superada.

AE 2 – Elaboração de manual contendo as linhas de orientação para a gestão das reclamações na Seção de Reembolsos

Com base no levantamento dos motivos que originaram as reclamações na seção de reembolsos, e tendo por objetivo, a prestação de um serviço de excelência, foi elaborada proposta de manual contendo as linhas de orientação para a gestão das reclamações.

No entanto, e ainda que cumprido esta atividade, e dada a alteração estatutária verificada no IASAÚDE, IP-RAM, através da aprovação da Portaria n.º 325/2021, de 17 de junho, foi decidido aguardar pela estabilização da seção de reembolsos para apresentação do mesmo superiormente.

AE 3 – Assegurar a cobertura de todos os concelhos da RAM do atendimento para efeitos de reembolso até 31 de dezembro de 2021

A cobertura de todos os concelhos da RAM pelo atendimento para efeitos de reembolso foi realizada de acordo com o quadro infra:

Concelho	Data de Abertura
Ribeira Brava	3 de fevereiro de 2021
Machico	5 de fevereiro de 2021
Santana	23 de março de 2021
Calheta	25 de março de 2021
Ponta do Sol	2 de setembro de 2021
Porto Moniz	6 de setembro de 2021
São Vicente	6 de setembro de 2021
Santa Cruz	10 de setembro de 2021
Câmara de Lobos	15 de setembro de 2021

Tabela 10 – Atendimentos para efeitos de reembolsos nos concelhos da RAM;

Assim, com a abertura em 15 de setembro de 2021 do balcão no concelho de Câmara de Lobos foi superado o objetivo de assegurar a cobertura no total dos concelhos da RAM.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
OO1 - Coadjuvar na implementação de formas de financiamento dos cuidados de saúde	3	2	1	
Revisão dos instrumentos existentes na área da prestação de Cuidados Respiratórios Domiciliários	3	3		-
Garantir os procedimentos necessários no âmbito dos acordos internacionais ou cuidados transfronteiriços	2	1	1	-
Promover a eficiência interna associada aos processos de faturação e todos as áreas sujeitas conferência	4	4		
Monitorização dos contratos com prestadores privados de saúde com Acordo de Faturação, Convenções e Programas de Saúde	2	1	1	
Garantir o cumprimento dos prazos do processamento e conferência da documentação entregue para reembolso	4	4		
Reforçar a qualidade do atendimento ao público	3	2	1	
TOTAL	21	17	4	

Tabela 11 – Principais resultados alcançados pela DC;

2.3.3 – Departamento de Sistemas de Informação e Comunicação (DSIC)

O Departamento de Sistemas de Informação e Comunicação (DSIC) compreende:

- A Direção de Sistemas de Informação (DSI)
- O Núcleo de Monitorização e Análise de dados;
- O Núcleo de Design, Comunicação e Marketing.

2.3.3.1 – Direção de Sistemas de Informação

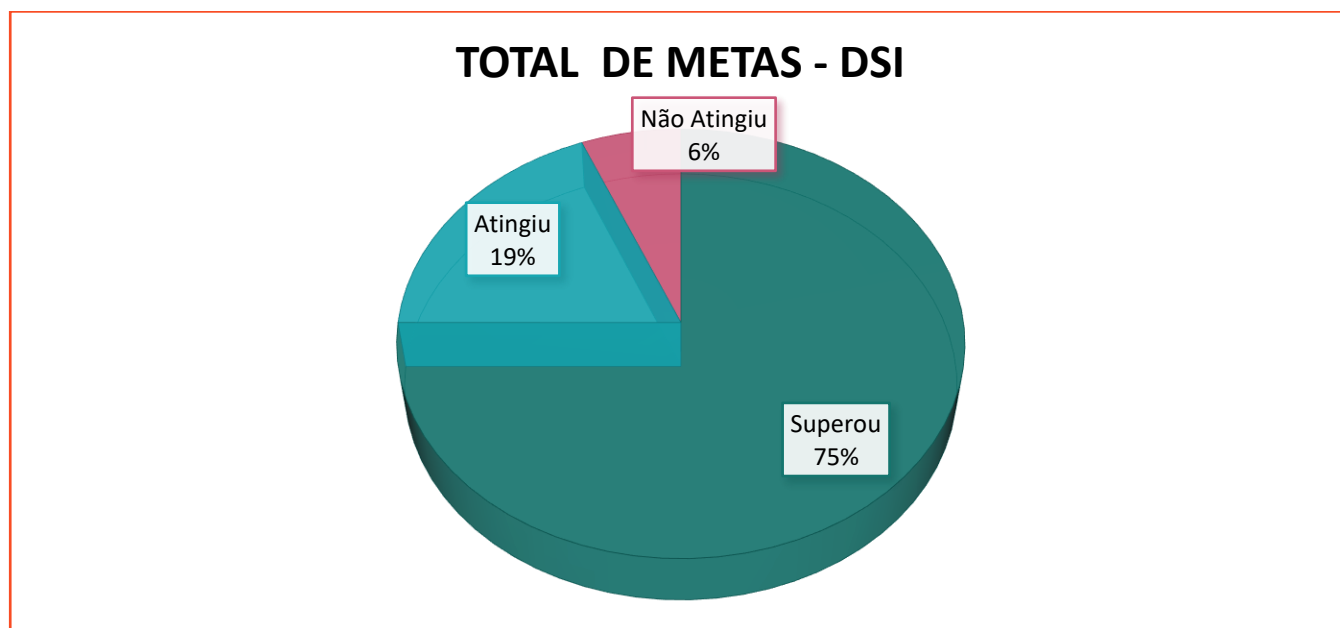


Gráfico 6 – Total de Metas – DSI

A Direção de Sistemas de Informação (DSI) definiu 4 objetivos operacionais aos quais foram afetas 16 atividades.

Destas, superou 12, atingiu 3 e não atingiu 1.

Objetivo Operacional 1 - Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 - Garantir o suporte técnico dos principais sistemas;

AE 2 - Garantir os serviços de comunicação de âmbito global, adequando os níveis de segurança e disponibilidade aos requisitos do IASAÚDE;

AE 3 - Garantir a atualização do Hardware e Software nos sistemas base.

Resultados:

AE1 – Atividade Superada

AE2 – Atividade Superada

AE3 – Atividade Superada

Objetivo Operacional 2 - Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE 1 - Analisar e implementar melhorias no sistema informático dos reembolsos para simplificar o processo de utilização do SRS;

AE 2 - Analisar e implementar novas soluções de sistemas de informação para o IASAÚDE.

Resultados:

AE1 – Atividade Superada

AE2 – Atividade Superada

Objetivo Operacional 3 - Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes

A este objetivo operacional estão afetas 8 atividades estratégicas:

AE 1 - Assegurar apoio técnico na modernização e simplificação dos processos internos/externos;

AE 2 - Implementação de um Data *Wharehouse* para monitorização e controlo do Contrato-Programa do SESARAM;

AE 3 – Assegurar o funcionamento e atualização no PRVR (Portal de Requisição de Vinhetas e Receitas) e da PEM (Prescrição Eletrónica de Medicamentos);

AE 4 – Manter em bom funcionamento os Sistemas de Informação Nacionais em Saúde, com interesse para a RAM, entre eles: RIS; RNU; SICO; RENTEV; SINAVE; SINAVE Lab; PEM (RCP e RSP); PDS; CCM;

AE 5 - Monitorizar e atualizar o Sistema de Alerta do COVID19 que permita gerir os casos positivos e contatos da RAM (s-alerta profissional);

AE 6 - Implementar e monitorizar o sistema de informação de gestão dos TRAg (Teste Rápido de Antígeno) nos postos aderentes da RAM (s-alerta TRAg);

AE 7 - Implementar o sistema de informação destinada a cidadãos infetados por COVID-19 e contatos de casos positivos, que simplifique as atividades das Unidades de Saúde Pública na RAM (s-alerta Cidadão);

AE 8 - Manter atualizada a Carta de Equipamentos.

Resultados:

AE 1 – Atividade atingida

AE 2 – Atividade superada

AE 3 – Atividade superada

AE 4 – Atividade superada

AE 5 – Atividade superada

AE 6 – Atividade superada

AE 7 – Atividade superada

AE 8 – Atividade atingida

Objetivo Operacional 4 - Promover a transformação digital: Melhorar as competências das tecnologias de informação e comunicação promovendo a gestão de decisão por indicadores em tempo real; melhorar os processos para a modernização e simplificação da administração:

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE1 - Implementar o Sistema de Informação Integrado da Saúde que cria mecanismos de responsabilidade e cidadania profissional junto da rede de prestadores do Sistema Regional de Saúde nos atos de prescrição, dispensa e prestação, eliminando a redundância e duplicação de prescrições em meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDTs) e medicamentos;

AE 2 - Apoiar a implementação do Sistema de Gestão Documental e de Processos: Gestão de entradas e saídas de documentos; *workflow*; informatização dos processos.

AE 3 – Gestão de ativos físicos: Pedidos de avaria (web); Gestão de stock informático;

Duração de contratos; Monitorização dos equipamentos do *Data Center*; Contratos de manutenção; Localização de equipamentos; Alertas; Atualização dos equipamentos.

Resultados:

AE1 – Atividade não atingida

AE2 – Atividade Superada

AE3 – Atividade atingida

A DSI tem como ainda as seguintes atividades não estratégicas:

- ✓ Apoiar o utilizador e efetuar alterações pontuais para os serviços do IASAÚDE, IP-RAM
- ✓ Apoiar e desenvolver sistemas de informação pontuais para os serviços do IASAÚDE, IP-RAM
- ✓ Contribuir para melhorar a interligação dos organismos externos do IASAÚDE, IP-RAM.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Garantir a fiabilidade e disponibilidade dos principais sistemas (Domínio, Correio Eletrónico, Reembolsos, Recursos Humanos, Financeiros e Expediente)	3	3		
Garantir a qualidade e satisfação dos utilizadores em relação aos serviços disponibilizados.	2	2		
Otimizar e desmaterializar os processos internos/externos, tendo em vista o desenvolvimento organizacional do IASAÚDE e a melhoria da prestação de serviços aos Utentes	8	6	2	
Promover a transformação digital: Melhorar as competências das tecnologias de informação e comunicação promovendo a gestão de decisão por indicadores em tempo real; Melhorar os processos para a modernização e simplificação da administração.	3	1	1	1
TOTAL	16	12	3	1

Tabela 12 – Principais resultados alcançados pela DSI;

2.3.4. – Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ)

O Gabinete de Assuntos Jurídicos (GAJ) definiu 3 objetivos operacionais aos quais foram afetas 08 atividades:

Objetivo Operacional 1 – Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica:

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 – Resposta a processos de contratação pública e contratualização no âmbito de atividade do IASAÚDE, IP-RAM;

AE 2 – Pareceres no âmbito da atividade financeira;

AE3 – Pareceres no âmbito dos recursos humanos, juntas médicas da ADSE, internato médico e de natureza genérica.

Objetivo Operacional 2 – Feitura de propostas com caracter normativo, regulamentar ou contratual:

A este objetivo operacional estão afetas 3 atividades estratégicas:

AE 1 – Elaboração de despachos, contratos, protocolos, acordos de cooperação, convenções, regulamentos, circulares normativas e outros documentos de natureza análoga;

AE 2 – Resposta a reclamações, recursos hierárquicos, contenciosos, juntas médicas de recurso e instrução de processos contraordenacionais;

AE3 – Elaboração de projetos ou propostas de lei.

Objetivo Operacional 3 – Participação e apoio técnico em grupos de trabalho, quer de âmbito interno, quer externo: em júris de concurso de pessoal e no domínio da contratação pública; assim como assegurar a realização de processos de inquérito, averiguações, sindicância, disciplinares e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional.

A este objetivo operacional estão afetas 2 atividades estratégicas:

AE1 – Participação e apoio técnico-jurídico no âmbito da atividade do IASAÚDE, IP-RAM, assim como a apresentação de propostas em grupos de trabalho;

AE2 – Assessoria técnica e participação em júris no âmbito do recrutamento de pessoal e da contratação pública, assim como a apresentação de propostas de aquisição de bens e serviços.

Objetivos Operacionais	N.º Atividades	Grau de Realização		
		Superou	Atingiu	Não Atingiu
Emitir pareceres e prestar informações sobre questões de natureza jurídica.	3			
Feitura de propostas com carácter normativo e/ou regulamentar ou contratual,	3			
Participação e apoio técnico em grupos de trabalho, quer de âmbito interno quer externo: em júris de concurso de pessoal e no domínio da contratação pública, assim como assegurar a realização de processos inquérito, de averiguações, sindicância, disciplinares, e o levantamento de autos de notícia ou de participação de ilícito contraordenacional.	2			
TOTAL	8	-	-	-

Tabela 13 – Principais resultados alcançados pela GAJ;

Relativamente às atividades programadas para este Gabinete, constatou-se que por força das alterações orgânicas ocorridas durante o ano de 2021, nomeadamente a nomeação do Chefe de Divisão desse Gabinete com efeitos a 17 de junho e posterior saída, do mesmo dirigente, para ocupar o lugar de Diretor de Contratualização em novembro do mesmo ano, não foi possível dar continuidade às atividades planeadas nem aferir o seu grau de concretização.

A nomeação do novo dirigente que veio ocupar o lugar então deixado, ocorreu apenas em 17 de janeiro de 2022.

Por essa razão, considera-se que, excecionalmente, estas atividades não serão incluídas no presente Relatório de Atividades para aferir o grau de concretização global das atividades do IASAÚDE.

3. Modernização Administrativa

O Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril estabelece as medidas de modernização administrativa.

Entretanto, e por força da crescente evolução tecnológica que levou à necessidade de efetuar ajustamentos e atualizações no âmbito dos serviços da Administração Pública face ao cidadão e do contínuo esforço que se continua a verificar, no âmbito da Modernização Administrativa, o Decreto-Lei n.º 73/2014, de 13 de maio, veio proceder a uma revisão do regime jurídico estabelecido naquele diploma numa tentativa de apostar no “digital como regra”, e consolidar as políticas públicas no âmbito da simplificação e da modernização administrativa.

O artigo 40.º, do mesmo diploma, citado refere que “os planos e relatórios de atividades devem contemplar, em capítulo próprio, as medidas de modernização administrativa, nomeadamente relativas à desburocratização, qualidade e inovação...”, pelo que o IASAÚDE, IP-RAM considerou um capítulo, no Plano de Atividades, com a temática sobre a Modernização Administrativa e as medidas que o serviço se propõe aplicar e consolidar, no sentido de produzir algumas alterações ou ajustar medidas/iniciativas de modernização e simplificação administrativas:

Na Gestão Documental:

- Continuidade na priorização da desmaterialização de processos no arquivo e gestão documental; Está em curso um processo de aquisição de um programa de gestão documental - IDOK;
- Dar execução aos procedimentos e comunicações administrativas, continuando a utilizar, preferencialmente, a via digital/eletrónica;
- Adotar comportamentos que promovam a melhoria na definição de circuitos, com maior fluidez na informação, na elaboração de documentos exclusivamente em formato eletrónico;
- Continuação da aposta na redução significativa da tiragem de fotocópias, utilizando ao invés o armazenamento dos documentos em pastas de partilha, tirando partido do parque de impressoras disponível que já facilita o encaminhamento das cópias diretamente para as unidades/departamentos pretendidos;

Nos Procedimentos Gerais:

- Disponibilizar novos serviços eletrónicos e contribuir para a desburocratização e inovação dos serviços existentes;
- Melhorar a qualidade do atendimento, com o objetivo de aferir a perceção dos clientes dos serviços públicos e simplificar o acesso dos cidadãos aos nossos serviços;
- Privilegiar a comunicação online;
- Utilização de equipamentos com possibilidade de impressão e digitalização com envio diretamente para as pastas de partilha.

As prioridades dadas à continuidade da adoção de medidas de modernização administrativa, com a simplificação e desburocratização de processos, a par com a redução de custos e otimização de recursos para com os resultados esperados, deverão permitir continuar a alcançar ganhos de eficiência e melhoria da qualidade, contribuindo para uma Administração Pública mais eficaz, com mais vantagens para o cidadão/utente na melhoria dos serviços aos mesmos prestados.

4. Avaliação Final

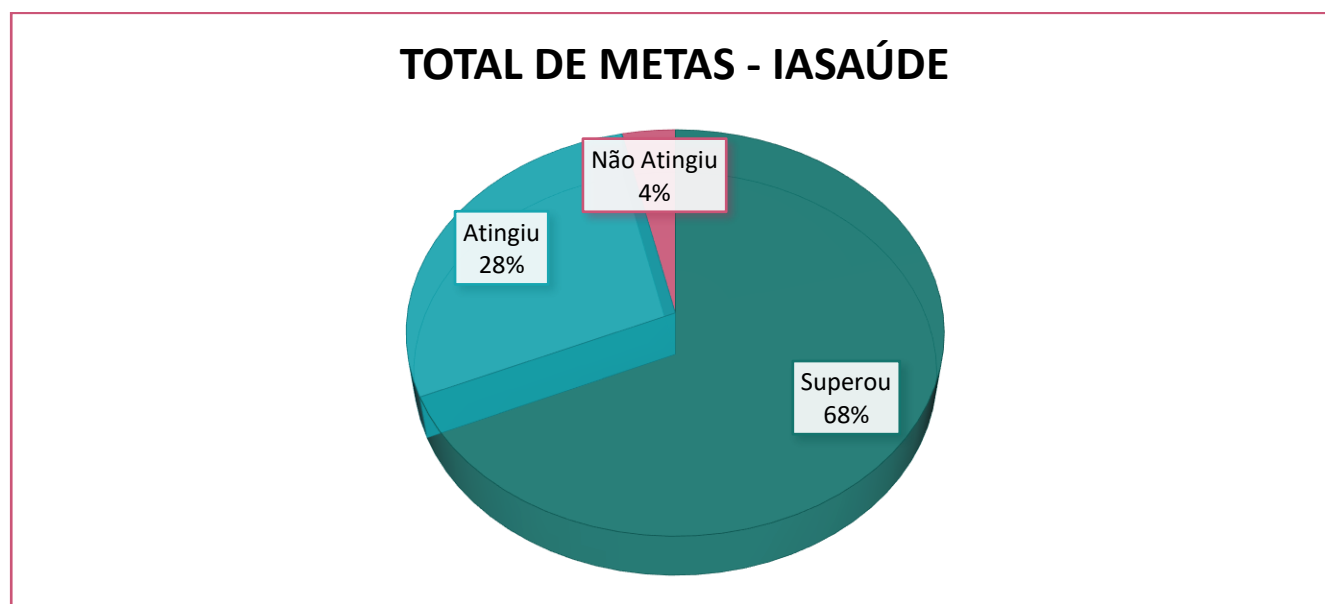


Gráfico 7 – Total de Metas - IASAÚDE

O ano de 2021 foi, novamente, condicionado pela pandemia provocada pela COVID-19. No entanto e por força do que já tinha acontecido em 2020, os serviços adaptaram-se à nova realidade, promovendo novas formas de trabalhar, sem nunca penalizar qualquer interveniente no processo – colaboradores, fornecedores e utentes que nos procuram.

Algumas das medidas implementadas até contribuíram para o desenvolver de atividades que poderiam estar num horizonte mais longínquo para a sua aplicação ou concretização, mas que devido às imposições das medidas emanadas pelas autoridade de saúde – nomeadamente reduzir os ajuntamentos de pessoas, promover o agendamento dos atendimentos presenciais, contribuíram para o alavancar da necessidade urgente de os serviços se reinventarem e implementarem medidas que fossem ao encontro das necessidades exigidas. Uma dessas medidas prende-se com a descentralização do atendimento dos reembolsos, com a implementação, em todos os concelhos da Região, de um posto de atendimento. Implicou, por isso, um esforço na equipa de atendimento que descentraliza também os seus colaboradores para os concelhos e reduz a sua equipa de atendimento, mas que no nosso entender, o benefício que se obtém revela ser mais vantajoso, para o IASAÚDE no âmbito das suas competências.

Verificou-se também uma grande reestruturação a nível orgânico, com a alteração do n.º de elementos do Conselho Diretivo e ainda com a alteração dos próprios elementos que fazem parte do Conselho

Diretivo num curto espaço de tempo, situação a que também não foi alheia a própria dinâmica do Instituto.

A alteração orgânica que ocorreu com a separação dos serviços – ficando o Instituto de Administração da Saúde, IP-RAM e a criação da nova Direção Regional da Saúde, influenciou também o desempenho das equipas a uma nova adaptação de espaços, tarefas e competências.

Ao nível dos Sistemas de Informação, houve uma grande aposta na criação de plataformas por forma a dar resposta às necessidades que a pandemia assim o exigia, implicando um grande esforço e poder de adaptação de todos os intervenientes.

Houve uma grande aposta na prevenção da disseminação da doença, com diversas campanhas direcionadas à população nas diversas fases da COVID-19, incentivando o uso de máscara, dos cuidados a ter, da vacinação a toda a população, nas diferentes fases e faixas etárias, com a implementação da testagem em massa de acordo com as Resoluções emanadas pelo Conselho de Governo Regional.

Durante todo o ano, mantivemos os contratos com hotéis, com farmácias, com laboratórios, com empresas ligadas à higienização e desinfeção de espaços, por forma a garantir sempre o bem-estar da população e tendo em vista a mitigação da doença.

Considera-se assim, que o IASAÚDE, soube de uma forma eficiente e eficaz, ultrapassar todas as adversidades pelas quais se viu obrigado a passar e soube também de uma forma inteligente, tirar partido das ameaças, tonando-as em oportunidades.

Assim, conclui-se que o IASAÚDE teve uma boa prestação no ano de 2021, considerando que, das 57 atividades propostas pelas Unidades Orgânicas deste Instituto, foram superadas 39, atingidas 16 e não foram atingidas apenas 2.

5. ANEXOS

MONITORIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA

1. Programa Especial de Cirurgias (PRC)

1.1.1. Produção Prevista vs. Produção Executada

Considerando a quantidade de GDH's realizados durante o ano de 2021, e de forma a espelhar o impacto da sua execução, optou-se por fazer a análise por especialidade, confrontando as cirurgias que estavam previstas pelo SESARAM, EPRAM para o ano 2021 com aquelas que foram, efetivamente, realizadas no âmbito do Protocolo PRC estabelecido entre o IASAÚDE, IP-RAM e a referida entidade, no ano em análise.

Assim demonstra-se a produção prevista versus a produção executada:

	PRODUÇÃO PREVISTA	PRODUÇÃO REALIZADA	REALIZADO VS. PREVISTO
ESPECIALIDADE	N.º Cirurgias	N.º Cirurgias	Δ% N.º Cirurgias
Cirurgia Córdio-Torácica	17	22	129%
Cirurgia Geral	406	331	82%
Cirurgia Pediátrica	82	19	23%
Cirurgia Plástica	317	455	144%
Cirurgia Vascular	87	46	53%
Ginecologia	186	150	81%
Neurocirurgia	203	490	241%
Oftalmologia	584	599	103%
Ortopedia	270	265	98%
Otorrinolaringologia	249	204	82%
Patologia Mamária	34	49	144%
Urologia	171	180	105%
TOTAL	2 606	2 810	108%

Tabela 14 – Resultados da Produção Prevista vs. Produção executada;

O SESARAM, EPERAM previu realizar, no ano de 2021, ao abrigo do PRC, um total de 2 606 cirurgias, distribuídas por 12 áreas distintas da medicina, dessa previsão verificou-se uma maior incidência da necessidade de recurso a cirurgias nas áreas da Oftalmologia (584), Cirurgia Geral (406) e Cirurgia Plástica (317).

No entanto, foram realizadas 2 810 cirurgias, mais 204 do que aquelas que estavam previstas, o que significa que plano foi superado, com um desvio superior a 8%.

Da análise à realização das cirurgias efetuadas pelo SESARAM, EPERAM, em produção adicional, ao abrigo do referido programa, observou-se que 3 áreas, a execução extrapolou a previsão, designadamente, nas áreas de Neurocirurgia, Patologia Mamária e Cirurgia Plástica, ascendendo os 100% quando comparado com o planeado.

As restantes cirurgias aproximaram-se da previsão efetuada, ficando Cirurgia Pediátrica mais distante do previsto, com apenas 23% da execução.

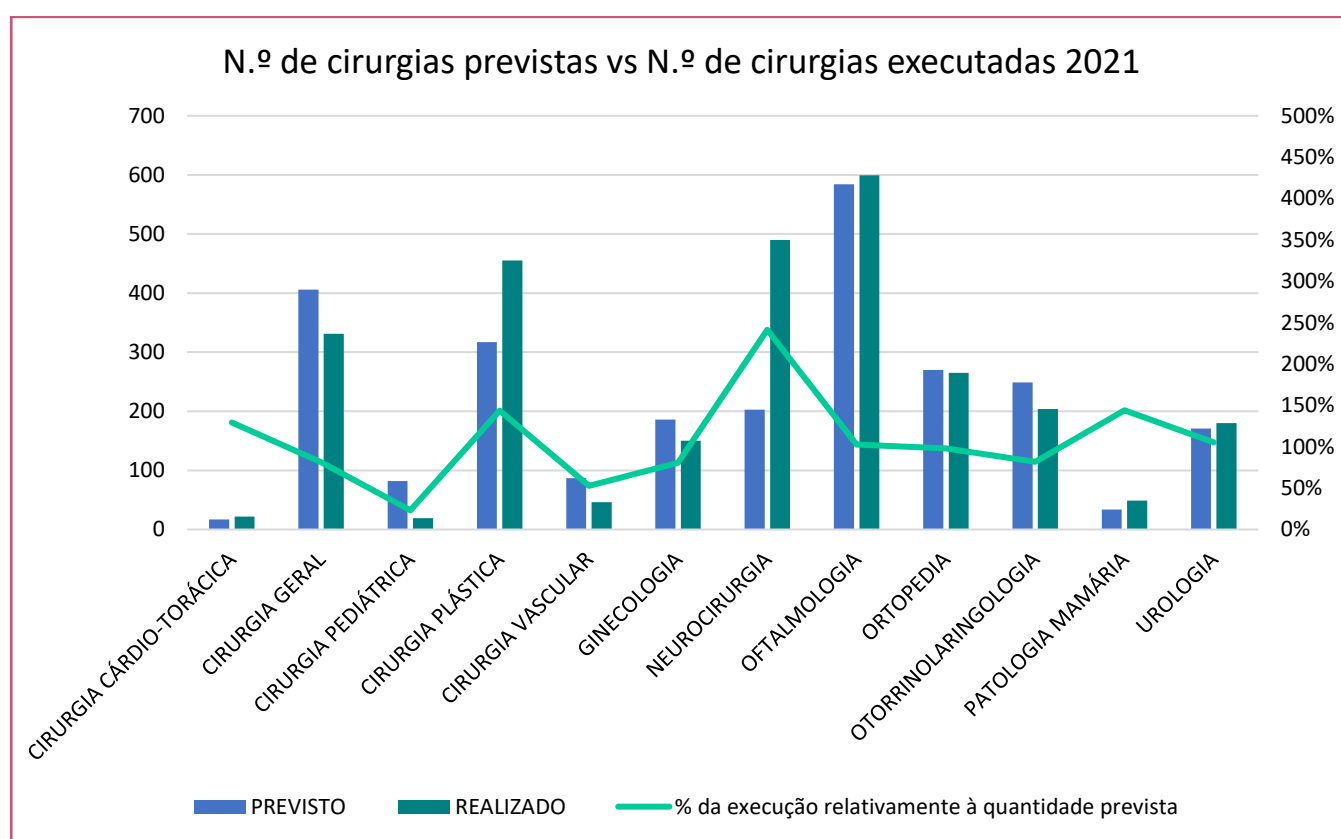


Gráfico 8 – N.º de Cirurgias Previstas vs. N.º de Cirurgias Executadas | PRC 2021;

O gráfico acima demonstra, claramente, que a 31 de dezembro de 2021, a execução, de um modo geral, ficou muito aproximada do previsto, fixando a sua taxa de concretização nos 108%.

1.1.2. Valores Faturados e Conferidos - 2020/2021

De seguida demonstra-se os valores faturados e conferidos no ano 2020 e 2021, bem como o n.º de cirurgias realizadas ao abrigo do PRC:

	2020	2021	Δ% 2020-2021
Valor Faturado	2 479 256,69 €	5 608 851,79 €	126%
Valor Conferido	2 479 256,69 €	5 608 851,79 €	126%
Cirurgias Realizadas	1 262	2 810	123%

Tabela 15 - Valores Faturados e Conferidos | 2020-2021

De referir que, comparativamente ao ano anterior, constatou-se um crescimento na faturação do PRC no ano 2021 na ordem dos 126%, e, por conseguinte, um aumento na ordem dos 123%, no número de cirurgias realizadas.

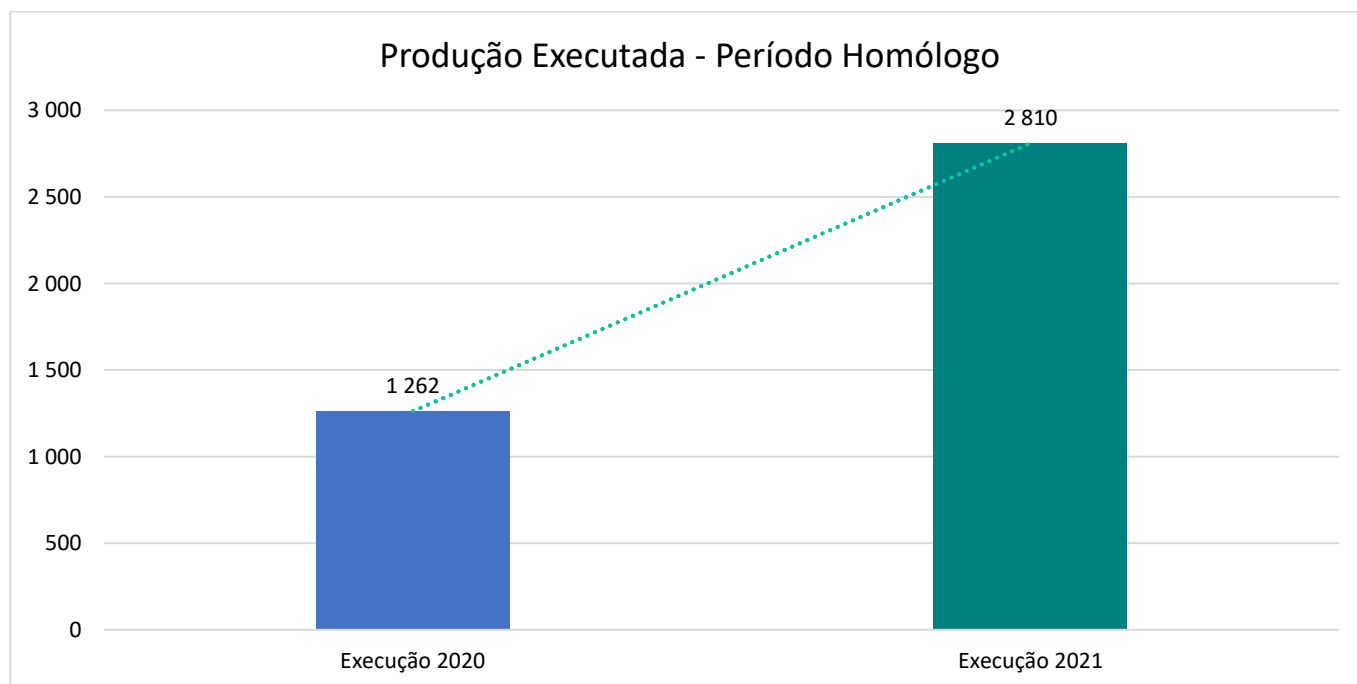


Gráfico 9 - Evolução da quantidade de Cirurgias realizadas

Assim no ano de 2021, foram executadas mais de 1 548 cirurgias do que no ano de 2020, o que se veio a refletir na diminuição das listas de espera cirúrgicas (LIC). Pelo que podemos concluir que o programa cumpriu o propósito para que foi criado.

1.1.3 Peso das Cirurgias Realizadas

As 12 áreas da medicina tiveram o seguinte peso no total das 2 810 cirurgias realizadas em 2021.

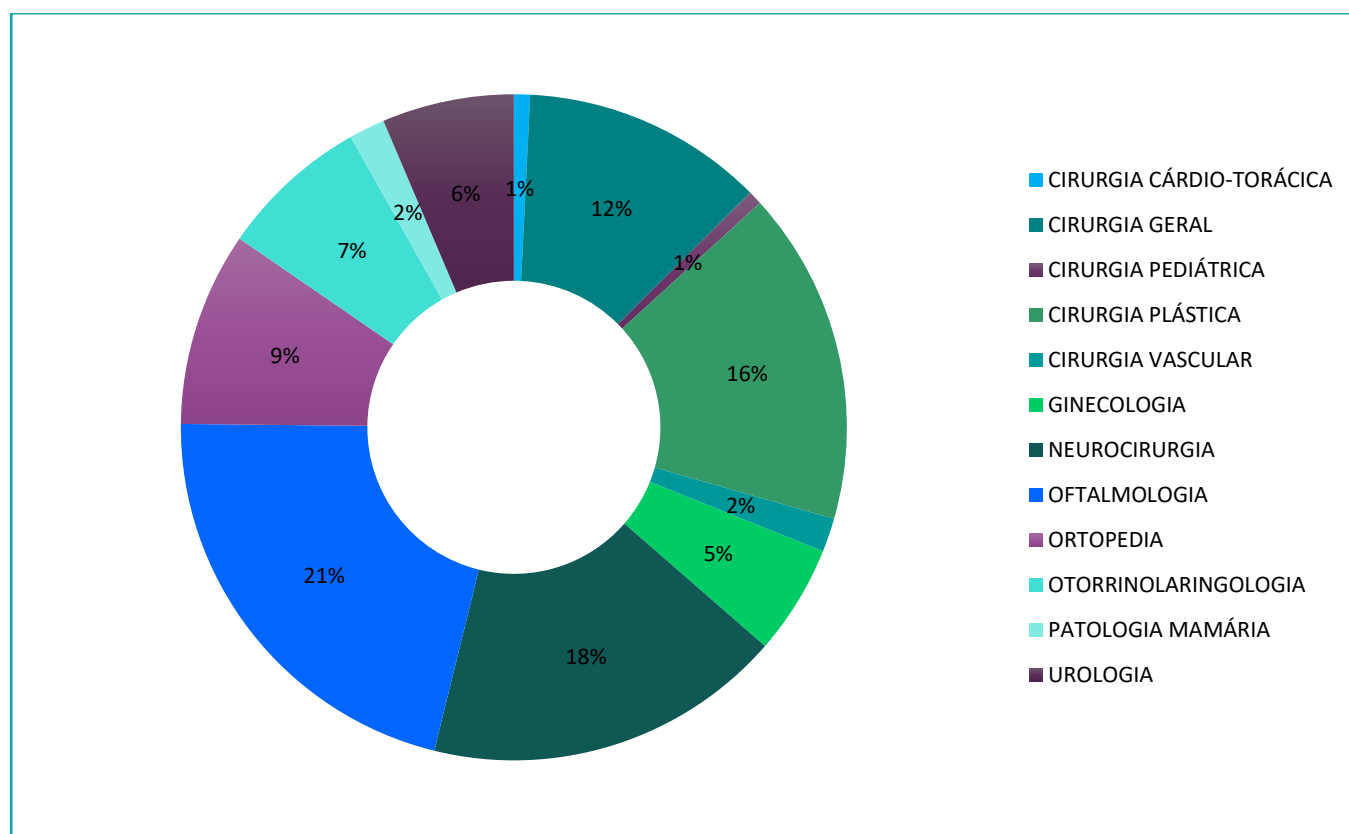


Gráfico 10 - Distribuição quantitativa das Cirurgias por Especialidade – 2021

Com uma execução na ordem dos 108% face ao planeado, verificou-se que foi a área de oftalmologia, com 21%, que apresentou a maior taxa de execução, seguida da neurocirurgia e da cirurgia plástica, com 18% e 16%, respetivamente. Já com pouca expressividade ficou a cirurgia cárdio-torácica com 1%.

2. Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS)

O Governo Regional da Madeira assumiu o compromisso de realizar uma intervenção séria no domínio da recuperação das listas de espera, já no ano de 2016, para a realização de Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT), tendo como princípio estruturante o reconhecimento de que a finalidade última do Serviço Regional de Saúde é a prestação de cuidados de saúde a quem deles

necessita, pelo que considerou essencial que os utentes pudessem ser melhor atendidos em tempo útil, de forma eficaz e humanizada.

Considerando a dimensão e complexidade da problemática das listas de espera, e com vista à diminuição das mesmas foi criado o Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS), incidindo na realização de exames MCDT, mediante a capacidade instalada no setor público, realizados em Produção Adicional, ou com recurso a entidades privadas, realizados no setor privado.

Assim, em 2017, verificou-se que as áreas primordiais definidas pelo SESARAM, EPERAM para a operacionalização deste programa, através de protocolo entre essa entidade e o IASAÚDE, IP-RAM, foram as Ressonâncias Magnéticas e os exames de Cardiologia.

Do ano 2019 para o ano 2020 já se assistiu a uma quebra acentuada no que respeita à realização de MCDT, ao abrigo do PEACS, em Produção Adicional, não se tendo, inclusivamente, verificado qualquer faturação, em 2020, na área da Cardiologia e relativamente às Ressonância Magnética Nuclear apurou-se uma produção pouca expressiva neste âmbito.

Este facto já nos fazia antever, dada a tendência verificada, que o PEACS em Produção Adicional, perderia a sua expressão, o que se veio a confirmar, a 31 de dezembro de 2021, com a ausência de faturação ao IASAÚDE, IP-RAM referente à realização de MCDT em Produção Adicional, por parte do SESARAM, EPERAM.

Pelo que, perante estas circunstâncias, não existem dados a apresentar sobre esta matéria.

2.1. Setor Privado

Ainda que se tenha mantido a continuidade do alargamento do Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS) aos prestadores privados de saúde com vista à redução das listas de espera do SESARAM, EPERAM, designadamente, para a realização de colonoscopias, ecografias mamárias, mamografias e exames de cardiologia, no ano 2021 não se verificaram novas adesões.

Assim, a 31 de dezembro de 2021, mantinham-se os 22 prestadores convencionados, nomeadamente, para a realização de colonoscopias (7), para a realização de ecografias mamárias e mamografias (5) e para a realização de exames de cardiologia (10), sendo que alguns dos mesmos são transversais aos três tipos de exame.

Pelo que, os 22 prestadores privados de saúde aderentes à convenção PEACS – Setor Privado desde 2016 até 31 de dezembro de 2021, encontram-se distribuídos da seguinte forma:



Figura 2 - Distribuição de Aderentes à Convenção PEACS - Setor Privado a 31 de dezembro de 2021

2.1.1. Resumo da Convenção PEACS - Setor Privado

O Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde (PEACS), alargado aos prestadores de saúde do setor privado foi criado para colmatar a falta de capacidade instalada do serviço público para a realização de exames MCDT. De referir que, no ano em análise assistimos a um decréscimo bastante acentuado na procura deste mecanismo de financiamento, através de protocolo celebrado entre o IASAÚDE, IP-RAM e o SESARAM, EPERAM, pelo que depreendemos que a capacidade do serviço público tem sido suficiente para a dar resposta à procura destes exames.

Assim, apenas na área da Radiologia, mais concretamente, na prestação de Ecografias Mamárias e nas Mamografias, se verificou faturação por parte dos prestadores privados de saúde, conforme abaixo se demonstra:

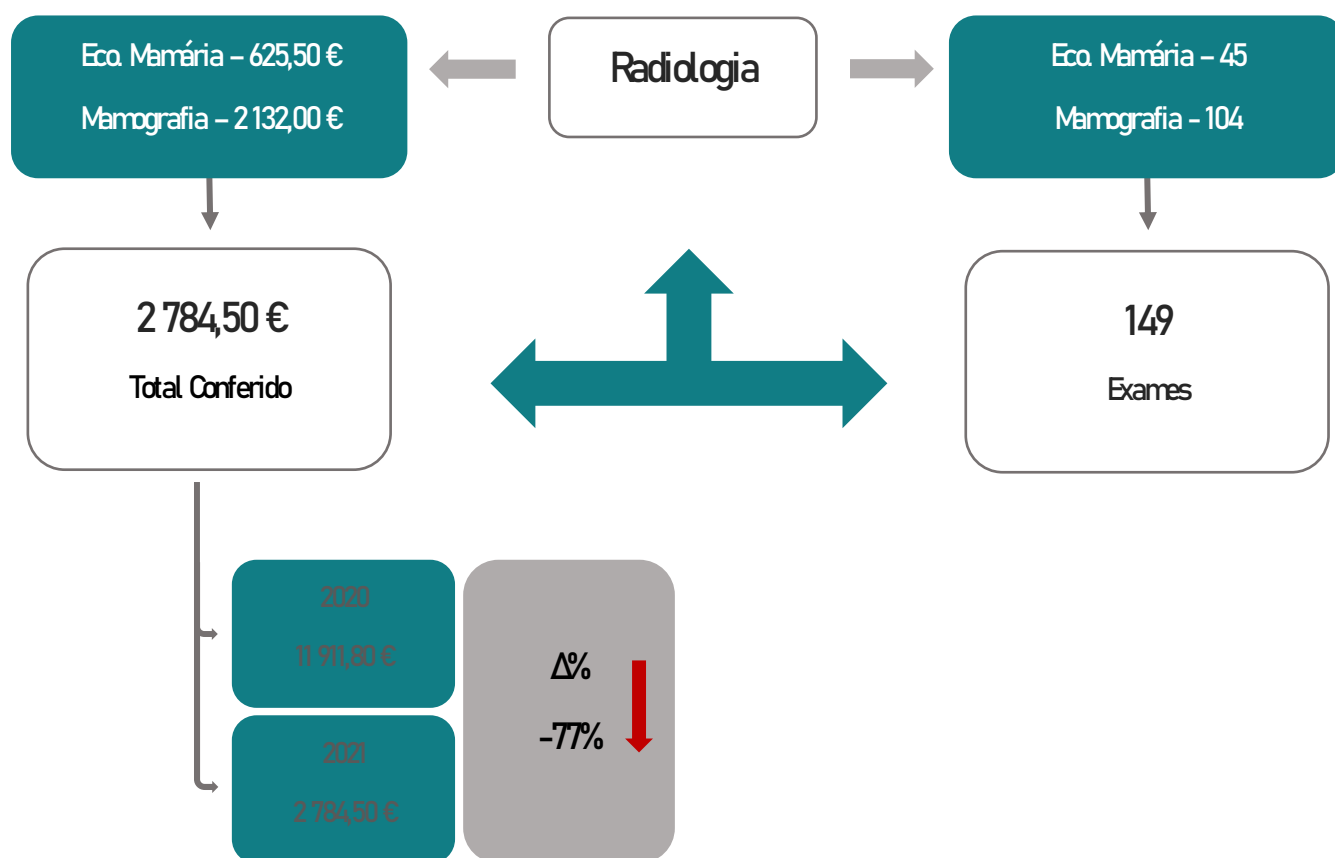


Figura 3 - Resumo da Convenção PEACS - Setor Privado

Desta forma, concluímos que a área de cardiologia e de gastroenterologia perderam 100% de expressão neste mecanismo de financiamento e que, a radiologia teve um decréscimo na ordem dos 77%, quando comparado com o ano anterior, tendo sido encaminhados pelo SESARAM, EPERAM para os prestadores privados um total de 149 exames, sendo que 45 foram ecografias mamárias e 104 foram mamografias.

3. Convenção para a prestação de Cuidados de Saúde na área da Diálise

No ano de 2021, deu-se continuidade à conferência e monitorização dos dados relativamente à convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da Diálise aos utentes do SRS-Madeira. Verificou-se que a adesão a esta convenção se manteve num único prestador privado, na Modalidade de Preço Compreensivo sem acessos vasculares, com atuação em dois concelhos da RAM - Funchal e Machico – apresentando os seguintes resultados no ano em análise.

	Diárias Conferidas	Valor Faturado	Valor Conferido	Diferença
UA Funchal	51 740	3 248 638,59 €	3 231 214,74 €	17 423,85 €
UA Machico	22 253	1 435 480,55 €	1 389 722,10 €	45 758,45 €
Total	73 993	4 684 119,14 €	4 620 936,84 €	63 182,30 €

Tabela 16 - Quantidade de Diárias/Valores Faturados e Conferidos | Convenção Diálise

De referir que, no ano 2021, o IASAÚDE, IP-RAM participou um total de 73 993 diárias, tendo se verificado algumas divergências quando comparadas com as faturadas, detetadas em sede de conferência, sendo que o tipo de erro com maior incidência foi a faturação de dias em que os utentes realizaram as sessões de diálise no SESARAM, EPERAM, tendo o prestador privado faturado ao IASAÚDE, IP-RAM.

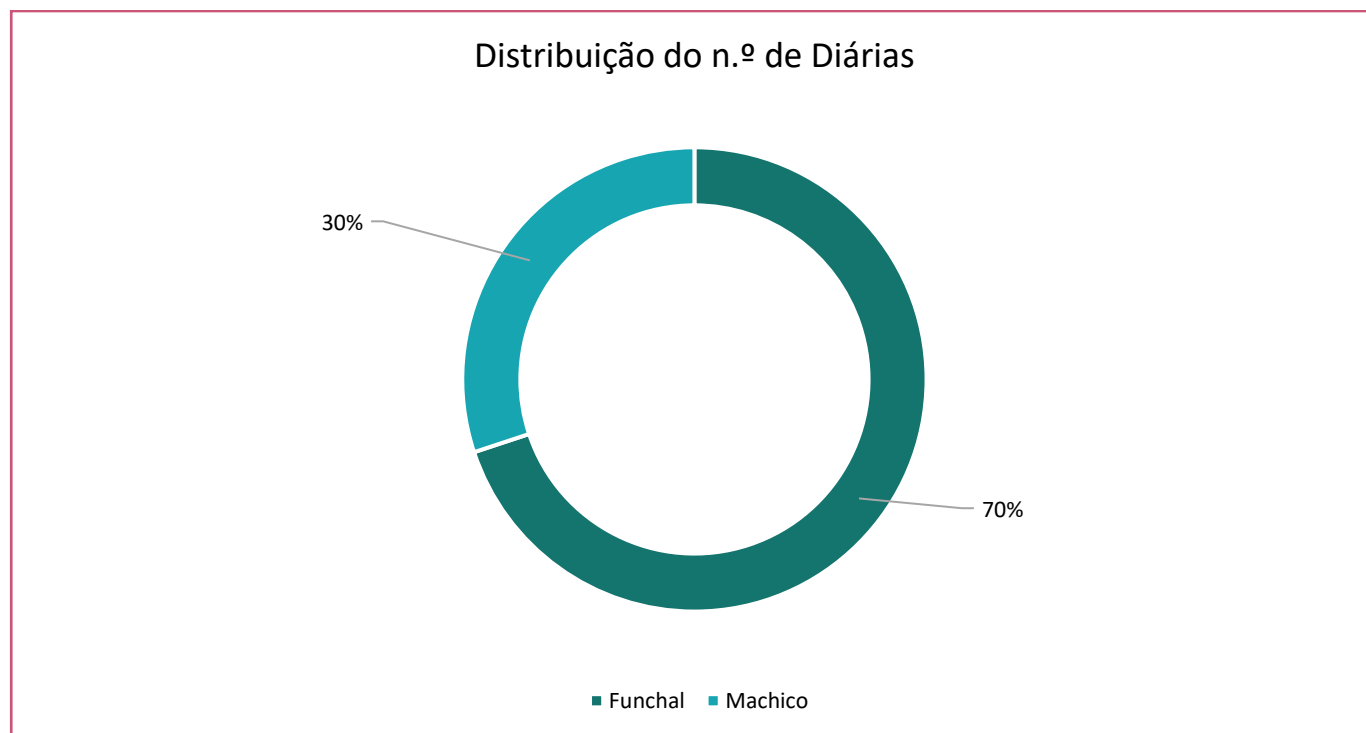


Gráfico 11 - Distribuição do n.º de Diárias

Verificou-se ainda que, foi no Funchal onde se registou uma maior procura dos utentes, sendo que 70% das diárias foram realizadas neste concelho e as restantes 30% na Clínica de Machico.

3.1. Valores Faturados e Conferidos – 2020/2021

Face ao mesmo período homólogo do ano anterior, verificou-se um incremento nas diárias conferidas, na ordem dos 6%, que, por conseguinte, influenciou nos valores faturados ao abrigo da Convenção para a prestação de cuidados de saúde na área da Diálise em 2021.

		2020	2021	$\Delta\%$ 2020/2021
Diárias	Faturadas	70 312	75 004	7%
	Conferidas	70 091	73 993	6%
Valor Faturado		4 168 416,93 €	4 684 119,14 €	12%
Valor Conferido		4 057 129,23 €	4 620 936,84 €	14%

Tabela 17 - Valores Faturados e Conferidos - 2020/2021

Observou-se, assim, uma inflação nos valores conferidos com estes cuidados na ordem dos 14%.

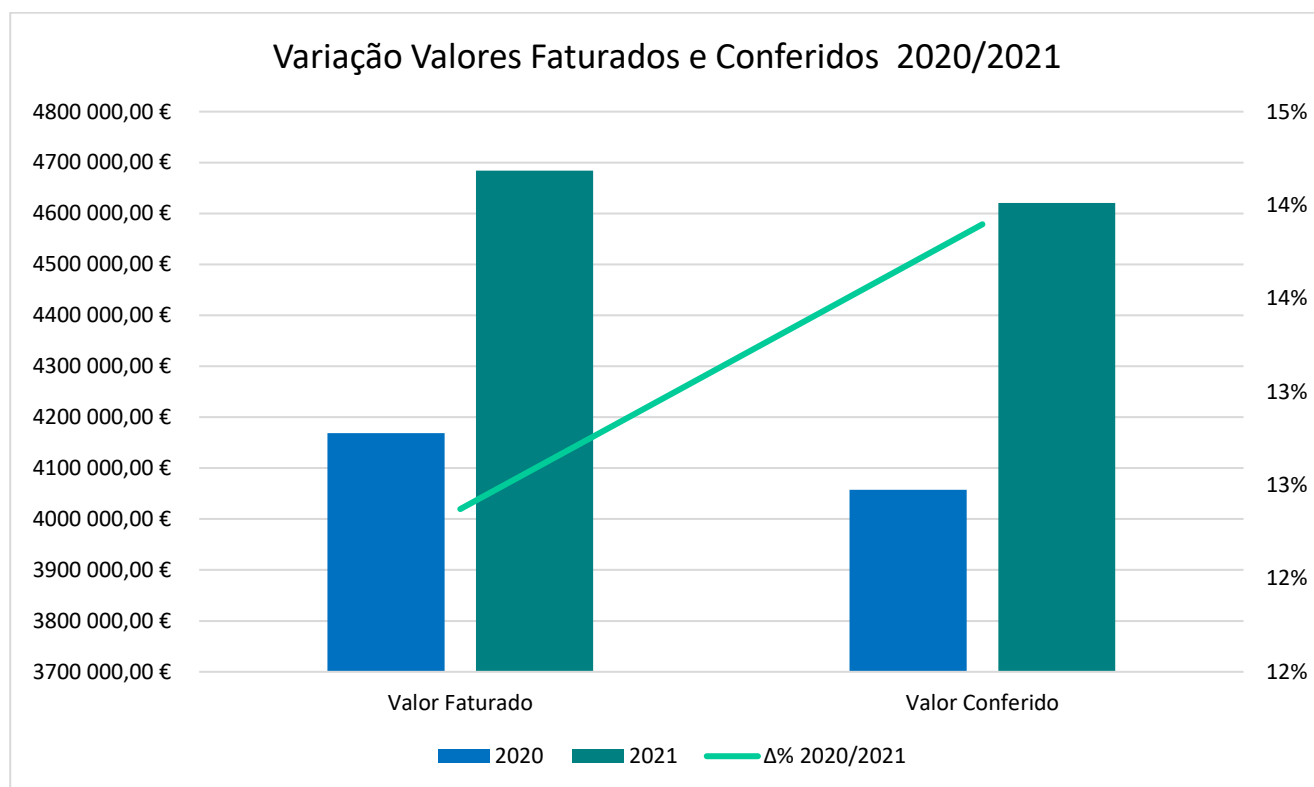


Gráfico 12 - Variação dos Valores Faturados e Conferidos - 2020/2021

4. Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPCO-RAM)

Este programa com início em 2017, tem vindo a demonstrar uma fraca expressão, contrariamente aquilo que se perspetivava com implementação do mesmo, presumivelmente, por ter uma maior incidência no serviço público.

Assim, no ano de 2021 não se verificou qualquer alteração em relação à adesão de médicos dentistas a este programa de saúde, mantendo-se os mesmos sete que no ano anterior, bem como nos aderentes para os estudos anatomopatológicos, mantendo-se num único laboratório aderente.

De seguida representa-se em resumo global a operacionalização do PIPCO-RAM, em 2020 e 2021, concluindo-se que os valores conferidos nestes 2 anos rondou o valor de 1.500,00€.



Figura 4 - Programa de Intervenção Precoce no Cancro Oral (PIPCO-RAM)

Quando comparada a sua evolução com a do ano transato confirma-se a fraca expressão do PIPCO-RAM, que apresentou em 2 anos consecutivos um reduzido número de consultas para uma intervenção precoce do cancro oral, ainda que, no ano em análise tivesse contado com mais 2 consultas face ao ano anterior.

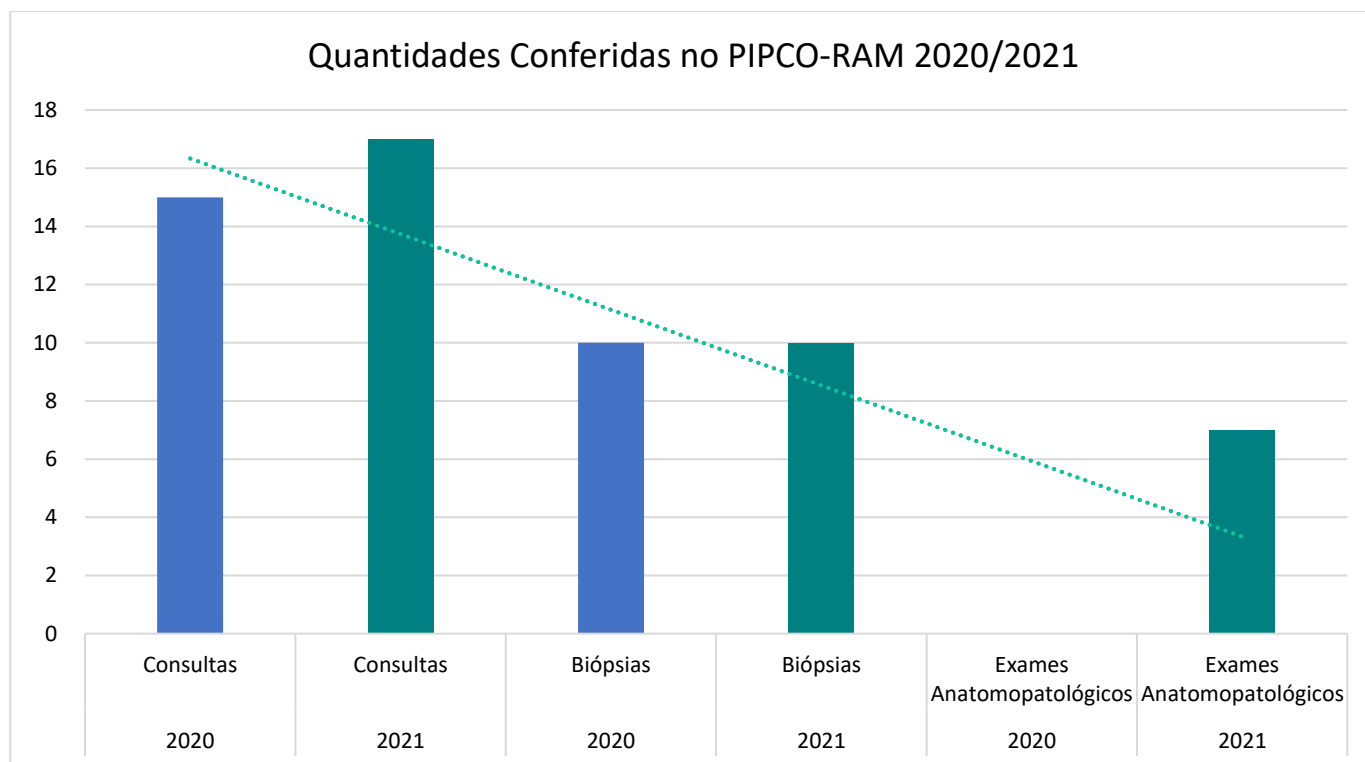


Gráfico 13 - Quantidades Conferidas | PIPCO-RAM 2020/2021

5. Acordos de Faturação

O IASAÚDE, IP-RAM é parte outorgante de diversos acordos de faturação com prestadores privados de saúde, para a realização de MCDT e prestação de Outros Cuidados de Saúde, nas mais diversas áreas da medicina, designadamente:

Áreas MCDT	Prestadores com Acordo
Análises Clínicas	3
Anatomia Patológica	3
Cardiologia	10
MFR	9
Radiologia	14
Ressonância Magnética Nuclear (1)	3
Outros Cuidados de Saúde	Prestadores com Acordo
Cirurgias	4
CRD	2
Próteses Dentárias	2

Tabela 18 - Prestadores com Acordos por Área – 2021

(1) Revista no ano de 2021.

No ano 2021 com a revisão do financiamento em saúde na área da Ressonância Magnética Nuclear verificou-se a adesão de mais um prestador face ao ano anterior. Assim, e considerando que esta área foi alvo de revisão no ano 2021, optou-se por demonstrar os seus resultados separadamente das restantes áreas, no ponto 3.7.

6. Total de Requisições

No ano de 2021, e face às novas ferramentas informáticas implementadas ao nível da conferência, foi possível apurar o número de requisições, por área, tipo de prescrição, bem como a sua origem (setor público ou setor privado), que abaixo se apresenta.

2021					
ÁREA	Tipo Financiamento	Origem Prescrição	N.º de Requisições	Valor Faturado	Valor Conferido
ANÁLISES CLÍNICAS	Acordos	Privado	248 378	9 212 804,67 €	8 531 046,71 €
ANATOMIA PATOLÓGICA	Acordos	Privado	6 399	135 785,25 €	131 123,38 €
CARDIOLOGIA	Acordos	Privado	24 923	925 883,45 €	920 705,33 €
MFR	Acordos	Privado	26 649	1 964 980,40 €	1 945 575,60 €
RADIOLOGIA	Acordos	Público	23 825	870 094,24 €	855 030,38 €
TOTAL			330 174	13 109 548,01 €	12 383 481,40 €

Tabela 19 - Total de Requisições por Área - Acordos de Faturação

A conferência é realizada a 100% dos documentos enviados para faturação, pelo que as 330 174 requisições faturadas nas diversas áreas ao abrigo dos Acordos de Faturação foram objeto de conferência, bem como foram elaborados relatórios de conferência e enviados aos respetivos prestadores, na sequência da faturação apresentada.

6.1. Dados Específicos apurados nos Acordos de Faturação

Muito embora ainda não nos seja possível aferir dados detalhados em todas as áreas, com a implementação do registo informatizado de apoio à conferência no Programa de Conferência, já nos foi

possível elaborar análises mais aprofundadas nas áreas de Análises Clínicas, Cardiologia, CRD, Cirurgias e Ressonâncias Magnéticas Nucleares.

De referir também que o registo informatizado de apoio à conferência permitiu-nos apurar, não só a quantidade de requisições conferidas, como também, o número de utentes e a quantidade de tratamentos em algumas áreas, que abaixo se demonstra.

6.2. Análises Clínicas

As análises clínicas são, sem dúvida, a área dos acordos de faturação que absorve a maior fatia em termos de cuidados de saúde prestados, bem como representam o maior esforço em termos de conferência. Não podemos nos esquecer que, tendo em conta os totais de requisições mensais, em média 19 mil requisições, apresentando cada requisição uma média de 8 análises cada, consomem exponencialmente um volume de trabalho dos recursos humanos envolvidos.

Assim, demonstra-se infra os resultados obtidos no último biénio:

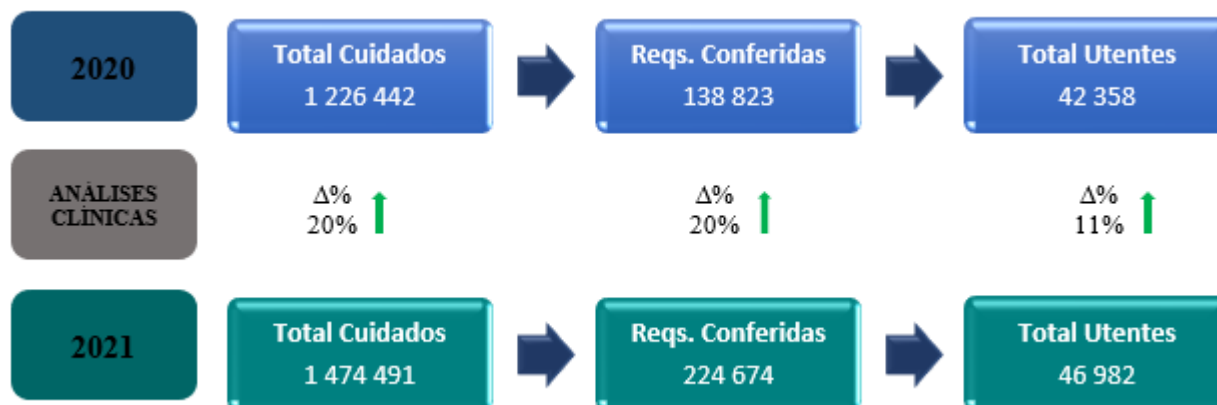


Figura 1 - Dados

Figura 5 – Resultados apurados na área de Análises Clínicas 2020/2021 | MCDT

Verificou-se que no ano de 2021 ocorreu um acréscimo nas análises clínicas realizadas pelos utentes SRS-Madeira, com um incremento de 20% em relação ao ano anterior. Assim concluímos que este crescimento está relacionado com o facto de do primeiro semestre de 2020 ter-se verificado uma quebra advinda do confinamento provocado pela doença COVID-19.

6.3. Cardiologia

A área da cardiologia conta com 10 prestadores com acordo de faturação para a prestação de exames a utentes do RS-Madeira, munidos de requisição do setor privado.



Figura 6 - Dados apurados na área de Cardiologia | MCDT 2021

(1) Os dados apresentados em 2020 não refletem os valores totais devido à data de início do programa conferência.

Da análise da figura n.º 6 consegue-se aferir que no ano em análise 17 236 utentes SRS-Madeira recorreram à prestação privada de cuidados de saúde na área da cardiologia, não sendo possível aferir valores comparativos com o ano anterior atendendo que se deu início a processo de inserção de dados a partir do mês de setembro de 2020.

6.4. Valores Faturados e Conferidos – 2020/2021

Os valores apresentados na tabela abaixo refletem os valores apresentados pelos prestadores com Acordos de Faturação para a prestação de MCDT, e cuja a conferência ficou a cargo do Gabinete de Controlo e Conferência, bem como a variação entre 2021 e o seu período homólogo do ano de 2020.

ÁREA	2020			2021			Δ% 2020/2021
	VALOR FATURADO	VALOR CONFERIDO	DIFERENÇA	VALOR FATURADO	VALOR CONFERIDO	DIFERENÇA	
ANÁLISES CLÍNICAS	6 586 679,40 €	6 440 688,20 €	145 991,20 €	9 212 804,67 €	8 531 046,71 €	681 757,96 €	32%
ANATOMIA PATOLÓGICA	127 982,37 €	125 844,50 €	2 137,87 €	135 785,25 €	131 123,38 €	4 661,87 €	4%
CARDIOLOGIA	664 047,33 €	655 135,18 €	8 912,15 €	925 883,45 €	920 705,33 €	5 178,12 €	41%
MFR	1 452 914,20 €	1 434 589,00 €	18 325,20 €	1 964 980,40 €	1 945 575,60 €	19 404,80 €	36%
RADIOLOGIA	779 647,52 €	772 347,57 €	7 299,95 €	870 094,24 €	855 030,38 €	15 063,86 €	11%
TOTAL	9 611 270,82 €	9 428 604,45 €	182 666,37 €	13 109 548,01 €	12 383 481,40 €	726 066,61 €	31%

Tabela 20 - Valores Faturados e Conferidos - Comparação Período Homólogo 2020/2021

De referir, e tendo por base os valores conferidos, que no ano de 2021 registou-se um aumento acentuado das prestações em unidades de saúde dos valores conferidos ao abrigo dos acordos de faturação, nomeadamente na ordem dos 32%, relativamente ao ano anterior.

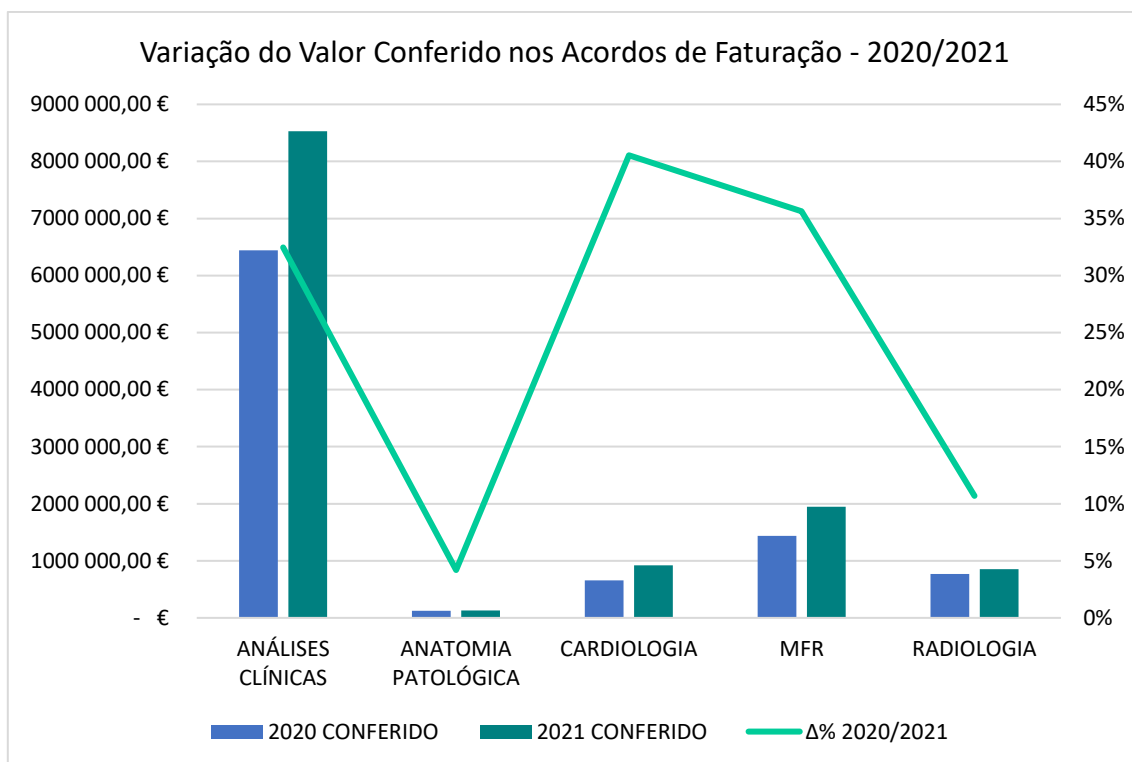


Gráfico 14- Variação dos Valores Conferidos no Acordos de Faturação

Esta tendência resultou do maior volume da faturação registado no ano de 2021 numa perspetiva geral, mas sobretudo na área das análises clínicas. É preciso ter em conta que o ano de 2020 foi atípico, dado às situações de confinamento verificadas e cumpridas pela população, que divergem das medidas aplicadas em 2021. Este ano com a abertura do comércio provocado pelo abrandamento das medidas de contenção à doença covid-19 pelo que assim o campo comparativo do volume faturado é subjetivo.

6.5. Peso por Área no Total das Requisições – Acordos de Faturação

De seguida demonstramos o peso de cada área tendo em conta o número total de requisições de MCDT apresentadas para faturação ao abrigo dos Acordos de Faturação a 31 de dezembro de 2021.

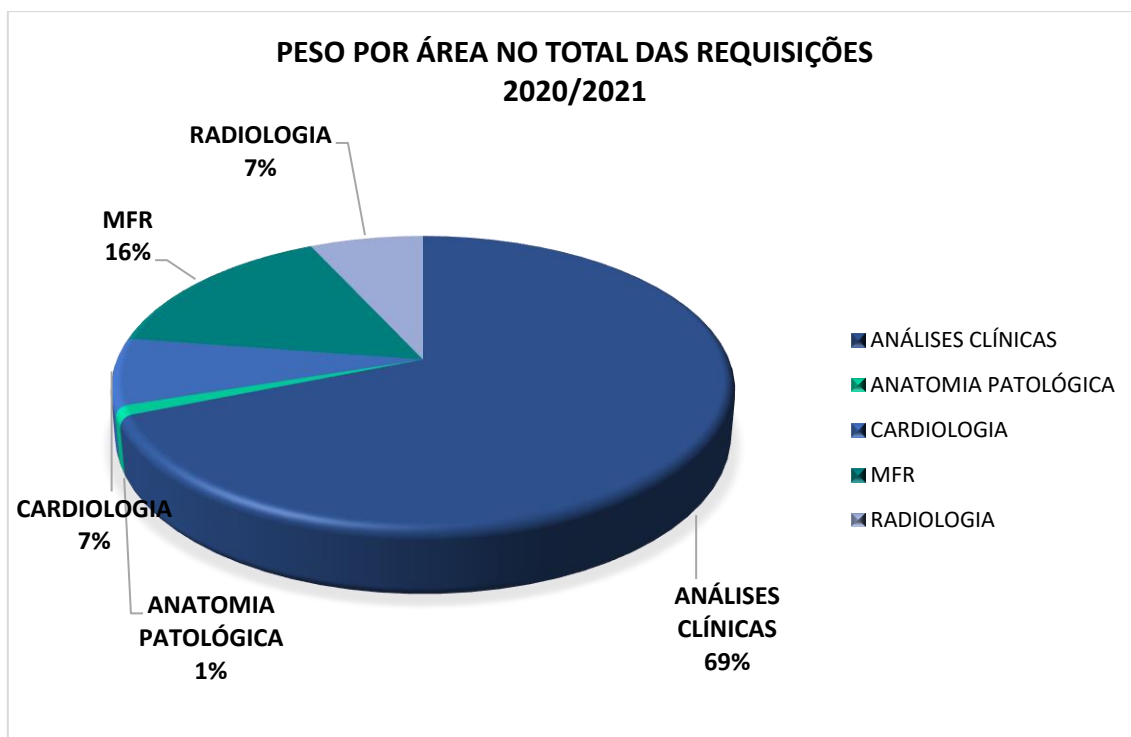


Gráfico 15 - Peso por área no Total das Requisições | Acordos de Faturação

No universo dos Acordos de Faturação, verificou-se que as áreas que apresentaram maior fatia de requisições conferidas, em 2021, foram as Análises Clínicas (69%), seguidas da Medicina Física e Reabilitação (16%). As restantes áreas fixaram-se abaixo dos 10 % do total das requisições de MCDT conferidas.

6.6. Outros Cuidados de Saúde – Valores Faturados e Conferidos 2020/2021

Demonstra-se de seguida as áreas relativas à prestação de Outros Cuidados de Saúde, que, igualmente, o IASAÚDE, IP-RAM tem Acordos de Faturação para a prestação destes cuidados de saúde.

ÁREA	2020			2021			Δ % 2020/2021
	VALOR FATURADO	VALOR CONFERIDO	DIFERENÇA	VALOR FATURADO	VALOR CONFERIDO	DIFERENÇA	
PRÓTESES DENTÁRIAS	40 806,65 €	40 579,21 €	227,44 €	41 962,61 €	41 415,93 €	546,68 €	2%
CUIDADOS RESPIRATÓRIOS DOMICILIÁRIOS	2 800 006,95 €	2 769 437,15 €	30 569,80 €	3 022 504,97 €	2 951 312,84 €	59 039,40 €	7%
CIRURGIAS	68 700,62 €	62 915,00 €	5 785,62 €	70 910,00 €	55 982,48 €	14 927,52 €	-11%
TOTAL	2 909 514,22 €	2 872 931,36 €	36 582,86 €	3 135 377,58 €	3 048 711,25 €	74 513,60 €	6%

Tabela 21 - Valores Faturados e Conferidos - 2020/2021 | Outros Cuidados de Saúde

Como já verificado no ponto anterior, no ano de 2021, registou-se um crescimento global dos valores conferidos pelo IASAÚDE, IP-RAM ao abrigo dos Acordos de Faturação, sendo que, no que diz respeito aos Outros Cuidados de Saúde, ocorreu um aumento na ordem dos 6% em relação ao seu período homólogo do ano de 2020. Esta tendência crescente resultou de um maior volume da faturação registado no ano de 2021 numa perspetiva geral, tal como nas áreas de MCDT.

Ainda relativamente aos Outros Cuidados de Saúde, mais precisamente na área de Cuidados Respiratórios Domiciliários, também foi possível apurar o total de cuidados, quantidade de requisições e total de utentes através do registo informatizado de apoio à conferência.

6.7. Dados Específicos apurados nas áreas de Outros Cuidados de Saúde

6.7.1. Cuidados Respiratórios Domiciliários (CRD)

O IASAÚDE-IP-RAM tem acordo de faturação com dois prestadores na área dos CRD, que abrange quer as requisições providas do setor público, quer do setor privado, para os utentes do SRS-Madeira.

Por se tratar de uma área cuja grande fatia dos tratamentos são de carácter continuado, de ano para ano, não se verificam grandes oscilações em os valores que abaixo se representa.



Figura 2 - Dados apurados na área de CRD | Outros Cuidados de Saúde 2021

No último biénio conclui-se que o n.º de utentes a necessitarem deste tipo de tratamentos fixou-se numa média de 3 000 utentes por ano, sendo que é o setor público o maior prescriptor dos mesmos.

6.7.2. Cirurgias

Para a realização de cirurgias aos utentes do SRS-Madeira o IASAÚDE, IP-RAM conta com quatro prestadores com Acordo de Faturação, sendo que, apenas dois realizam cirurgias em regime de ambatório e outros dois em regime de internamento e ambatório. A ilustração abaixo demonstra que no ano 2021 os valores sofreram uma quebra em relação ao ano transato, que poderá estar relacionado com o ponto 1 deste relatório, quando referimos que o SESARAM, EPERAM aumentou a sua capacidade de resposta na área das cirurgias, através do PRC.



Figura 3 - Dados apurados na área de Cirurgias | Outros Cuidados de Saúde 2021

Conclui-se que em 2021, foram menos 363 utentes, face ao ano anterior, que recorreram ao setor privado para a realização de intervenções cirúrgicas.

6.7.3. Peso por Área no Total da Despesa – Outros Cuidados de Saúde

De seguida demonstra-se o peso de cada área no que diz respeito ao valor conferido pelo IASAÚDE, IP-RAM, dentro dos outros cuidados de saúde.

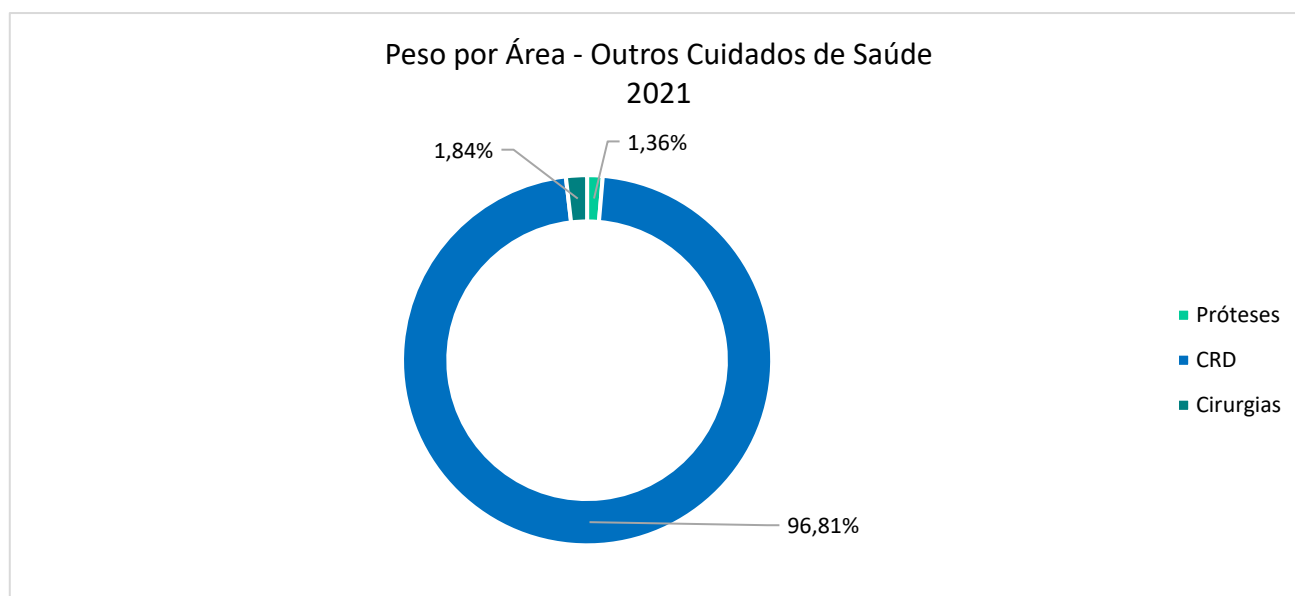


Gráfico 16 - Valor Conferido por Área | Acordos de Faturação - Outros Cuidados de Saúde

Os Cuidados Respiratórios e Domiciliários, é claramente, a área com maior peso neste contexto, absorvendo 96,81% da fatia respeitante aos Outros Cuidados de Saúde em 2021. A restante percentagem fica diluída entre as Cirurgias, com 1,84% e as Próteses Dentárias com 1,36%.

6.7.4. Despesas de saúde - Utentes migrantes (MCDT e Outros Cuidados de Saúde)

O IASAÚDE, IP-RAM, ao abrigo dos Acordos de Faturação, Acordos de Cooperação e Convenções, assume perante os prestadores privados de saúde a despesa com os utentes, sendo que esta despesa era enviada (até ao 1.º semestre de 2021) mensalmente ao SESARAM, EPERAM, para a devida faturação, via ACSS, aos países com acordos bilaterais, devendo estes valores ser restituídos ao IASAÚDE, IP-RAM.

Contudo, e na sequência do objetivo operacional n.º 3 descrito no início deste relatório, estes documentos deixaram de ser enviados para o SESARAM, EPERAM, a partir de julho de 2021, para efetuar essa ponte com a ACSS, passando a ser da competência do IASAÚDE, IP-RAM, através da plataforma FAIT, a introdução destas despesas a fim dos valores serem restituídos pelo País onde o utente faz os seus descontos.

Esse procedimento a 31 de dezembro estava ainda embrionário, em fase de experiência, pelo que embora não tivesse ocorrido envios, manteve-se a prática de apurar os valores com estas despesas assumidas primeiramente pelo IASAÚDE, IP-RAM perante o prestador de cuidados de saúde, mas que deverá ser ressarcido pelo país de origem do utente.

Neste sentido, apurou-se, no ano de 2021, os seguintes valores, tendo por base os valores conferidos:

Mês	Quantidade de Exames	Valores Conferidos
Análises C.	6 132	27 597,18 €
Anatomia P.	13	268,25 €
Cardiologia	138	4 319,19 €
Cirurgias	0	- €
Díalise	522	32 598,90 €
Inter. Psiquiatria	781	36 801,00 €
MFR	4 011	7 638,60 €
CRD	383	1 246,57 €
Protésicos	0	- €
Radiologia	63	2 565,27 €
RMN	42	4 900,98 €
Total Geral	12 085	117 935,94 €

Tabela 22 - Quantidades e Valores Conferidos 2021 | Migrantes

Verificou-se que as áreas que geraram uma maior procura por este tipo de utente foram as análises clínicas e os tratamentos de medicina física e reabilitação.

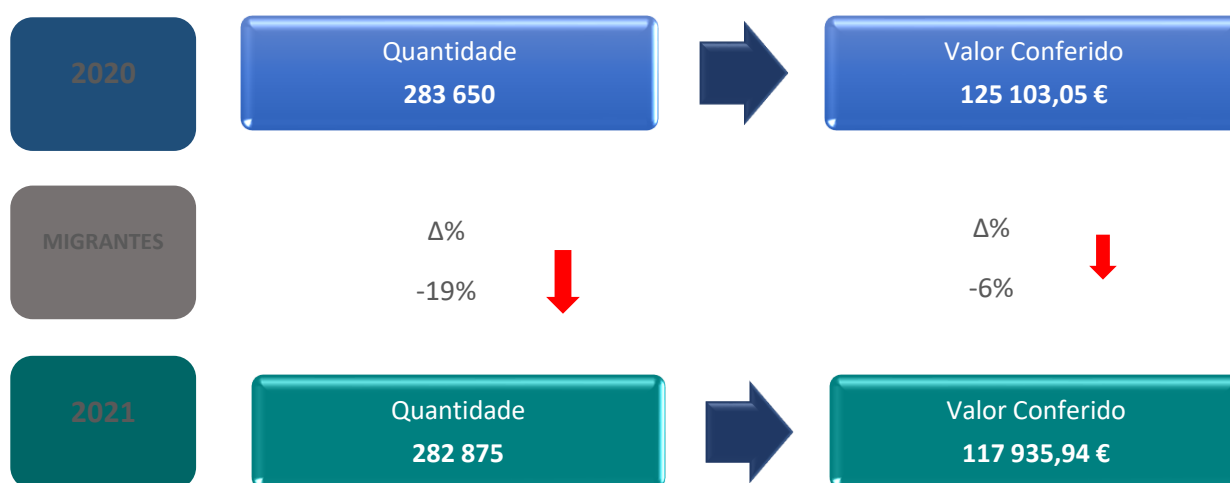


Figura 4 – Variação Período Homólogo - 2020/2021 | Migrantes

Quando comparamos com o ano transato, assistimos a uma diminuição destes encargos, na ordem dos 6%, com menos 19% de cuidados prestados.

7. Acordos de Cooperação - Psiquiatria

Os problemas de saúde mental constituem, atualmente, uma das mais importantes causas de morbilidade das nossas sociedades com repercussões sérias a nível social e económico.

O Serviço Regional de Saúde não tem, por si só, capacidade instalada para dar resposta a situações referentes ao foro psiquiátrico, sendo premente a articulação com outras entidades que se traduz na prestação destes serviços.

No que respeita à saúde mental da infância e da adolescência, as perturbações emocionais e comportamentais das crianças e dos adolescentes têm uma prevalência elevada, conduzindo a comportamentos de risco, absentismo escolar, uso de álcool e drogas, atos suicidários e comportamentos delinquentes, causando incapacidades tais como atrasos e perturbações de desenvolvimento, défices cognitivos e psicossociais. A complexidade e requisitos para o diagnóstico e tratamento dos problemas de saúde mental na infância e adolescência obrigam a respostas de base multidisciplinar.

Reconhecendo e valorizando a RAM a capacidade instalada nas várias instituições particulares de solidariedade social com objetivos de saúde, nomeadamente, o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, proprietária dos estabelecimentos Casa de Saúde Câmara Pestana, Centro de Reabilitação Psicopedagógica da Sagrada Família e a Unidade de Pedopsiquiatria S. Rafael e o Instituto São João de Deus através do estabelecimento Casa de Saúde São João de Deus, foram estabelecidos acordos de

cooperação, para a prestação de cuidados de internamento, ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2005/M, de 6 de outubro, na redação atual.

No computo dos acordos de cooperação estabelecidos na área de psiquiatria foram contratualizadas 789 camas para responder às necessidades dos utentes do SRS-Madeira, ao qual, pela prestação dos cuidados de saúde e das atividades a desenvolver foi concedido um apoio financeiro por diária de internamento fixada e revista anualmente por resolução do Conselho do Governo regional da Madeira.

7.1. Camas contratualizadas por unidade

De seguida demonstra-se o nº de camas contratualizadas em cada uma das de saúde com quem o IASAÚDE, IP-RAM, estabeleceu Acordos de Cooperação



Figura 5 - Camas contratualizadas | Acordos de Cooperação

No ano de 2021, através da Resolução do Conselho do Governo Regional n.º 6/2022, de 29 de dezembro, publicada no JORAM, I Série n.º 5, de 13 de janeiro, o apoio financeiro concedido, no âmbito dos acordos de cooperação estabelecidos para a prestação de cuidados de saúde mental com o Instituto das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus e com o Instituto São João de Deus está no valor de 48,50 €, sendo que para a Unidade de Pedopsiquiatria S. Rafael é no valor de 86,00 €.

	Diárias Contratualizadas ⁽¹⁾	Execução Física ⁽²⁾	Utentes 2020	Utentes 2021	Δ% 2020-2021
C. S. Câmara Pestana	118 625	113 265	664	595	-10,39%
C. S. Sagrada Família	73 000	72 737	203	215	5,91%
C. S. São João de Deus	91 250	100 754	777	815	4,89%
Unidade São Rafael	2 920	2 897	51	84	64,71%

Tabela 231 - Dados apurados por Casa de Saúde

Ainda que seja a casa de saúde Câmara Pestana aquela que detém maior n.º de camas contratualizadas, verificou-se que a casa de saúde que mais utentes tratou foi a Casa de Saúde São João de Deus. Deprendemos que este facto esteja relacionado com o facto de na Casa de Saúde Câmara Pestana existirem alguns internamentos de longa duração.

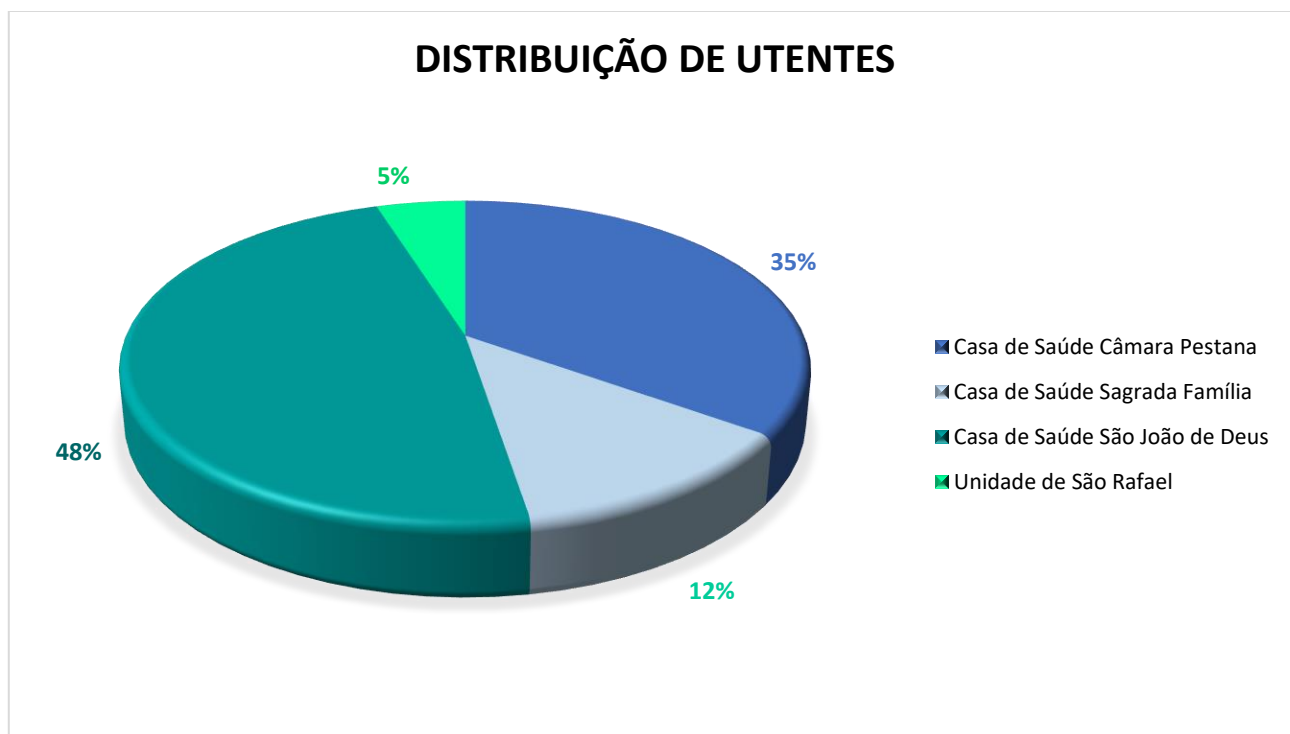


Gráfico 17 - Distribuição de utentes

(1) As diárias contratualizadas referem-se ao número de camas diárias afetas aos Acordos de Cooperação.

(2) A execução física reporta os ciclos de internamento em diárias de utentes registados.

7.2. Resumo Acordos de Cooperação - Psiquiatria

No âmbito dos Acordos de Cooperação foram acolhidos um total de 1 625 utentes do SRS-Madeira tendo-se verificado um ligeiro decréscimo quando comparado com o ano anterior, facto este, que se acredita estar relacionado com o aumento da resposta do Governo Regional em termos de Cuidados Continuados, descrito no ponto 3.7 deste relatório.

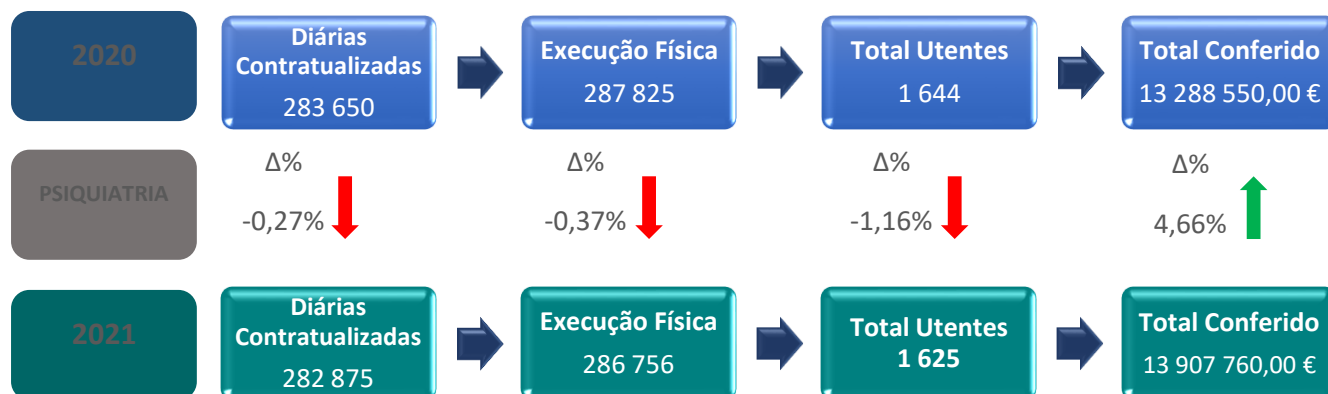


Figura 6 - Dados apurados na área de Psiquiatria | Acordos Cooperação

7.3. Resumo Acordos de Cooperação – Pedopsiquiatria

No âmbito dos Acordos de Cooperação na área de Pedopsiquiatria foram acolhidos um total de 84 jovens utentes do SRS-Madeira tendo-se verificado um ligeiro aumento comparativamente ao ano anterior.

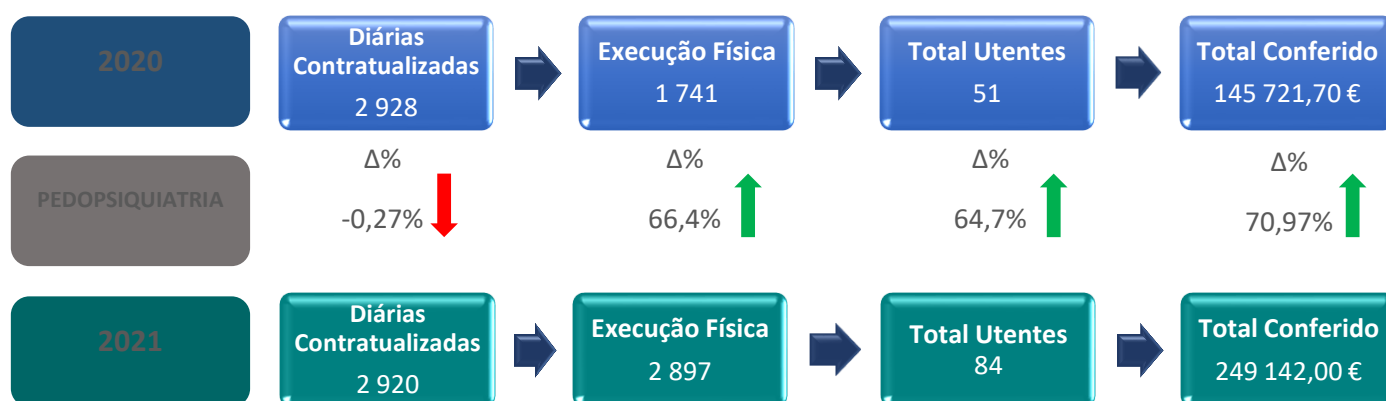


Figura 12 - Dados apurados na área de Pedopsiquiatria | Acordos Cooperação

Igualmente e não só relacionado com o aumento de jovens internados, também a diária na unidade de pedopsiquiatria sofreu um aumento no ano de 2021, que, por conseguinte, levou a um aumento dos valores conferidos.

8. Rede

8.1. Prestadores Contratados

No ano de 2021, foram estabelecidos 5 novos contratos-programa onde foram contratualizadas 171 camas disponibilizadas para REDE, somando o total de 382 camas.

Assim, no ano em análise foi dada continuidade ao contrato existente com a Dilectus, através da celebração de um novo contrato em 26 de novembro de 2021, com a vigência de 3 anos, com efeitos a 01 de outubro de 2021, para a contratualização de 45 camas.

Nos mesmos moldes foi estabelecido contrato com o Lar D’Ajuda (30 camas) com efeitos a 1 de outubro de 2021, com a Casa de Saúde São João de Deus (24 camas) com efeitos a de dezembro de 2021 e Atalaia Living Care – Unidade II (50 camas), com efeitos a 1 de dezembro de 2021. Através da celebração de novo contrato programa com a Casa de Saúde Câmara Pestana em 01 de novembro de 2021 foram contratualizadas mais 22 camas, que juntamente com o contrato já existente com o Atalaia Living Care – Unidade I perfaz num total de 382 camas de REDE em 31 de dezembro de 2021, conforme abaixo se demonstra.

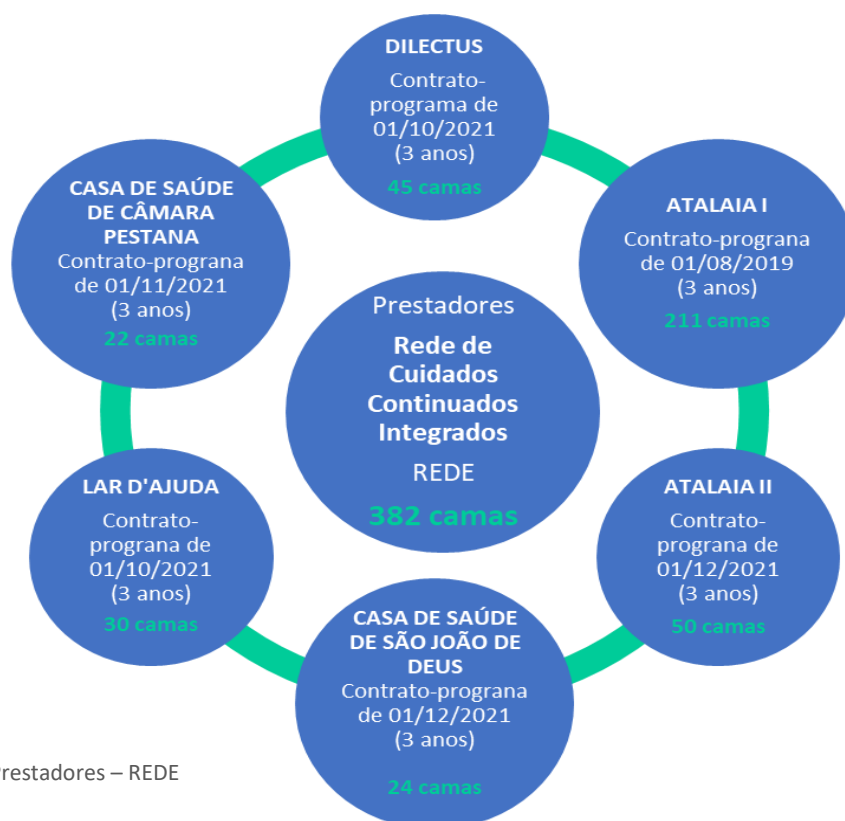


Figura 7 - Prestadores – REDE

Portanto, em 2021, aderiu à REDE um novo prestador – Casa de Saúde Câmara Pestana, levando ao aumento da disponibilidade de camas para um cabaz resposta às solicitações cada vez mais sentidas pela população idosa, que no contexto social em que vivemos podem demonstrar da necessidade de encontrar novos parceiros para a prestação de um serviço cada vez mais necessário.

8.2. Valores Faturados e Conferidos - 2021

No âmbito das competências adstritas à DC, no ano de 2021, procedemos à continuidade da análise das faturas remetidas, ao abrigo dos contratos programa em vigência, constatando em algumas situações divergências que foram resolvidas, caso a caso.

No quadro que se segue são demonstrados os valores conferidos, referentes ao número de utentes e diárias utilizadas.

	Valor Faturado	Valor Conferido	Diferença	Diárias Ocupadas	Diárias Contratualizadas	N.º Utentes
Dilectus, Residências Assistidas, S.A.	550 384,04 €	550 384,04 €	0,00 €	16 361	16 425	54
Associação Atalaia Living Care, IPSS - Atalaia I	2 551 190,32 €	2 551 156,68 €	33,64 €	75 837	77 015	262
Associação Atalaia Living Care, IPSS - Atalaia II	514 153,76 €	514 153,76 €	0,00 €	15284	18 250	69
Lar d'Ajuda	366 272,32 €	366 104,12 €	168,20 €	10 883	10 950	42
Casa de Saúde de São João de Deus	293 576,28 €	293 576,28 €	0,00 €	8727	8760	29
Casa de Saúde de Câmara Pestana	43 395,60 €	43 395,60 €	0,00 €	1290	1800	25
Total	4 318 972,32 €	4 318 770,48 €	201,84 €	128 382	133 200	481

Tabela 24 - Valores Faturados e Conferidos | REDE 2021

Somos a referir que no ano de 2021 verificou-se que o número de camas diárias contratualizadas foi inferior ao número de diárias, efetivamente, ocupadas, facto que ocorre pelos ciclos de internamento, como por exemplo, no caso de falecimento de um utente a cama disponibilizada só ser ocupada após o encaminhamento de o novo utente referenciada para REDE.

Assim, concluímos que durante o ano de 2021 tivemos 481 utentes que ocuparam as vagas disponibilizadas no âmbito dos contratos programa celebrados, que levaram a uma conferência num total de 4.318.770,48 €.

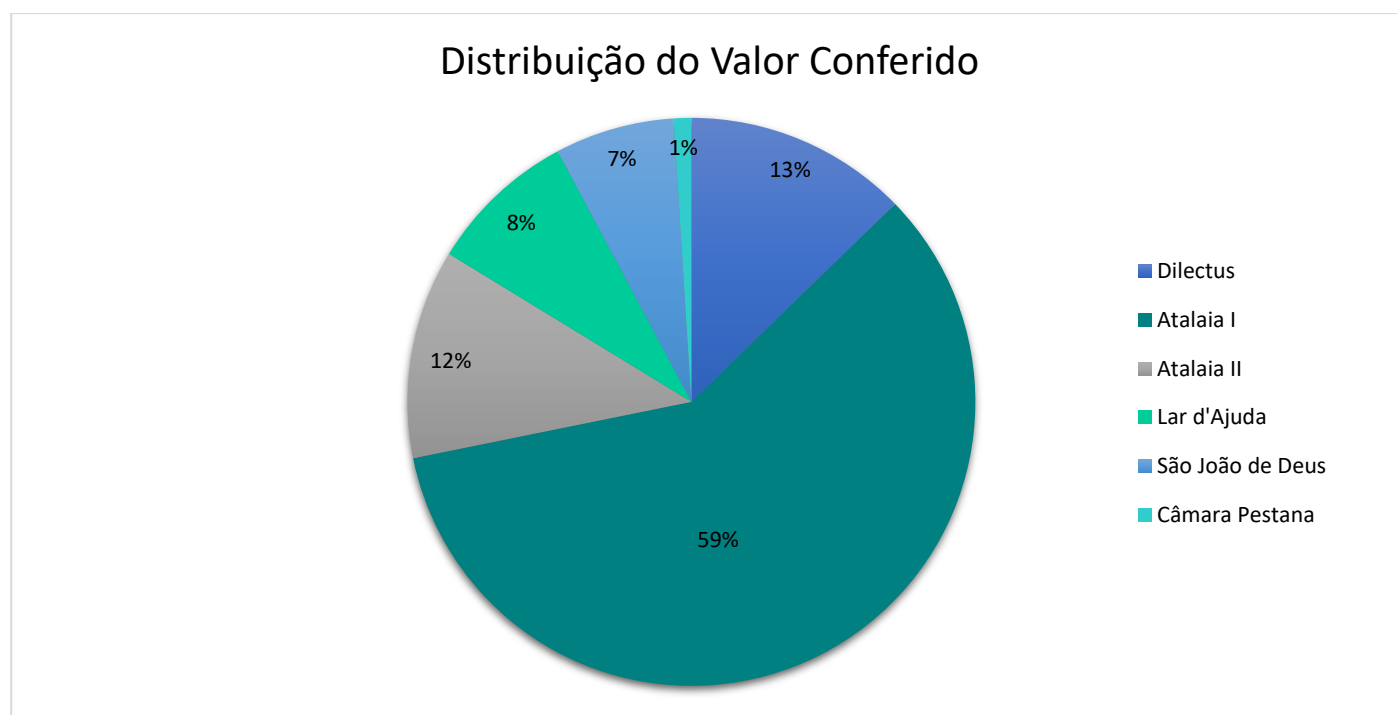


Gráfico 181 - Distribuição do Valor Conferido – 2021

Em género de conclusão, à data de 31 de dezembro de 2021, a REDE de cuidados continuados da RAM conta com o total de 382 camas, divididas por 6 prestadores com contrato-programa celebrado, que no presente têm um prazo contratual de 3 anos, sendo que em 2022 terá de ser renovado o contrato programa estabelecido com a Associação Atalaia Living Care, IPSS - Atalaia I.

Abaixo é demonstrada uma figura com o resumo de toda a operacionalização no âmbito da REDE, que a título, meramente informativo contou com um total conferido de 4.318.770,48€.



Figura 14 - Resumo REDE - 2021

9. Revisão nos Tipos de Financiamento

A revisão nos tipos de financiamento dos cuidados de saúde tem enquadramento no eixo estratégico Revisão do Financiamento em Saúde (RFS) do Plano Estratégico de Eficiência e Controlo Orçamental, do IASAÚDE, IP-RAM, que visa operacionalizar os vetores estratégicos constantes no Programa do Governo e definir uma orientação de gestão, desenhada para o triénio 2020-2023.

Assim, iniciou-se este projeto, no ano 2021, com a revisão dos Acordos de Faturação e das tabelas de Reembolso aos utentes do SRS-Madeira, relativamente à área da Ressonância Magnética Nuclear, bem como a celebração da convenção.

Por conseguinte, e tratando-se de uma área que foi alvo de revisão, no ano em análise, optou-se por demonstrar os seus resultados separadamente das restantes áreas.

Assim, no ano 2021 registou-se as seguintes alterações no que concerne a esta matéria:

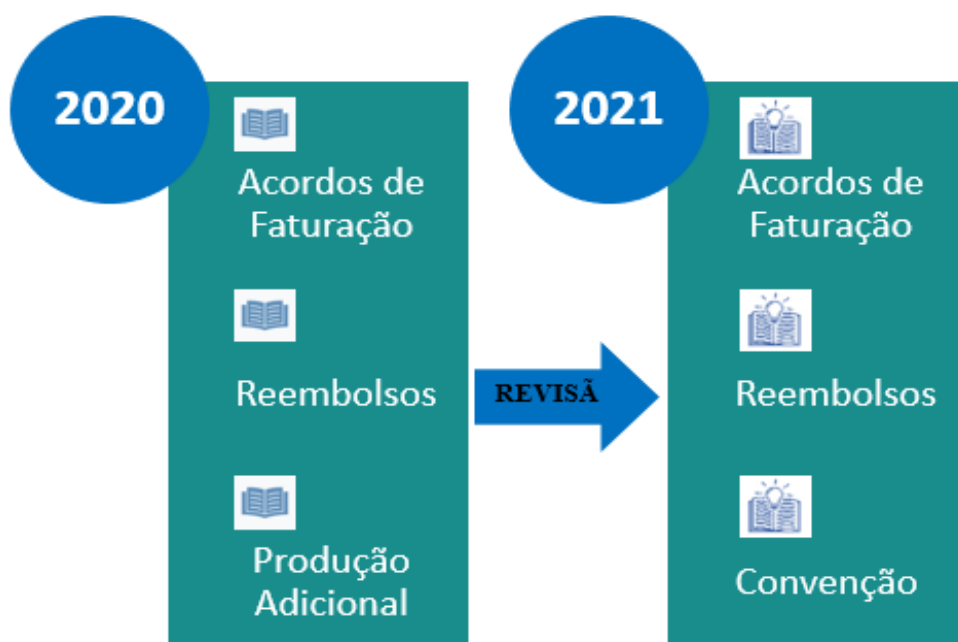


Figura 8 - Revisão Tipos de Financiamento

No ano 2021 por força da Portaria n.º 73/2021 e 74/2021, de 10 de março assistiu-se a uma revisão das tabelas e das regras adjacentes aos Acordos de Faturação, bem como dos Reembolsos aos utentes do SRS-Madeira.

Já a Convenção, foi a grande novidade do ano em análise com a publicação da Portaria 72/2021, de 10 de março que veio no sentido de colmatar a falta de capacidade do serviço público para a realização de Ressonâncias Magnéticas em contexto hospitalar, sendo que com a introdução deste novo mecanismo de financiamento deixou-se de verificar a execução em produção adicional no âmbito do PEACS (Programa Especial de Acesso a Cuidados de Saúde), como explicitado no ponto n.º 3.2, deste relatório.

O que diferencia os três tipos de financiamento disponibilizados pelo IASAÚDE, IP-RAM, acima descritos, é o local da sua prescrição, centrado entre o serviço público e o serviço privado:

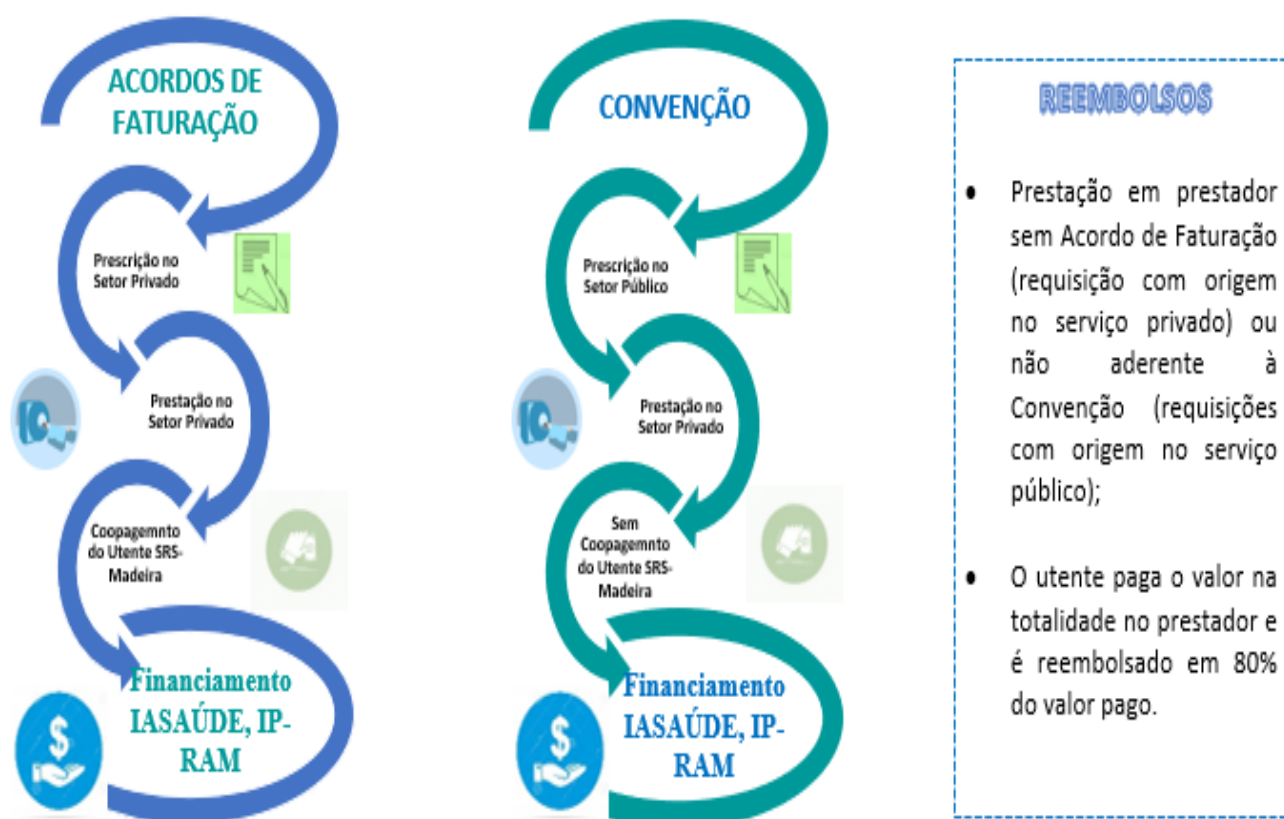


Figura 9 - Fluxo dos Tipos de Financiamento

O IASAÚDE, IP-RAM disponibiliza 3 tipos de financiamento para a realização de ressonâncias magnéticas - através de Acordos de Faturação, Convenção e ainda através de Reembolso.

A 31 de dezembro de 2021 contava com a adesão de 3 prestadores privados de saúde, quer para os Acordos de Faturação, quer para a Convenção, ou seja, mais 1 daqueles que verificam anteriormente a esta revisão.

Em análise aos resultados obtidos no ano 2021, já com os novos modelos de Financiamento na área da Ressonância Magnética Nuclear, verificou-se que foram abrangidos um total de 5 568 utentes, com a realização de um total de 7 589 exames, o que significa que 1 utente realizou mais que 1 ressonância ao longo do ano 2021.

No que respeita à realização de RMN ao abrigo do PEACS não se verificou qualquer execução.

	Acordos Faturação	Convenção	Reembolsos
R M N 2 0 2 1	Utentes 4 463	Utentes 1 010	Utentes 95
	Exames 5 987	Exames 1 484	Exames 118
	Requisições 4 976	Requisições 1 123	Requisições a)
	Valor Conferido 663 869,03 €	Valor Conferido 233 209,78 €	Valor Conferido 12 456,50 €

Figura 17 - Resumo RMN 2021

(a) Dados não disponíveis.

Concluiu-se que os utentes recorreram, maioritariamente, aos serviços privados de saúde, tendo em conta que onde se verificou um maior n.º de exames realizados foi ao abrigo dos Acordos de Faturação, cuja porta de entrada é a requisição com origem no setor privado.

No que diz respeito à comparação entre 2020 e 2021 constatou-se que ao nível das quantidades executadas e dos valores conferidos, registou-se uma tendência crescente relativamente às quantidades, evidenciando assim um aumento na execução de RMN, no entanto a nível do valor conferido, verificou-se uma diminuição, refletindo, assim, o efeito positivo no que respeita à revisão das tabelas de RMN.

2020	Quantidades		Valor Conferido
	Utentes 4 547	Exames 6 170	920 589,11 €
	↑ 22%	↑ 23%	↓ - 1%
2021	Quantidades		Valor Conferido
	Utentes 5 568	Exames 7 589	909 535,31 €

Figura 10 - Variação das Quantidades e Valores Comparticipados na área de RMN entre 2020 e 2021

10. Programa Kit-Bebé

O programa Kit Bebé, teve o seu início em janeiro do ano 2019, primeiramente com um plafond de 400 €, sofrendo um acréscimo de 100 € para bebés nascidos a partir de 1 de janeiro de 2020, passando a um plafond de 500 €, a ser utilizado na aquisição de bens considerados indispensáveis à saúde e bem-estar do bebé, nas farmácias da RAM, mantendo-se o mesmo valor para o ano em análise.

10.1. Cartões Atribuídos

No ano 2021 verificou-se que este Programa do Governo Regional da Madeira abrangeu 1 690 bebés, tendo sofrido um decréscimo quando comparado com o ano anterior, que foi de 1 824 bebés.

	2020	2021	Δ % 2020 - 2021
N.º de Cartões Atribuídos	1 824	1 690	-7%

Tabela 25 - N.º de cartões atribuídos em 2020 e 2021

Verificou-se assim que desde entre 2020 e 2021, foram beneficiados com este programa um total de 3 514 bebés.

De referir que o plafond do cartão tem a duração de um ano a partir da data da sua ativação, pelo que de seguida se apresenta o total de cartões acumulados, pelo seu estado, a 31 de dezembro de 2021.

Total Acumulado de Cartões 2020/2021	
Cartões Atribuídos	3 514
Cartões Ativo	1 617
Cartões Inativo	1 897
Cartões por Ativar	0

Tabela 262 - Total Acumulado de Cartões

Assim, verificou-se que, no final do ano em análise, dos 3 514 cartões entregues, 1 617 estavam ativos e 1 897 inativos, o que significa que os plafonds disponíveis nos cartões ativos transitam para o ano 2022.

Os 1 897 cartões inativos correspondem aos cartões que, entretanto, esgotaram o plafond, bem como os que perderam a validade. No entanto, a plataforma da Dignitude, não nos permite aferir a quantidade dos cartões que perderam a validade ou que esgotaram o plafond.

Cartões Atribuídos 2020/2021

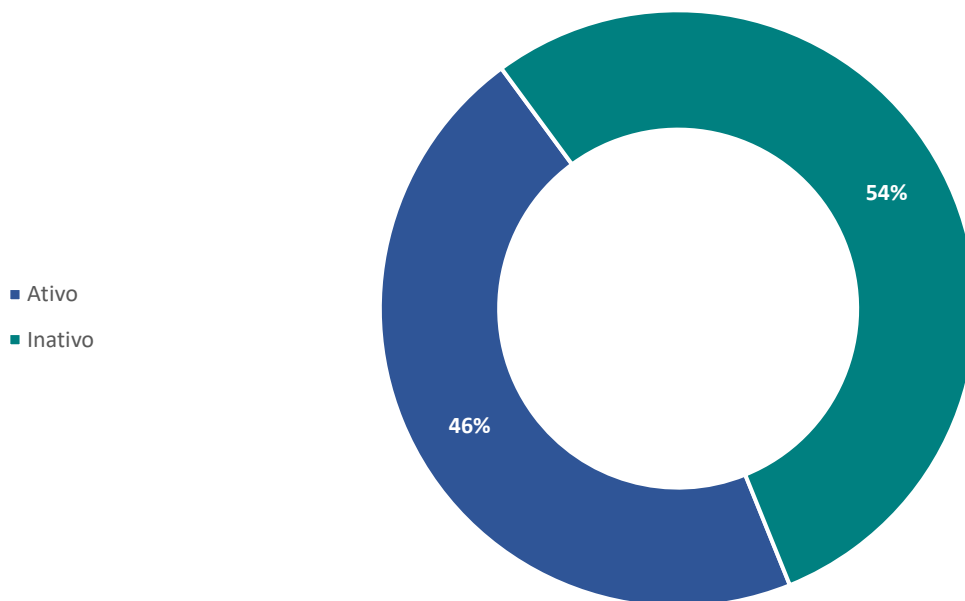


Gráfico 19 - Cartões atribuídos 2020/2021

Assim, do total dos Cartões atribuídos concluiu-se que mais de metade dos mesmos já se encontram inativos (54%) e que 46% dos cartões atribuídos transitam ainda com plafond para o ano 2022.

10.2. Beneficiários

São beneficiários do cartão Kit Bebê todas as crianças nascidas a partir de 1 de janeiro de 2019, que sejam residentes na Região Autónoma da Madeira. O cartão deve ser requerido pelo seu progenitor ou responsável legal, residente na Região Autónoma da Madeira, com quem a criança resida.

Analisando os dados do último biénio, optou-se por distribuir os 3 514 Cartões atribuídos pelos 11 concelhos da RAM, obtendo-se os seguintes resultados:

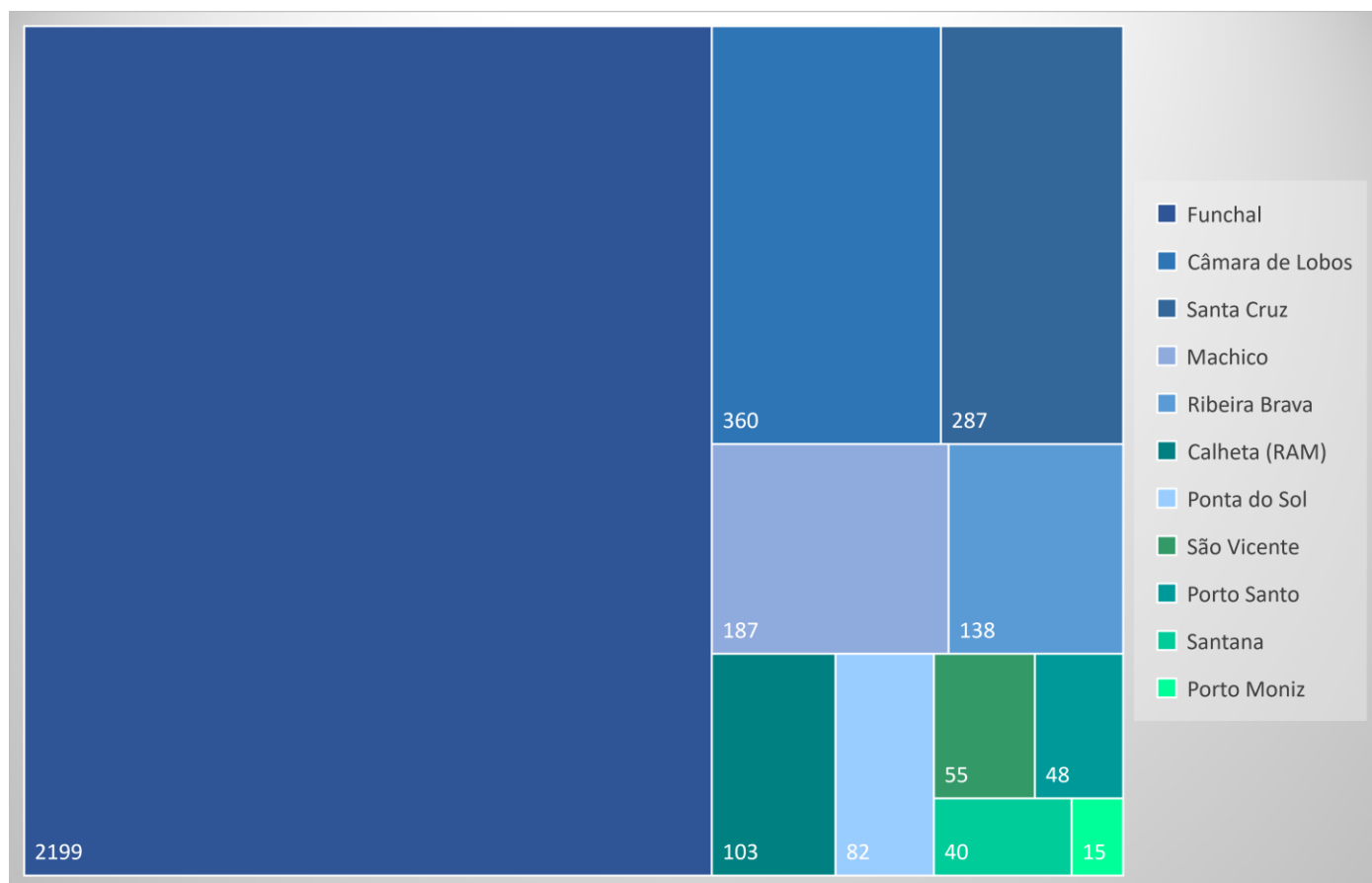


Gráfico 20 - Distribuição dos beneficiários por concelho nos anos de 2020 e 2021

O Gráfico 13 ilustra a distribuição dos beneficiários por concelho de residência, no último biénio. O concelho onde se verificou um maior número de beneficiários foi no concelho do Funchal, com 2 199 beneficiários, seguindo-se o concelho de Câmara de Lobos, que contou com 360 beneficiários. O concelho que registou menos beneficiários foi o do Porto Moniz, com apenas 15 beneficiários.

10.3. Valores Conferidos 2020/2021

No que concerne aos valores conferidos sobre o consumo dos cartões atribuídos, foram conferidas 12 faturas, em 2021, remetidas pela entidade que representa as farmácias, ANF, relativas à aquisição de produtos abrangidos pelo Programa Kit Bebê nas farmácias da RAM.

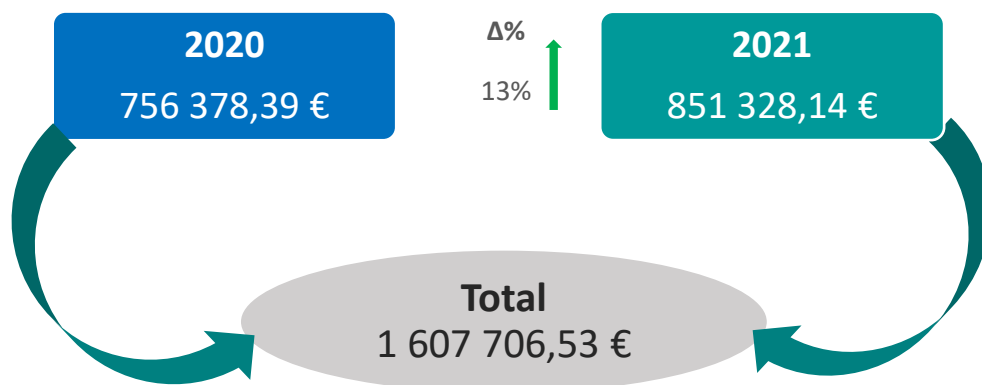


Figura 11 - Variação dos Valores Conferidos | Kit-Bebé 2020-2021

Quando comparados esses valores com o ano anterior, verificou-se um crescimento na ordem dos 13%.

10.4. Dignitude

A estes valores acresce 3% sobre do valor conferido das faturas apresentadas pelas farmácias da RAM, através da ANF, ao abrigo do Programa Kit Bebé, respeitante aos serviços prestados pela Associação Dignitude, IPSS a quem compete a disponibilização da plataforma eletrónica de gestão dos beneficiários e da comparticipação efetuada, sendo os pagamentos da responsabilidade do IASAÚDE, IP-RAM.

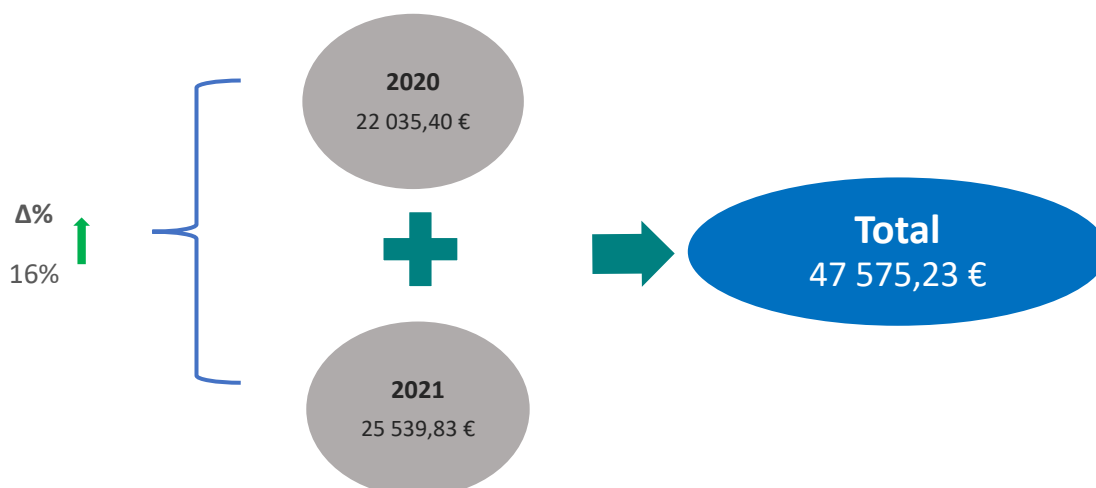


Figura 12 - Valores Conferidos | Dignitude 2021

Assim, e tendo em conta os valores apresentados na figura 20 tendo por base os valores conferidos com o Kit Bebê em 2021, por conseguinte a comparticipação devida à Dignidade, IPSS sofreu um aumento de 16%, quando comparado com o ano anterior.

Resumo Programa Kit-Bebê

Em género de conclusão, no que concerne á implementação do Programa Kit Bebê na RAM, apresenta-se de seguida o resumo dos resultados obtidos no último biénio com esta iniciativa do Governo Regional



Figura 13 - Resumo Despesa Kit-Bebê 2021

11. Programa +Visão

A Resolução n.º 565/2019, de 29 de agosto aprovou o Regulamento do Programa +Visão, com vista à comparticipação na aquisição de óculos com graduação nas Óticas aderentes da RAM a todos os cidadãos residentes nesta Região Autónoma, com idade igual ou superior a 65 anos, pensionistas da Segurança Social cujo valor cumulativo das pensões seja inferior ao escalão 66 (à data, 600,00€ mensais).

A condição de beneficiário é atribuída pelo Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM, através da emissão de declaração própria para o efeito.

Os beneficiários deste Programa, têm direito a uma comparticipação de 150,00€, acrescido do desconto previsto na tabela de reembolso do Serviço Regional de Saúde da RAM (Tabela de reembolso do SRS-Madeira), sendo o IASAÚDE, IP-RAM a entidade competente para apoiar financeiramente o Programa + Visão.

No ano 2021 este programa foi alargado a crianças e jovens residentes na RAM, com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos, através da Resolução n.º 919/2021, de 8 de outubro, regulamentando a atribuição de uma comparticipação de 150,00€, acrescido do desconto da tabela de reembolso do SRS-Madeira, caso se trate de utente subsistema de saúde.

No entanto, e tendo presente que adesão das óticas a este programa operacionalizou-se no início do ano 2022, apenas será descrita, neste relatório, a monitorização do Programa + Visão Sénior.

11.1. Aderentes

Ao longo do ano de 2021 não se verificaram novas adesões, pelo que, manteve-se, assim os 13 aderentes, os quais correspondem 29 lojas.

11.2. Beneficiários Abrangidos

Assim, e tendo presente o número de beneficiários conferidos e pagos, consideram-se abrangidos pelo Programa +Visão, no ano de 2021, um total de 462 beneficiários.

	2020	2021
N.º de Beneficiários Abrangidos	466	462

Tabela 27 - N.º de beneficiários abrangidos pelo Programa + Visão na RAM

11.3. Distribuição de Produtos

Tendo por base os 928 idosos abrangidos por este programa optou – se por demonstrar os produtos adquiridos no último biénio.

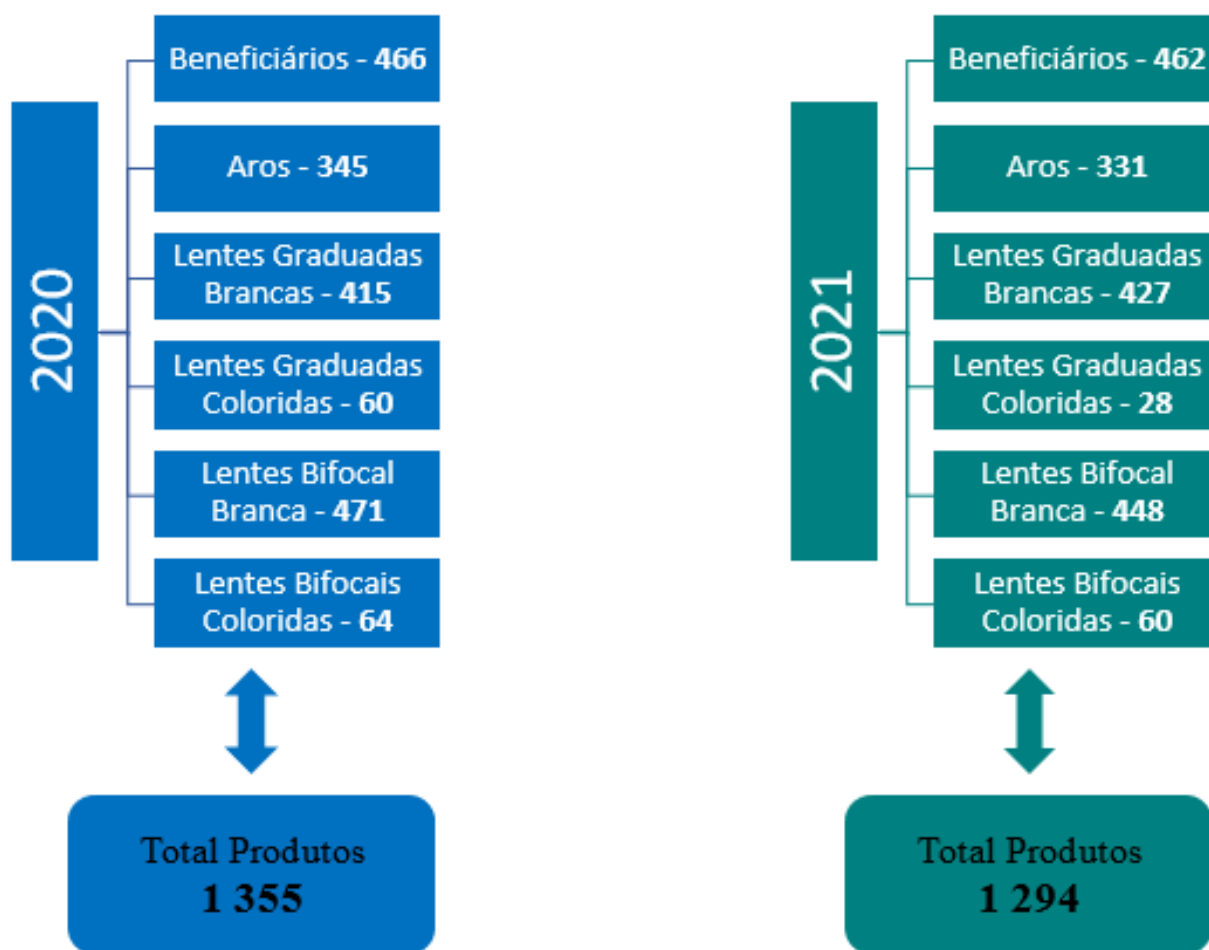


Figura 14 - Distribuição dos Produtos - Período Homólogo 2020/2021

Verificou – se que no ano de 2021 houve um decréscimo em relação ao número de beneficiários que resultou também num número inferior de produtos ao longo do ano.

Podemos observar que no último biénio foram obtidos um número total de 928 beneficiários e uma totalidade de 2649 produtos.

No seguinte gráfico, encontra – se a distribuição por produto ao longo dos dois anos, e constata - se que o maior peso dos produtos, está nas lentes graduadas brancas e as lentes bifocais brancas.

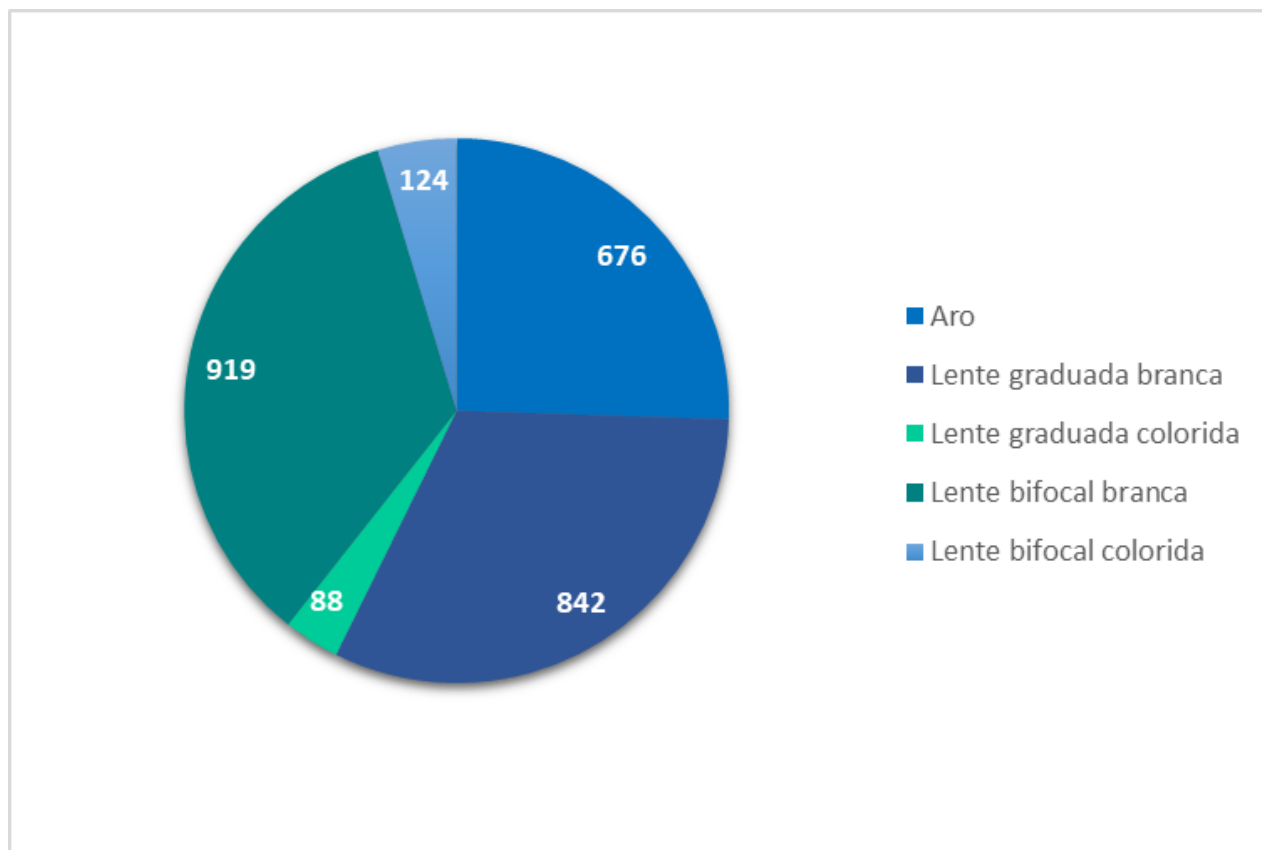


Gráfico 212 - Representação da Distribuição de Produtos (2020+2021)

11.4. Valores Conferidos 2020/2021

Ilustrativamente, apresenta-se o resumo dos valores conferidos até 31 de dezembro de 2021.

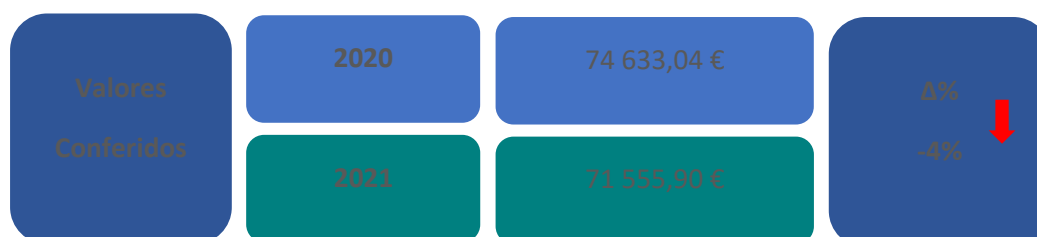


Figura 15 - Resumo dos Valores Conferidos - 2021

Concluiu-se que valores conferidos tendem a diminuir, ainda que com uma quebra pouco expressiva. De referir que, o acesso a este programa é de carácter exclusivo, ou seja, o idoso só beneficia uma única vez da participação neste âmbito.

11.5. Resumo Programa +Visão

Em género de conclusão no que concerne a este programa de saúde apresenta-se de seguida o resumo dos resultados obtidos no biénio.



Figura 16 - Resumo +Visão - 2020/2021

12. Reembolsos

De seguida, apresenta-se as quantidades e os valores processados, bem como a variação com o período homólogo do ano de 2020, no que respeita aos reembolsos efetuados aos utentes do SRS-Madeira, distribuídos pelas várias áreas da medicina.

ÁREA	Quantidades		Valores Processados		Δ% Valores
	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2020	ANO 2021	2020-2021
Atos Terapêuticos Ambulatório	17 150	17 293	54 655,72 €	56 926,82 €	4%
Análises Clínicas	4 867	2 366	36 831,83 €	26 901,66 €	-27%
Anatomia Patológica	619	370	5 134,17 €	2 989,18 €	-42%
Cardiologia	2 213	3 928	39 843,78 €	52 694,87 €	32%
Cirurgia	2 778	2 627	347 356,15 €	295 198,41 €	-15%
Dipositivos Controlo Diabetes	1	0	90,10 €	- €	-
Gastro	4 318	4 625	108 890,77 €	124 770,57 €	15%
Lentes e Armações	3 769	3 836	14 639,30 €	14 132,60 €	-3%
Medicamentos e Análogos	126 847	18 481	99 230,42 €	87 230,47 €	-12%
Medicina	3 950	4 203	24 053,48 €	26 048,61 €	8%
Medicina Consultas	85 536	80 074	760 947,37 €	701 345,06 €	-8%

ÁREA	Quantidades		Valores Processados		Δ% Valores
	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2020	ANO 2021	2020-2021
Medicina Dentária	110 903	112 082	715 912,32 €	706 393,02 €	-1%
Medicina Física E Reabilitação	208 870	267 506	342 992,22 €	437 317,91 €	28%
Medicina Nuclear	176	159	5 882,07 €	5 289,67 €	-10%
Meios Correção e Compensação	435	532	180 309,52 €	272 014,42 €	51%
N/Codificado	19 431	23 775	8 309,49 €	5 077,98 €	-39%
Pneumologia	0	449	- €	3 450,93 €	-
ÁREA	Quantidades		Valores Processados		Δ% Valores
	ANO 2020	ANO 2021	ANO 2020	ANO 2021	2020-2021
Próteses Auditivas	51	34	1 683,51 €	1 122,34 €	-33%
Próteses Estomatológicas	8 983	9 466	453 064,01 €	469 852,25 €	4%
Radiologia	23 574	20 266	873 977,08 €	855 251,57 €	-2%
Ressonância Magnética Nuclear	1 321	507	198 506,78 €	63 127,52 €	-68%
Termas	43	0	29,11 €	- €	-
Urologia	0	181	- €	1 139,90 €	-
TOTAL	625 835	572 760	4 272 339,20 €	4 208 275,76 €	-1%

Tabela 28 - Quantidades e Valores Processados e Comparação Período Homólogo - Secção de Reembolsos

Verificou-se, no ano 2021, um decréscimo geral dos valores processados aos utentes do SRS-Madeira, na ordem dos -1% face ao período homólogo do ano anterior. A área que mais contribuiu para esta quebra foram as despesas dos utentes SRS-Madeira com as ressonâncias magnéticas nucleares (-68%), sendo que este fator está diretamente relacionado com a adesão de mais um prestador ao acordo de faturação e à convenção, e ainda à convenção com a ordem dos médicos. Em suma, presume-se que a diminuição dos cuidados apresentados para reembolso estejam, especialmente relacionados com a Convenção estabelecida entre a Secretaria Regional de Saúde e Proteção Civil e o Conselho Médico da Região Autónoma da Madeira da Ordem dos Médicos.

De verificar que em contrapartida houve um aumento bastante considerável nos reembolsos de despesas com o Meios de Correção e Compensação, na ordem dos 51%. Nesta linha, no ano em análise existiram sete áreas assinaladas no quadro supra que representaram, também, um aumento nas despesas relacionadas essas prestações de serviço.

O gráfico infra representa as quantidades, por área, dos diversos cuidados de saúde processados aos utentes do SRS-Madeira, em termos de reembolsos:

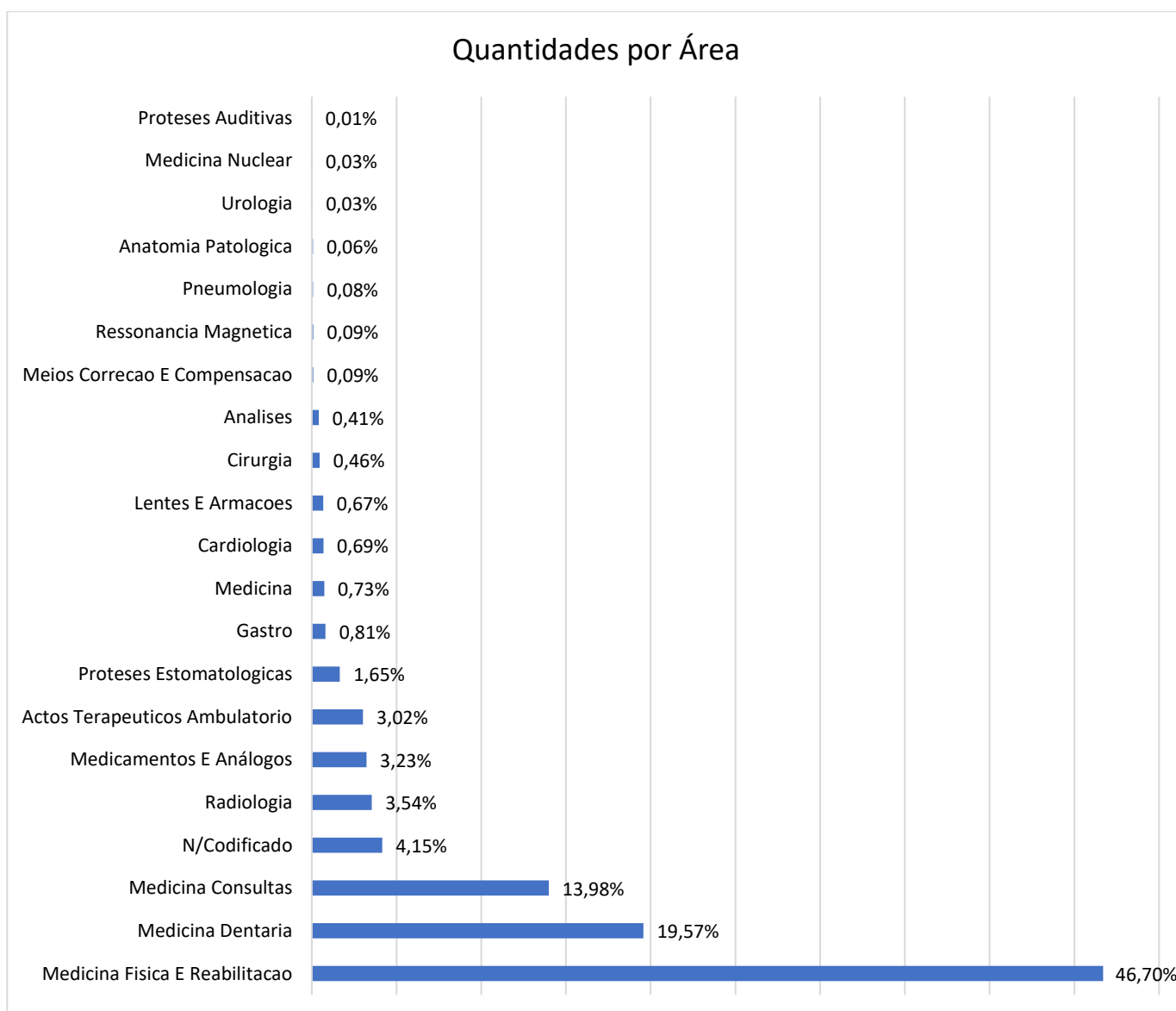


Gráfico 22 - Quantidades por Área – Reembolsos SRS-Madeira 2021

12.1. Descentralização dos Reembolsos

No âmbito das medidas de descentralização dos serviços de reembolso, nos quadros infra, são demonstrados o peso do número de atendimentos e processos rececionados por concelho.

Na tabela 17 verifica-se ainda que, esta medida levada a cabo pelo IASAÚDE, IP-RAM, contribuiu para o aparecimento de novos utentes que até então não se encontravam no sistema. Esta política de aproximação dos serviços ao utente tem contribuído para a melhoria dos serviços e uma melhor prestação de serviço ao utente.

Analisando a distribuição dos reembolsos verificou-se que a medicina física e reabilitação foi aquela onde os utentes do SRS-Madeira mais usufruíram de reembolso, seguindo-se a medicina dentária e então em 3.º lugar as consultas médicas.

Concelho	Agendado	Faltas	Atendimentos	Novos Utentes	Processos SRS	Devoluções SRS	Processos ADSE	Devoluções ADSE
Ribeira Brava	1 603	295	1 308	245	2 098	45	403	-
Machico	1 566	241	1 325	179	2 003	22	406	-
Santana	809	110	699	79	737	15	313	-
Calheta	900	204	696	130	1 166	27	239	-
Ponta do Sol	340	29	311	10	365	16	119	-
Porto Moniz	99	9	90	18	113	4	54	-
São Vicente	153	11	142	24	160	6	62	-
Santa Cruz	530	45	485	35	578	5	161	-
Câmara de Lobos	495	51	444	62	591	3	142	-
Funchal	42 458	3 511	38 947	5 829	58 941	851	24 901	1
Porto Santo	-	-	-	-	433	18	686	-
Loja do Cidadão	-	-	-	-	23 583	2 376	7 059	12
Pré-Registo	-	-	-	-	4 644	419	0	-
TOTAIS	48 953	4 506	44 447	6 611	95 412	3 807	34 545	13

Tabela 293 - Totais Apurados 2021

Ainda que esta medida tivesse contribuído para uma proximidade da população, a verdade é que o edifício Sede continua a ser a preferência dos utentes do SRS- Madeira, no entanto e tendo sido ainda os primeiros meses da sua implementação, crê-se que esta medida seja cada vez mais utilizada pela população madeirense evitando a sua deslocação ao Funchal para este fim.

Constata-se ainda que, relativamente à recolha de processos nos vários meios de entrega disponibilizados pelo IASAÚDE, IP-RAM, existe uma maior representatividade no atendimento presencial do edifício sede e no balcão digital existente na Loja do Cidadão no Funchal. Assim o fluxo maior de recolha é o concelho do Funchal, facto advindo da maior concentração de população.

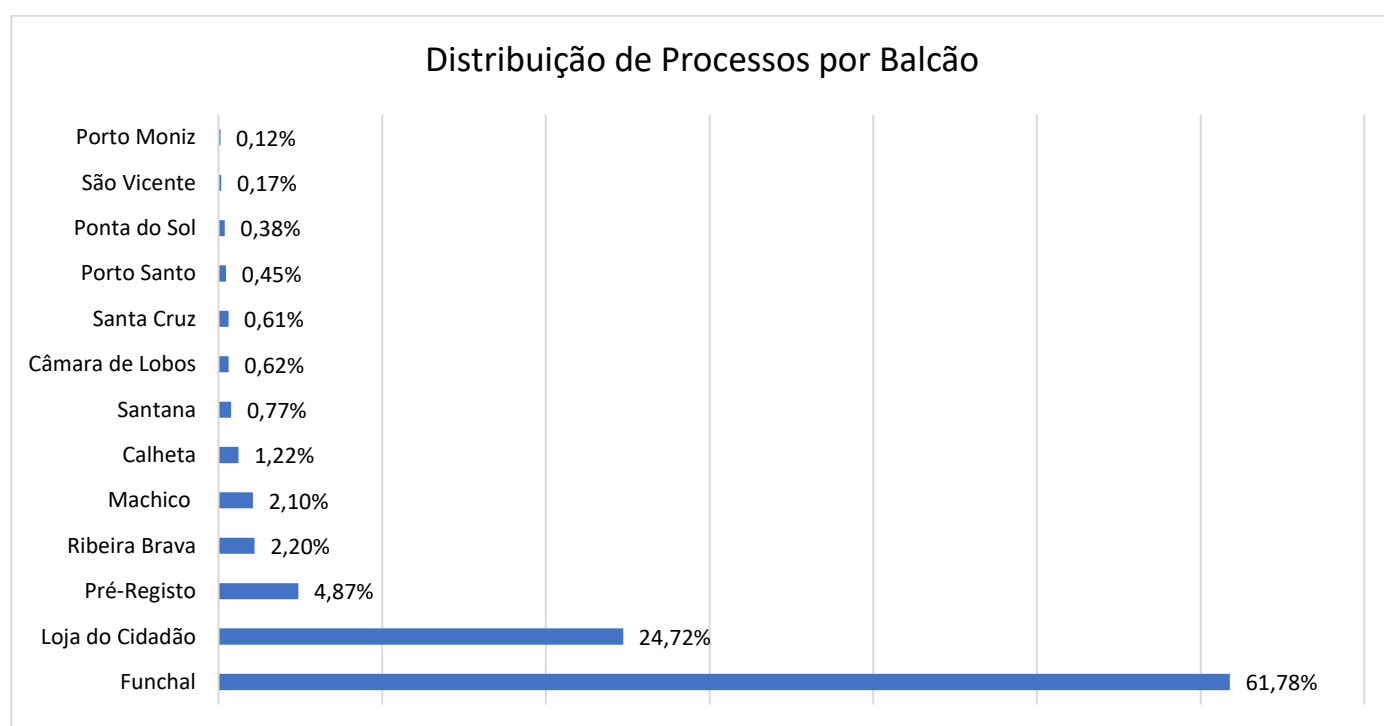


Gráfico 23 – Distribuição de Processos - Total 2021

Das devoluções efetuadas aos utentes do SRS por processos mal instruídos verificou-se ser a ausência da prescrição para a realização de exames MCDT o principal motivo, seguindo-se de documentos com a prescrição indevidamente preenchida e de atos que não constam na tabela, conforme demonstrado no gráfico 17.

De referir que existe uma maior proporção nas devoluções com origem na ausência de prescrição para a prestação de exames, com 40%, seguindo-se as prescrições indevidamente preenchidas com 16%.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO SRS

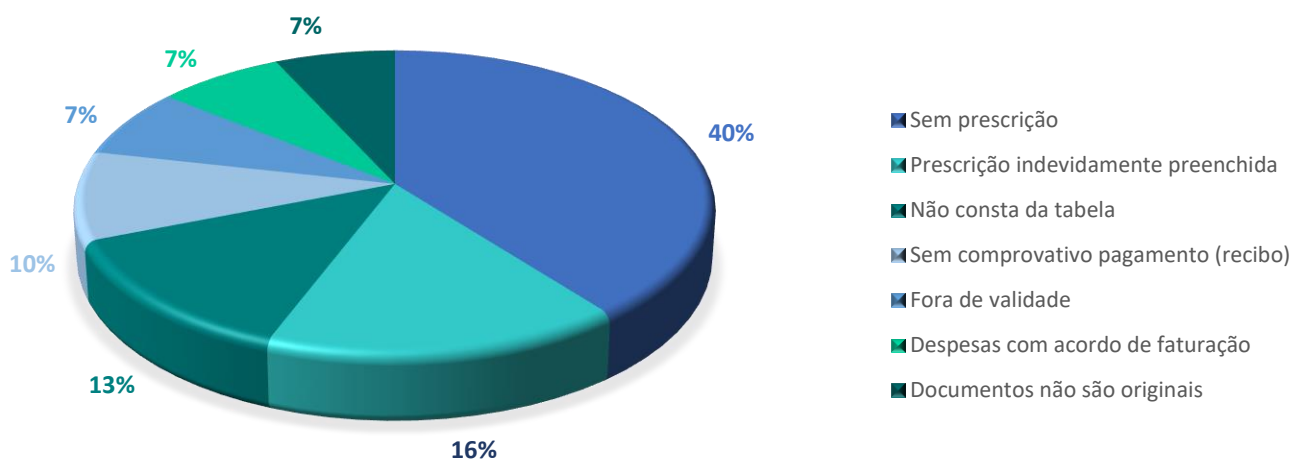


Gráfico 243 - Principais motivos para devolução – SRS

No que se refere à ADSE o IASAÚDE, IP-RAM tem um papel apenas de recetor da documentação e encaminhamento da mesma para a ADSE, pelo que apenas se apuraram estes motivos de devolução.

PRINCIPAIS MOTIVOS DE DEVOLUÇÃO ADSE

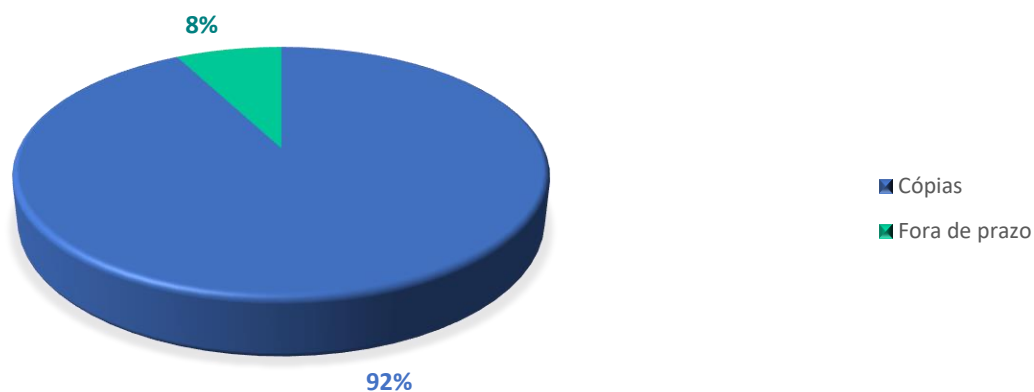


Gráfico 254 - Principais motivos para devolução – ADSE

Relativamente ao grau de satisfação dos utentes que se dirigem aos serviços de reembolsos do SRS-Madeira, no ano em análise verificou-se que apenas 18 utentes formalizaram a sua insatisfação, sobretudo relacionada com o facto da necessidade de agendamento prévio para a entrega dos documentos de despesa e, ainda com o facto de não serem aceites para efeitos de reembolso cuidados de saúde prestados por médicos não convencionados.

Em contrapartida os serviços prestados foram também alvo de elogios, que na sua maioria foi reportado o serviço prestado pelos colaboradores afetos à área dos reembolsos.

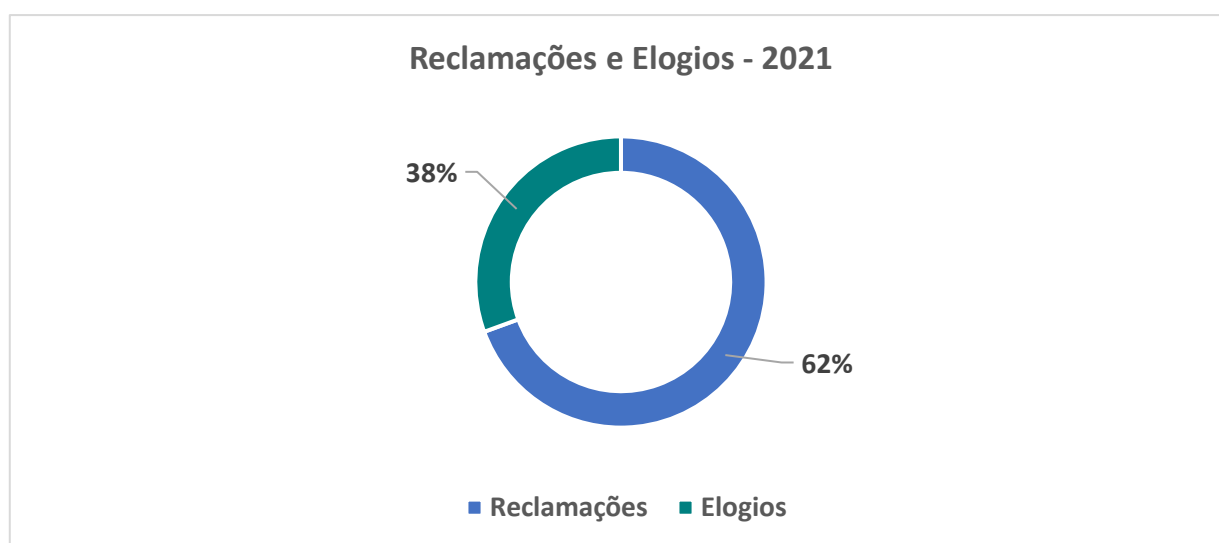


Gráfico 26 - Distribuição reclamações e elogios – 2021

13. Medicamentos

Os valores abaixo referem-se à faturação das farmácias da RAM, respeitante à comparticipação de medicamentos aos utentes cuja entidade financeira responsável é da competência do SRS-Madeira, enviada mensalmente ao IASAÚDE, IP-RAM cujo conferência está a cargo do Centro de Conferência de Medicamentos, dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde.

De referir que, em dezembro de 2019, a Região Autónoma da Madeira passou a assumir o adiantamento dos encargos com as comparticipações de medicamentos e produtos de saúde em farmácias da RAM, prescritos a beneficiários da SAD GNR e SAD PSP. Posteriormente, com a Resolução nº. 897/2020, do Conselho de Governo, de 16 de novembro, com efeitos a 1 de outubro de 2020, assumiu-se o mesmo procedimento para as prescrições dos beneficiários do Serviço de Assistência na Doença dos Militares das Forças Armadas (ADM).

	2020	2021	Δ % 2020 - 2021
Valores Faturados	39 381 720,19 €	41 598 069,00 €	6%
Valores Conferidos	39 295 448,05 €	41 538 831,10 €	6%
Diferença	86 272,14 €	59 237,90 €	-

Tabela 30 - Variação do valor faturado e valores conferidos nos anos de 2020 e 2021 – Medicamentos

De acordo com os dados fornecidos pelo CCM, em 2021 verificou-se um aumento nos valores comparticipados em 6% dos valores faturados pelas 65 farmácias da RAM, face ao ano de 2020. Este aumento deve-se à assunção, em género de adiantamento, da despesa pelo IASAÚDE, IP-RAM com os medicamentos dos beneficiários dos subsistemas SAD GNR, SAD PSP e ADM.

No ano de 2021, o valor conferido foi 41 538 831,10 €, ou seja, menos 59 237,90 € em relação ao valor faturado. Esta diferença, de acordo com o CCM, deve-se a embalagens dispensadas em número superior ao legalmente estabelecido, acertos em receitas, erros no preenchimento, receitas sem assinaturas e fora do prazo de validade.

Considerando-se que o IASAÚDE, IP-RAM procede ao pagamento de medicamentos dispensados aos utentes do SRS - Madeira, beneficiários da ADSE, SAD GNR, SAD PSP e ADM da RAM, optou-se pela distribuição da despesa de acordo com o tipo de utente.

	2020	2021	Δ % 2020 - 2021
SRS Madeira	34 887 902,10 €	36 902 351,71 €	6%
Beneficiário - ADSE	4 203 856,66 €	4 328 697,63 €	3%
Beneficiário - SAD - GNR	44 226,13 €	54 515,15 €	23%
Beneficiário - SAD - PSP	150 716,92 €	135 682,67 €	-10%
Beneficiários - ADM	1 545,45 €	110 373,58 €	7 042%
Outros (*)	7 200,79 €	7 210,36 €	0,13%
Total	39 295 448,05 €	41 538 831,10 €	6%

Tabela 31 - Despesa por entidade – Medicamentos

(*) Inclui os encargos com os utentes residentes dos países com acordos internacionais ou bilaterais, bem como medicamentos com comparticipação a 100% (exemplo: Doentes profissionais).

Uma grande parte da despesa faturada é respeitante aos beneficiários dos SRS-Madeira. Ocorreu um aumento do valor faturado entre 2020 e 2021 de cerca de 6% no SRS-Madeira. Relativamente aos beneficiários da ADSE (a cargo do IASAÚDE, IP-RAM desde 2016), a despesa aumentou 3%.

Destaca-se um aumento na faturação por parte dos utentes da SAD GNR na ordem dos 23% e uma diminuição nos utentes SAD PSP com -10%. Relativamente ao subsistema ADM verificou-se um crescimento abrupto na ordem dos 7 042%.

Ilustrativamente, apresenta-se de seguida a comparação dos valores conferidos, por entidade, nos anos 2020 e 2021:

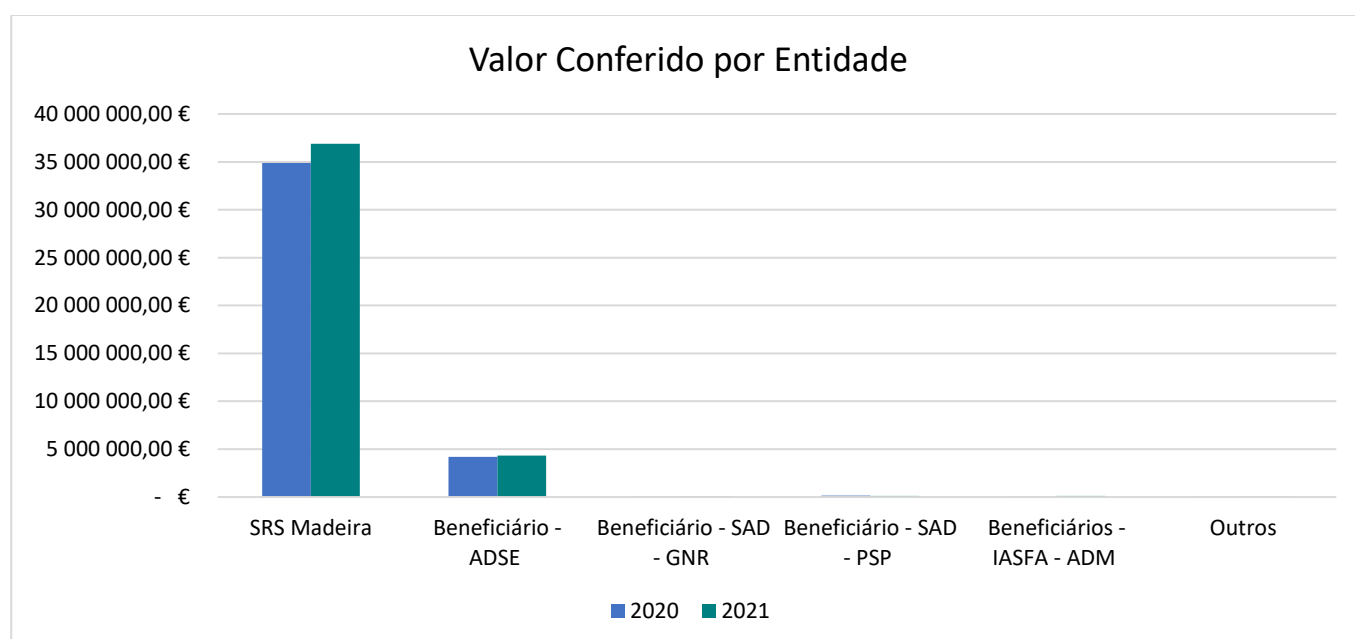


Gráfico 27 - Despesa por Entidade – Medicamentos

As prescrições de medicamentos podem ter origem no setor privado, no setor público ou até mesmo fora da Região, desde que sejam dispensadas em farmácias da Região Autónoma da Madeira. O gráfico que se segue representa, em percentagem, a origem das prescrições.

O setor público engloba cerca de 67% das prescrições do ano de 2021 e o privado 31% das prescrições. Salienta-se que 2% das prescrições dispensadas pelas farmácias da RAM, a cargo do IASAÚDE, IP-RAM, foram prescritas fora da Região.

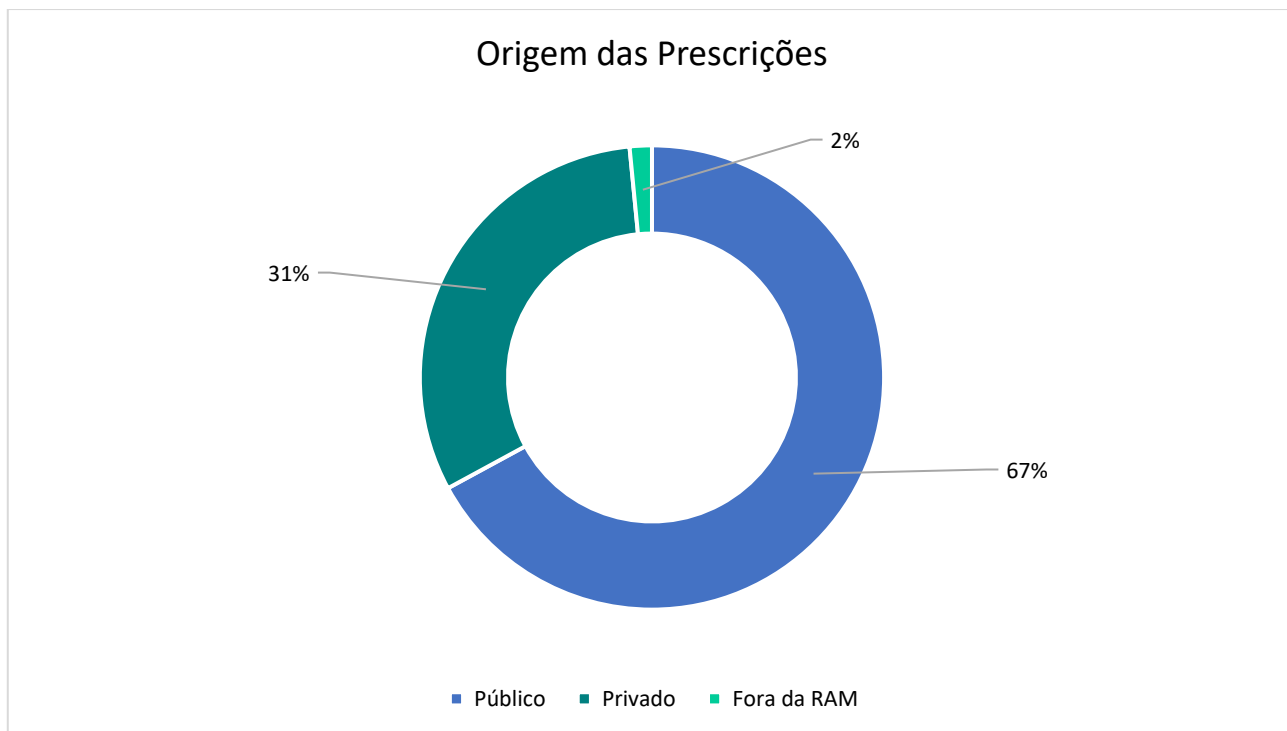


Gráfico 285 - Origem dos medicamentos prescritos – Medicamentos

Relativamente à quantidade de documentos conferidos, a mesma distribui-se por tipo de conferência, conforme disposto na tabela que se segue:

	2020	2021	Δ % 2020 - 2021
Receitas prescrição eletrónica	1 498 055	1 423 988	-5% ↓
Receitas prescrição manual	83 777	68 441	-18% ↓
Total	1 581 832	1 492 429	-6% ↓

Tabela 324 - Documentos conferidos por tipo de conferência – Medicamentos

Entre 2020 e 2021 observou-se uma diminuição de 6% no total das receitas de medicamentos. É de realçar que a grande maioria das receitas médicas foi prescrita em formato eletrónico, tanto em 2020 como em 2021.

Nos últimos anos, o objetivo de eliminar as receitas manuais tem vindo a dar frutos, uma vez que a prescrição eletrónica está a aumentar, substituindo as receitas médicas manuais e até mesmo as informatizadas.

O Gráfico 29 representa a percentagem dos vários tipos de prescrições, entre eletrónicas e manuais.

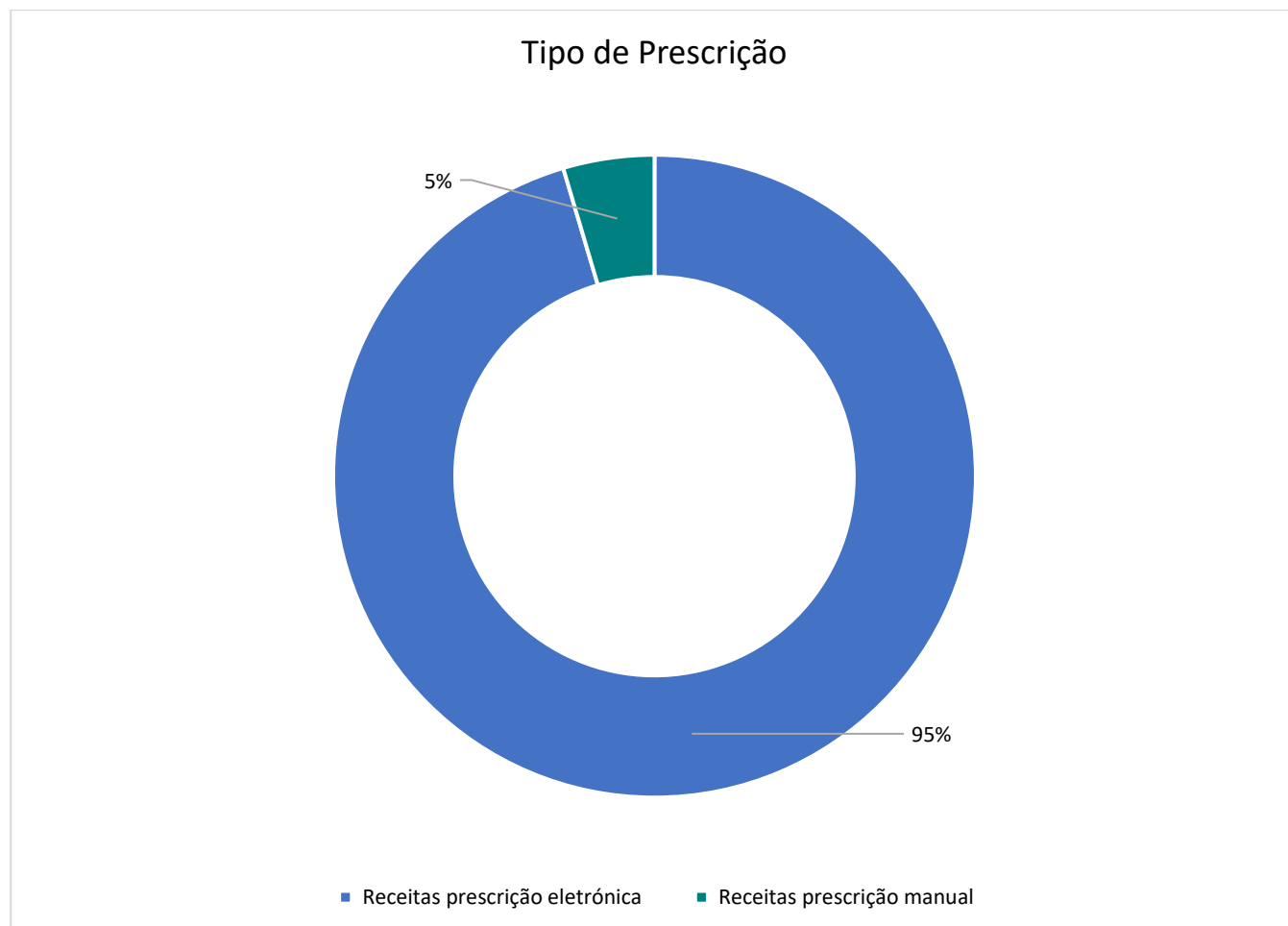


Gráfico 29 - Tipo de prescrição em percentagem – Medicamentos

Concluiu-se que as prescrições eletrónicas representam 95% do total, e com um número residual as prescrições manuais que representam cerca de 5% do total.

Abaixo, o resumo da despesa com medicamentos no ano de 2021.

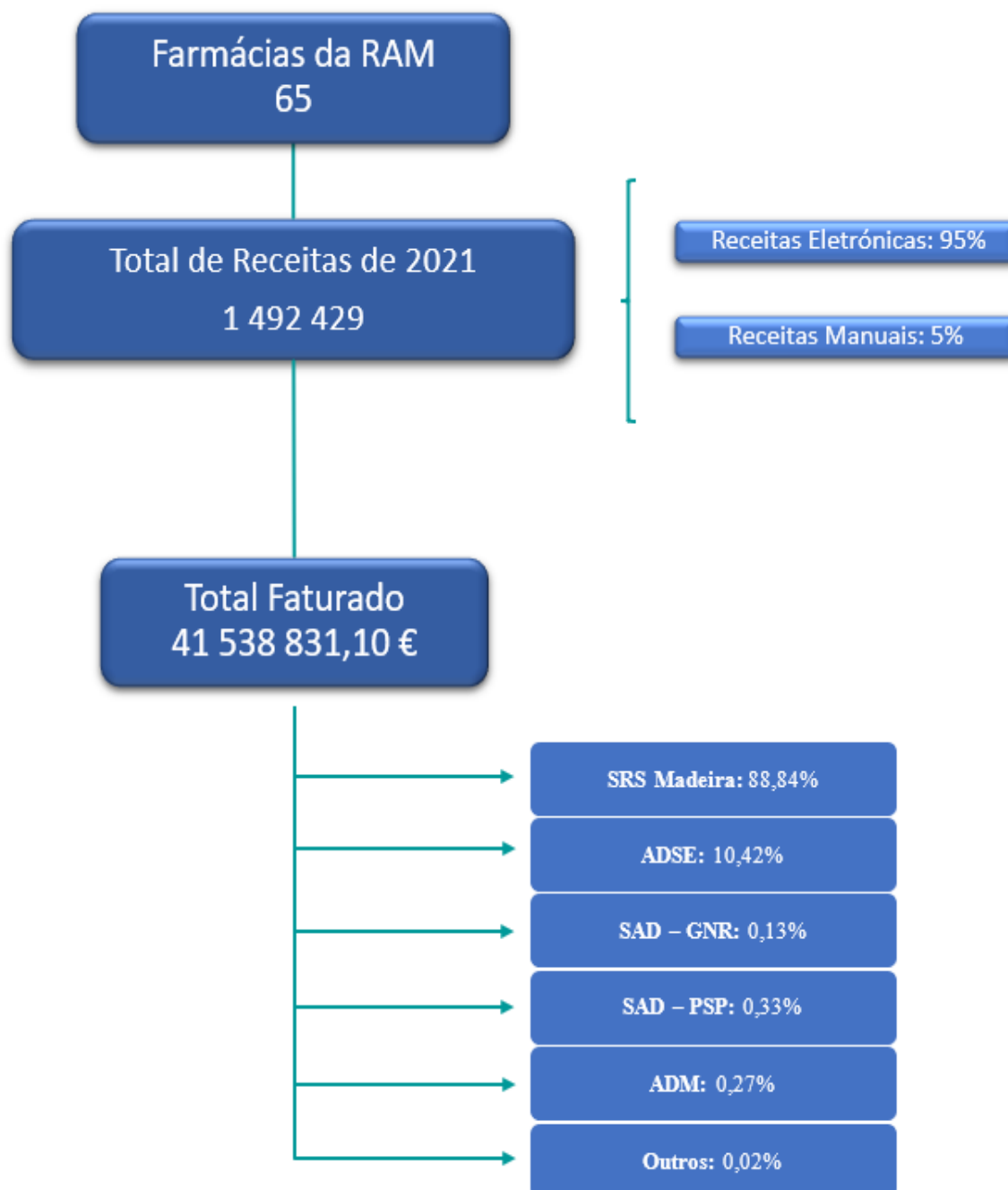


Figura 17 - Resumo da Despesa | Medicamentos 2021

14. Testagem TRAg

Considerando a emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde no dia 30 de janeiro de 2020, bem como a classificação, no dia 11 de março de 2020, da doença COVID-19 como pandemia internacional.

Ao Governo Regional compete ajustar as medidas para a proteção e segurança sanitária da população e comunidade madeirense, em conformidade com a necessidade, adequação e imprescindibilidade da defesa da saúde pública.

Assim e dada a disponibilidade no mercado de serviços de testagem por TRAg (testes rápidos de antigénio), para a SARS-CoV-2, pelo Governo Regional foi desencadeado procedimentos para contratualização com os maiores representantes de prestadores de serviço na área laboratorial e não só.

Pelo que foi realizado um contrato-programa com a Associação Comercial e industrial do Funchal e uma prestação de serviços com a Associação Nacional de Farmácias através de uma sua empresa a Farminveste.

14.1. ACIF

Face à necessidade de testagem massiva da população da RAM, o IASAÚDE, IP-RAM e a Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF) – Câmara de Comércio e Indústria da Madeira, comprometeram-se mediante dos seus associados a prestar os serviços junto da população da RAM e seus visitantes, nomeadamente, a realização de testes rápidos de antigénio (TRAg), sendo da competência do IASAÚDE, IP-RAM o financiamento do mesmo, pelo valor unitário de 15,00 €.

A realização pelas clínicas e laboratórios associados da ACIF iniciaram-se no mês de junho de 2021 por força da resolução 250/2021 de 15 de abril de 2021 através da celebração do contrato programa em 18/06/2021

A ACIF contou com um total de 22 clínicas e laboratórios para a realização dos testes TRAg contratados pelo Governo Regional. No ano de 2021 foram realizados 628.262, entre o período compreendido entre junho a dezembro, distribuídos por sete contextos, designadamente, residentes na RAM, turistas, inter-ilhas, eventos, segundo teste, visitantes e aeroporto.



Figura 18 - Resumo geral ACIF

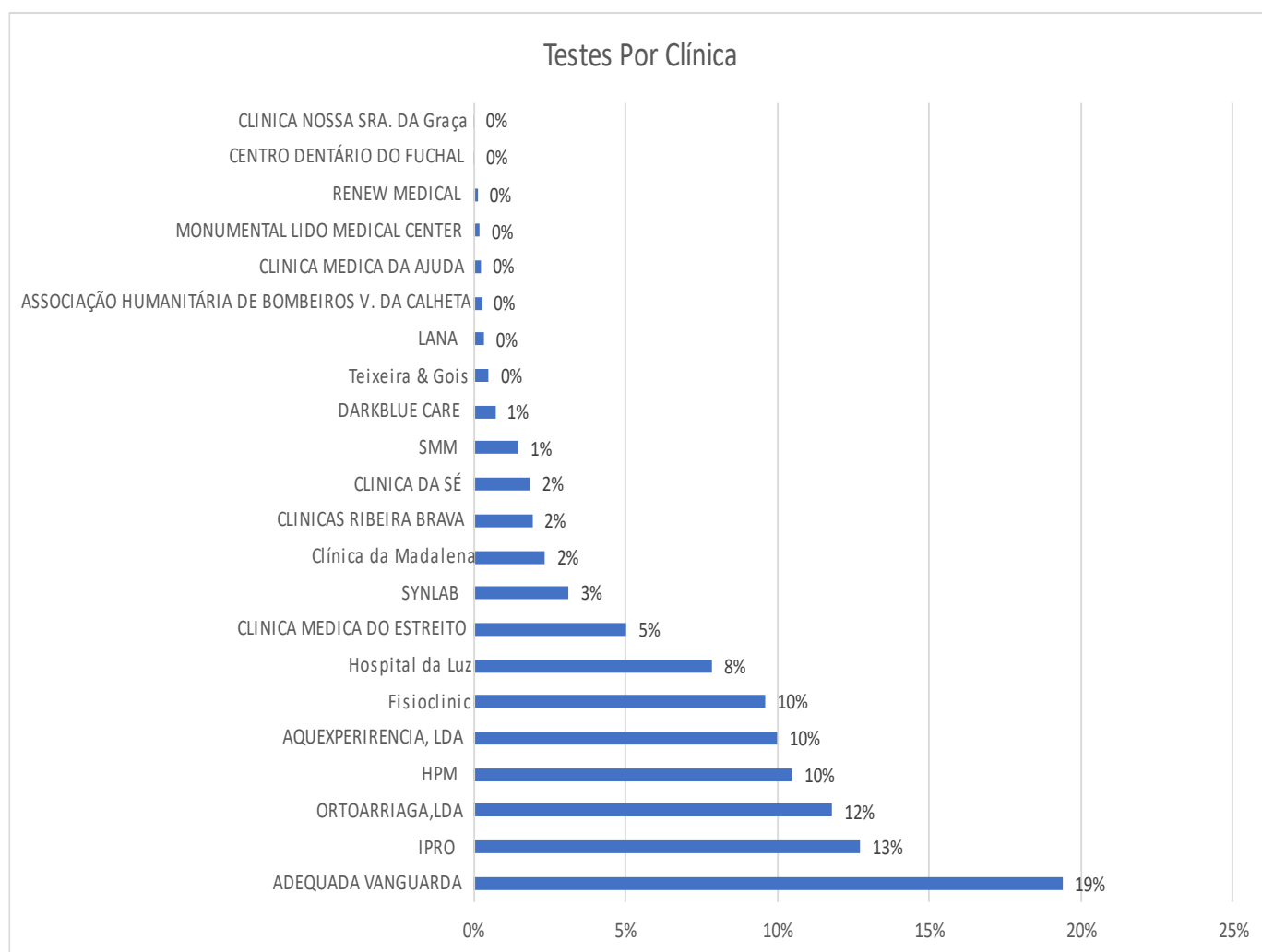


Gráfico 6 - Testes realizados por Clínica

No gráfico 30, observa-se o número de total de testes realizados por clínica, sendo que a Adequada Vanguarda realizou 19,37% do total dos testes, tendo esta clínica sido a que mais testes realizou, seguindo-se IPRO, com a realização de 12,72% dos testes.

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntário da Calheta, o Centro Dentário do Funchal, a Clínica Médica da Ajuda, a Clínica Nossa Sra. da Graça, a Lana, o Monumental Lido Medical Center e o Renew Medical, apresentam percentagens abaixo dos 1%, isto não indica que estas clínicas não tenham prestado serviços, mas sim que o número de testes foi muito pouco expressivo quando comparado com o valor total dos testes realizados.

14.1.1. Testes realizados por mês

Como referido anteriormente, a ACIF inicia a testagem massiva em junho de 2021, inicialmente os testes eram realizados de 14 em 14 dias, passando através da Resolução de Conselho de Governo nº. 1208/2021 de 19 de novembro, a realizar-se de sete em sete dias.

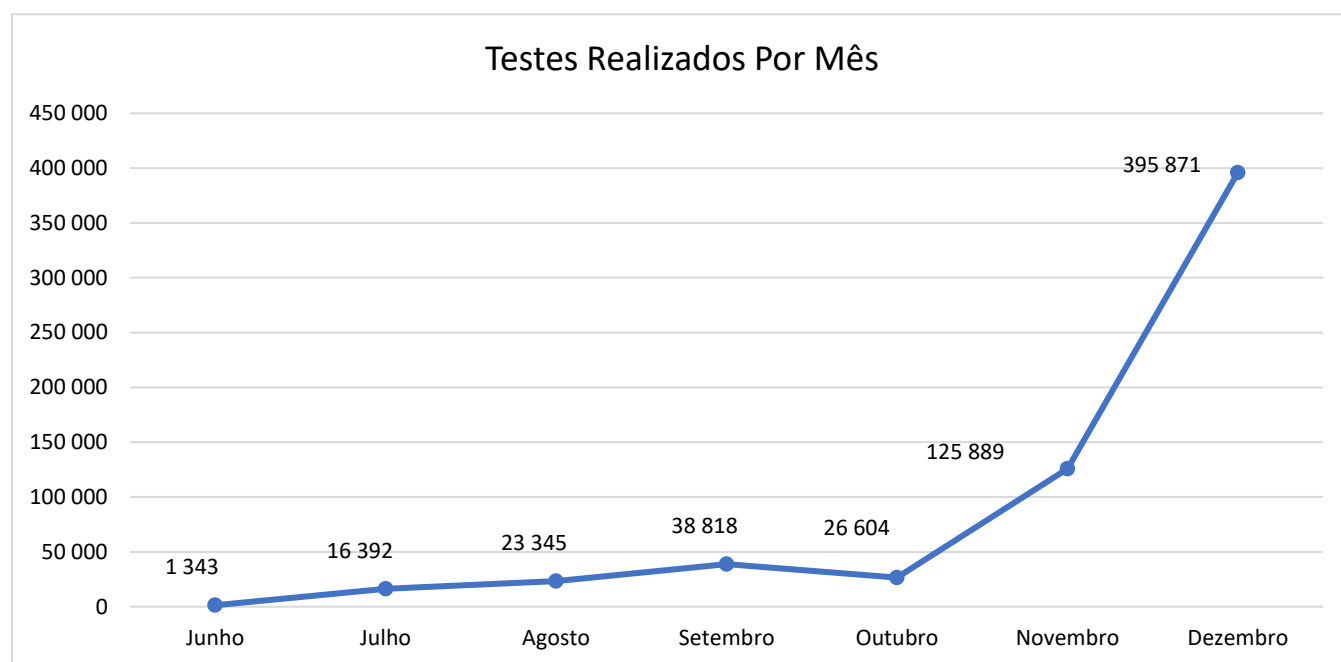


Gráfico 31 - N.º de testes realizados por mês

O Gráfico 31, indica o número de teste realizados por mês. Como demonstrado, ao longo dos 7 meses o número registou uma tendência de crescimento, tendo atingido o seu máximo no mês de dezembro de 2021, com 395 871 testes realizados.

14.1.2. Contexto da realização dos testes

Tendo por Base as Resoluções do Conselho de Governo, verificou-se a realização de testes TRAg, distribuídos por 7 contextos diferentes, designadamente:

- Aeroporto;
- Eventos;
- Inter-Ilhas;
- Residentes;
- Segundos testes;
- Turistas;
- Visitantes.

Assim, optou-se por ilustrar o número de testes realizados em cada um dos contextos.

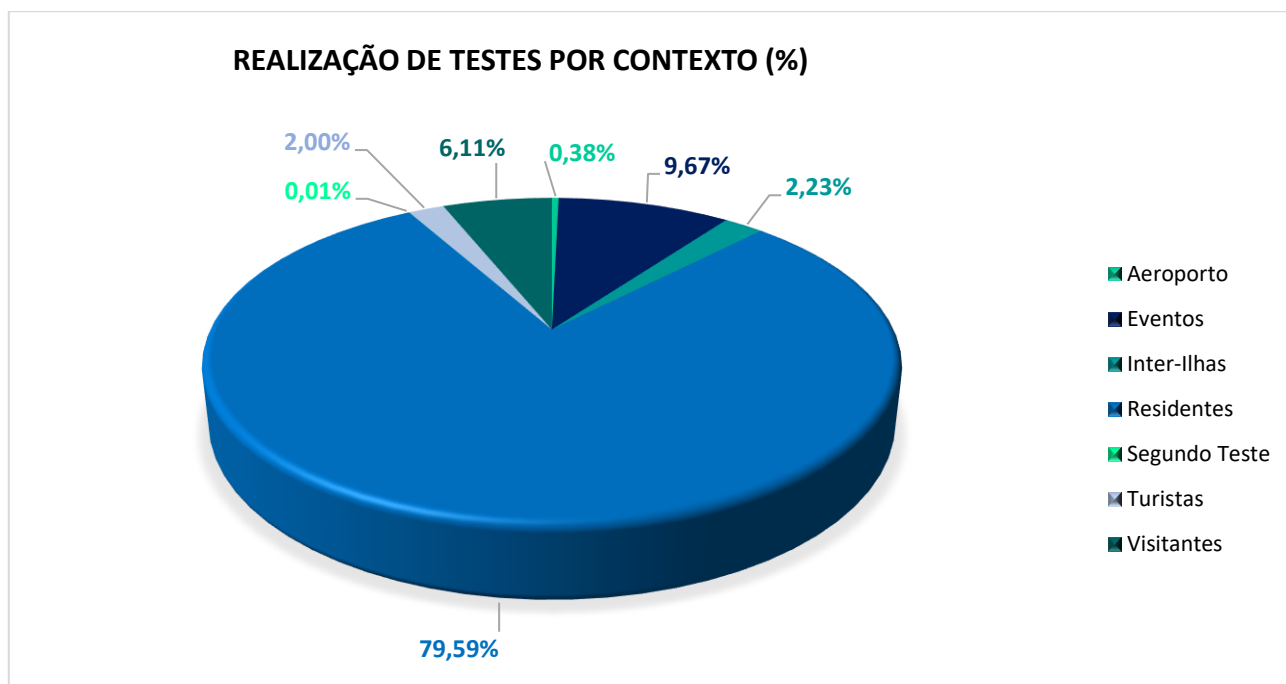


Gráfico 32- Distribuição da realização de testes por contexto

Os testes aos residentes da RAM, contaram, claramente, com a maior percentagem de testes realizados, ou seja, com 79,59% dos testes, seguindo-se dos eventos, com uma percentagem de 9,67%.

O contexto com a menor percentagem de testes realizados, foram os segundos testes, apesar deste contexto ter uma percentagem de 0,01%, indica que o seu número foi muito residual comparado com os restantes contextos. Neste caso o segundo teste contou com 65 testes realizados, no último semestre de 2021.

14.2. FARMINVESTE

Face à necessidade de testagem massiva da população da RAM o IASAÚDE, IP-RAM, e a Farminveste, comprometeram-se junto das farmácias da região para a realização de testes rápidos de antigénio (TRAg) junto da população da RAM, bem como aos turistas durante a sua estadia na região.

A realização pelas farmácias insertas na esfera contratual da Farminveste iniciaram-se no mês de abril de 2021 por força da Resolução de Conselho de Governo n.º 250/2021 de 15 de abril, publicada no JORAM I série, n.º 68, de 16 de abril, que culminou na celebração de um contrato de prestação de serviços a 23 de abril de 2021.



Figura 19 - Resumo Geral FARMINVESTE

14.2.1. Testes realizados por mês

Com referido anteriormente, a Farminveste inicia a testagem massiva em abril de 2021, inicialmente os testes eram realizados de 14 em 14 dias, mas segundo a Resolução n.º. 1208/2021 de 19 de novembro, a testagem passou a realizar-se de sete em sete dias.

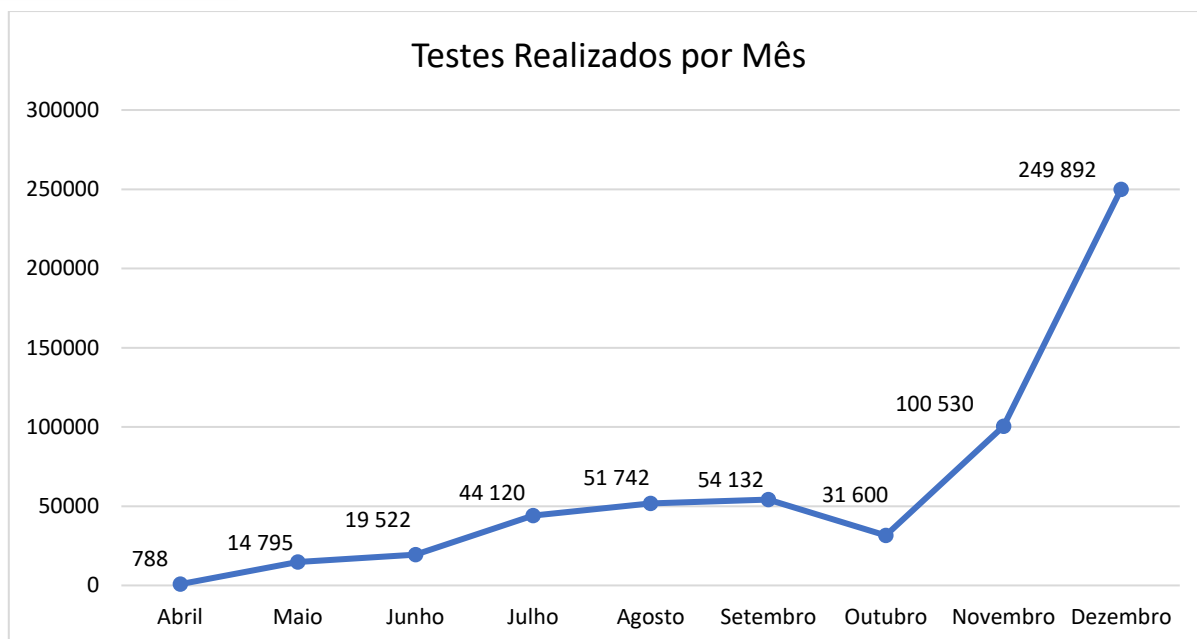


Gráfico 7 - N.º de testes realizados por mês

O Gráfico 33, indica o número de teste realizados por mês. Como demonstrado, ao longo dos meses o número tem crescido, registando o seu máximo em dezembro com 249 892 testes realizados.

14.2.2. Contexto da realização dos testes

Foram realizados testes em 7 contextos diferentes. Testes aos residentes da RAM, testes aos turistas que visitam a região, testes no Aeroporto, testes para os eventos, testes para as viagens inter-ilhas, segundos testes e visitantes.

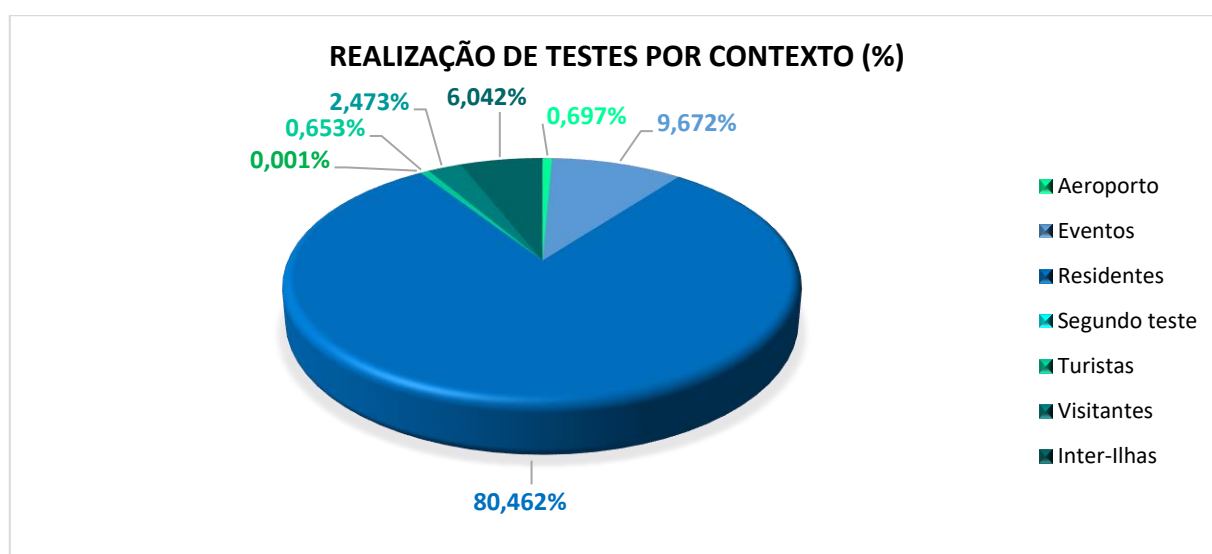


Gráfico 348 - Distribuição da realização de testes por contexto

Os testes aos residentes da RAM, contaram, claramente, com a maior percentagem de testes realizados, ou seja, com 80,462% dos testes, seguindo-se dos eventos, com uma percentagem de 9,672%.

O contexto com a menor percentagem de testes realizados, foram os segundos testes, apesar deste contexto ter uma percentagem abaixo dos 1%, indicam que o seu número foi muito residual comparado com os restantes contextos. Neste caso o segundo teste contou com 8 testes realizados, no último semestre de 2021.

14.2.3. Resumo – Testes Trag

Assim, no contexto pandémico vivido e dadas as políticas de contenção mitigadas e prevenção de doença no ano de doença de 2021, para combate à doença covid-19 foram realizados 1 197 982 testes conforme demonstrado na figura 28.

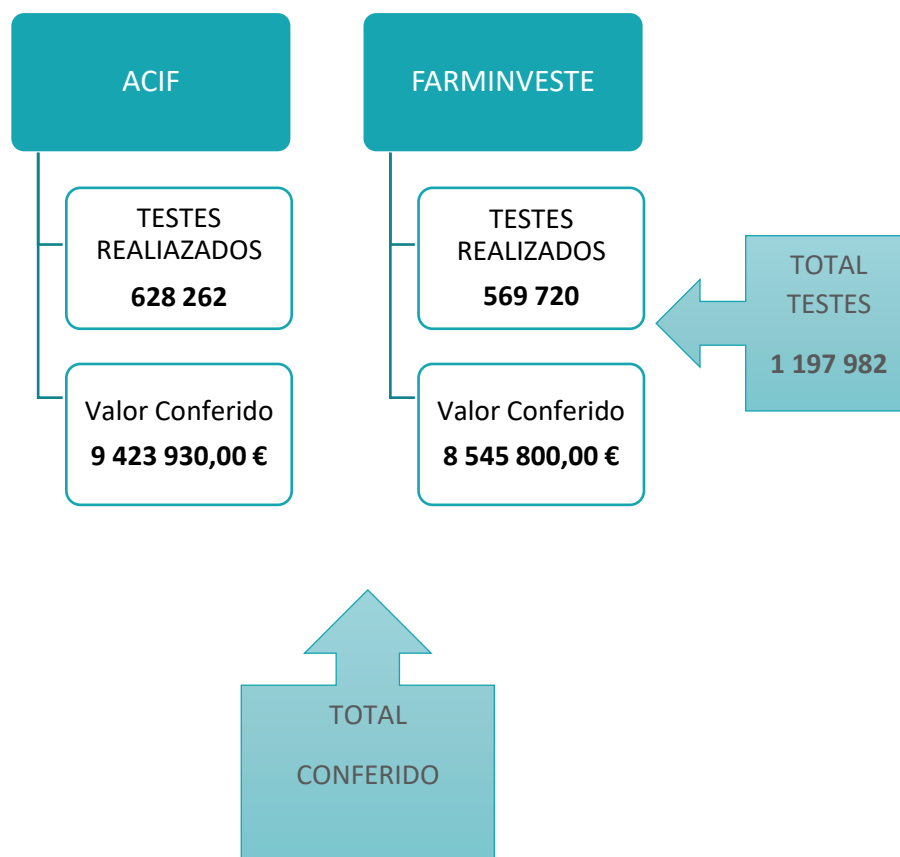


Figura 20 - Totais testes realizados pela ACIF e FARMINVESTE

15. Laboratórios

Face à necessidade de testagem aos passageiros provenientes do continente, o IASAÚDE, IP-RAM, celebrou contratos com 6 laboratórios, para a realização de testes RT-PCR e testes antigénio (TRAg), destinados aos passageiros que desembarcassem na RAM.

Segundo a Resolução do Conselho de Governo n.º 977/2021, de 14 de outubro, foi cessada a obrigatoriedade de apresentação de teste PCR-RT para os passageiros que desembarcassem na Região, passando a ser obrigatório a apresentação de comprovativo da realização de teste TRAg de despiste de infeção por SARS-CoV-2, com resultado negativo, realizado no período máximo de 48 horas antes ao desembarque, pelo que os contratos existentes foram ajustados neste sentido a partir de novembro de 2021.

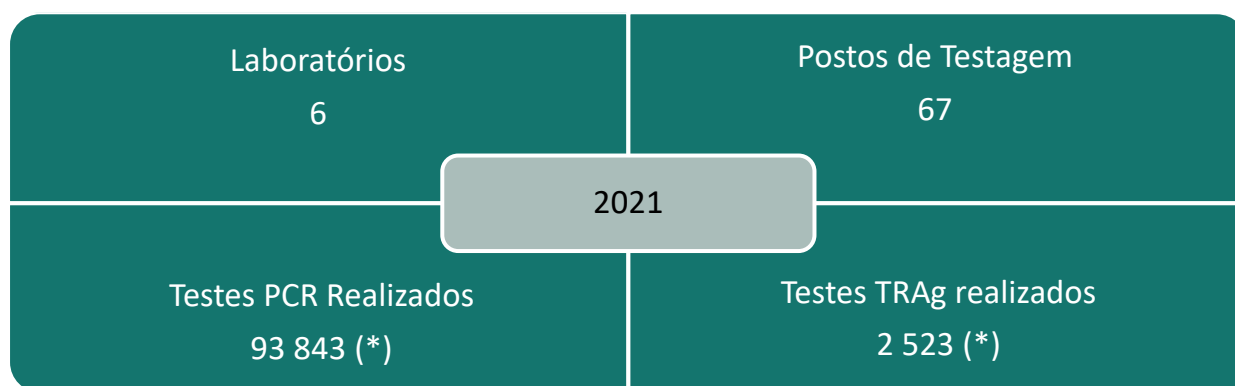


Figura 21 - Resumo Laboratórios

(*) Com base nos valores conferidos.

Da decorrência dos contratos estabelecidos, no ano em análise constamos que foram disponibilizados 67 postos de testagem no território continental e que os mesmos realizaram no espaço de execução dos referidos contratos um total de 93.843 testes PCR e 2.523 testes TRAg. Nota-se um volume de testes TRAg sem grande expressão, uma vez que a sua obrigatoriedade passou a acontecer a partir do mês de novembro de 2021.

15.1. Localização dos postos de testagem

Foram contratualizados 6 laboratórios, a saber, AD-ABC, Avelab, CEDOC, Labocentro, LAC-UC e Lumilabo, com um total de 67 postos de testagem espalhados pelo país, conforme descrito no gráfico mapa infra.

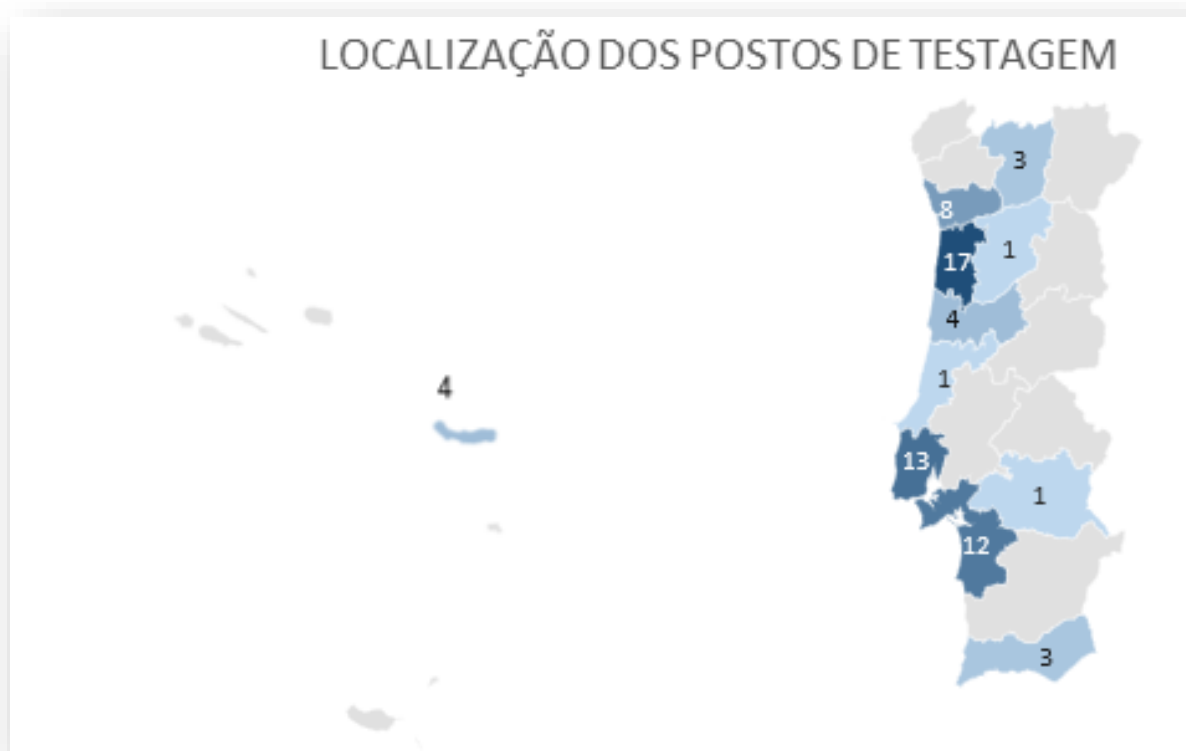


Gráfico 35 - Localização dos Postos de Testagem

De acordo com os prestadores os mesmos estavam divididos na seguinte forma:

- A AD-ABC tem 3 postos de testagem no Distrito de Faro;
- Avelab tem um total de 30 postos de testagem, 17 no distrito de Aveiro, 3 no distrito de Coimbra, 6 no distrito do Porto, 3 no distrito de Vila Real e 1 no distrito de Viseu;
- CEDOC tem 1 posto de testagem em Lisboa;
- Labocentro tem um total de 24 postos, 4 na Região Autónoma dos Açores, 1 no distrito de Évora, 7 no distrito de Lisboa e 12 no distrito de Setúbal;
- A LAC-UC tem 1 posto de testagem em Coimbra;
- Lumilabo tem um total de 8 postos de testagem, 1 no distrito de Leiria, 5 no distrito de Lisboa e 2 no distrito do Porto.

15.1.1. Testes PCR Realizados por laboratório

Como referido supra, até ao dia 1 de novembro de 2021, era obrigatório todos os passageiros apresentarem o Certificado Digital de vacinação ou teste RT-PCR realizado no máximo 72h anteriores ao desembarque, para poderem desembarcam na região.

Assim, ao longo do ano de 2021 foram realizados 93 843 testes RT-PCR nos vários laboratórios contratualizados, que abaixo se demonstra a sua distribuição por laboratório.

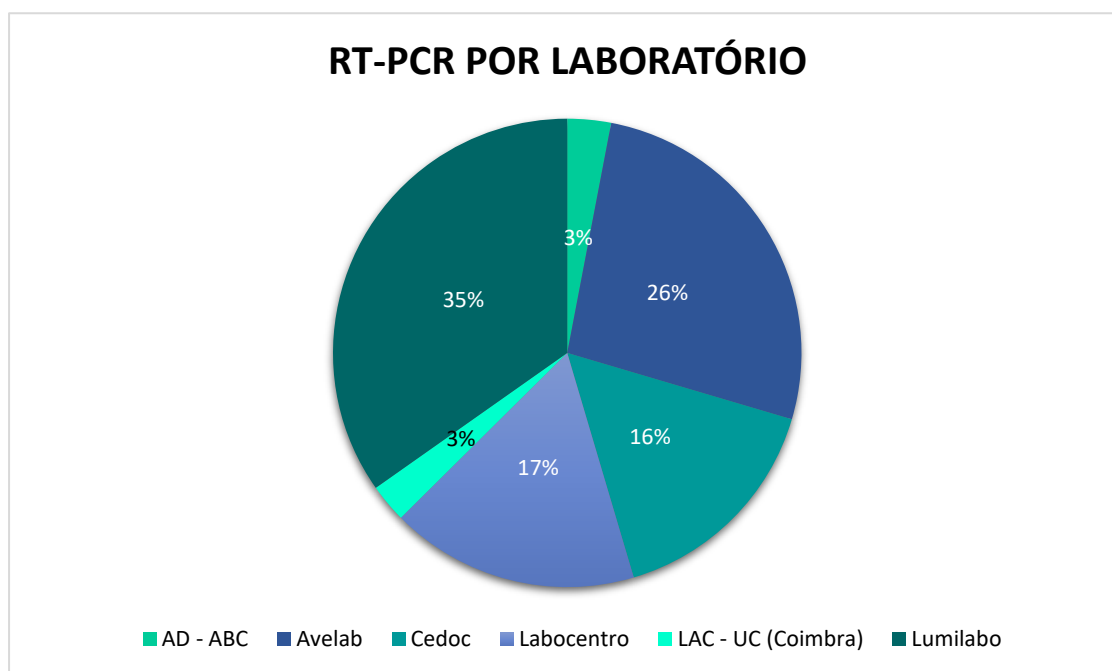


Gráfico 369 - RT-PCR por Laboratório

Verificou-se que o laboratório Lumilabo registou um maior número de testes PCR realizados, com 35%, seguindo-se a Avelab com 26% dos testes.

Num nível intermédio de execução ficaram os laboratórios Labocentro e CEDOC, com 17% e 16%, respetivamente.

Já com menos expressão no número de testes PRC realizados os laboratórios onde se realizou menos testes foram a AD-ABC e o LAC-UC, ambos com uma percentagem de 3%.

15.1.2. Testes TRAg realizados por laboratório

Como referido supra, a partir do dia 1 de novembro de 2021, passou a ser obrigatório o certificado digital de vacinação ou o teste antigénico (TRAg) realizado no máximo 48h anteriores ao desembarque, para poderem desembarcam na região.

Assim, verificou-se que nos 2 últimos meses do ano de 2021 foram realizados 2 523 testes TRAG nos vários laboratórios contratualizados, distribuídos, em termos quantitativos, da seguinte forma:

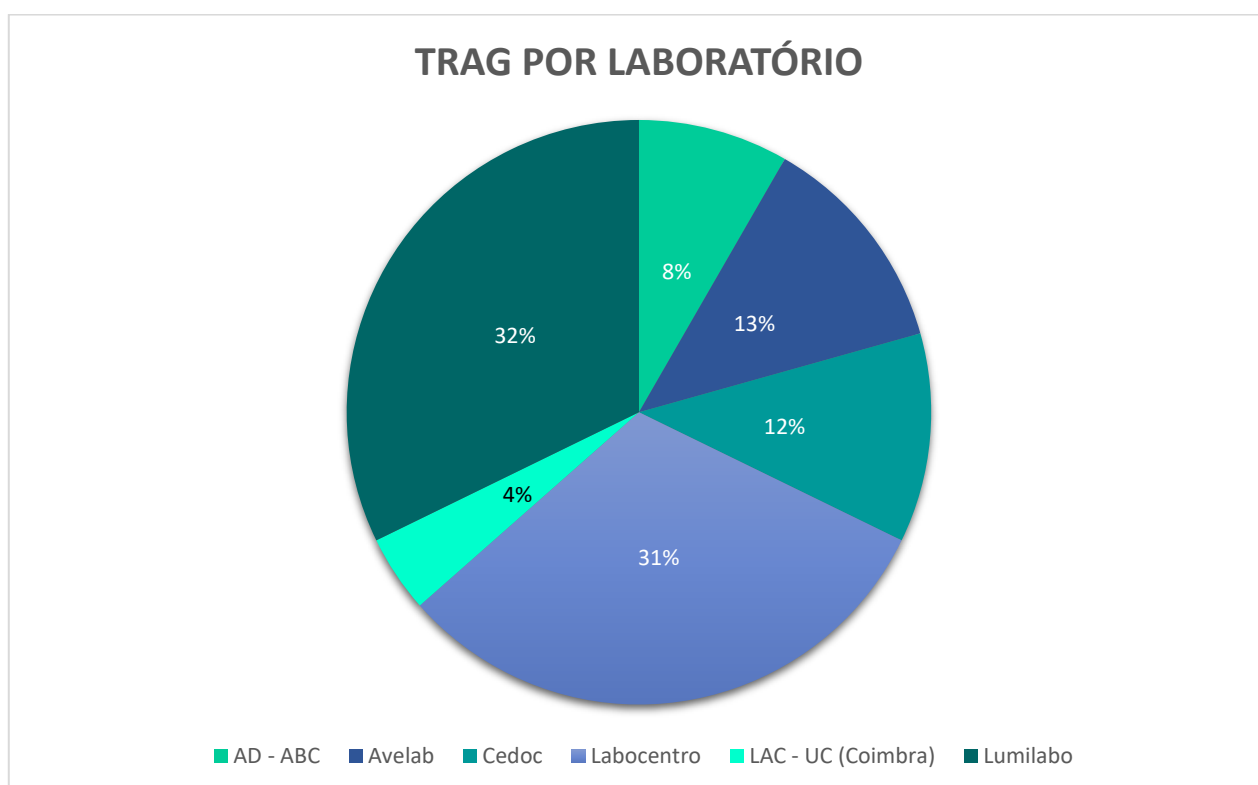


Gráfico 37 - TRAg por Laboratório

No Gráfico 37, observa-se a distribuição dos testes TRAg pelos vários laboratórios, tendo se concluído que foi a Lumilabo, o laboratório onde se realizaram mais testes, com 32% dos testes realizados, seguindo-se a Labocentro com 31% dos testes.

O laboratório onde se realizou menos teste foi a LAC-UC, com uma percentagem de 4%.

15.1.3. Resumo – Testagem

Na sequência do ponto anterior abaixo se ilustra o resumo, fruto da contratualização dos testes para mitigação da doença SARS-Cov-2.

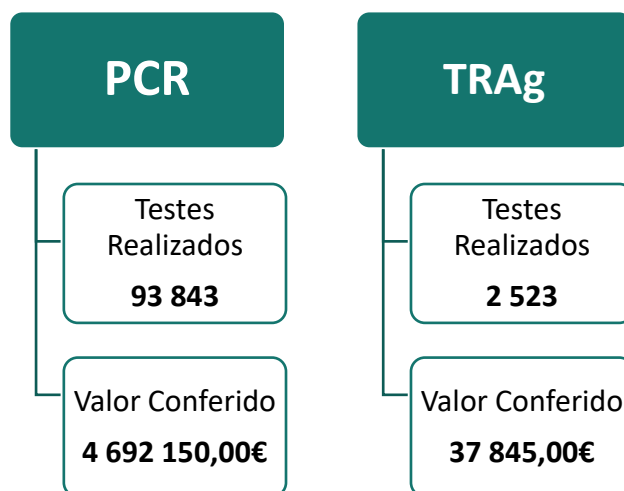


Figura 31 - Resumo PCR e TRAg

15.2. Hotéis

Considerando-se a necessidade de isolamento profilático dos visitantes e da população, o IASAÚDE, IP-RAM em parceria com algumas unidades hoteleiras da região, procedeu à contratualização de quartos em unidades hoteleiras da RAM, por forma a isolar casos positivos e / ou suspeitos da doença SRAS-CoV-2 dando continuidade à política de mitigação da doença. Segundo a Resolução do Conselho de Governo n.º 101/2020, de 14 de março, e todas as que procederam à continuação desta medida, tornou-se obrigatório o isolamento profilático a todos as pessoas que desembarcassem na região, pelo que foram elaborados contratos com 5 hotéis, em diferentes períodos do ano 2021.



Figura 32 - Hotéis Contratualizados

15.2.1. Resumo – Hotéis

Verificou-se que a média de dias de hospedagem do total das 2.201 pessoas hospedadas nas 5 unidades hoteleiras contratadas, ao longo do ano de 2021, em diferentes períodos, foi entre os 6 e os 7 dias, ocupando um total de 1.517 quartos. Para estes totais apurou-se um valor conferido rondando os 2.900.000,00€.

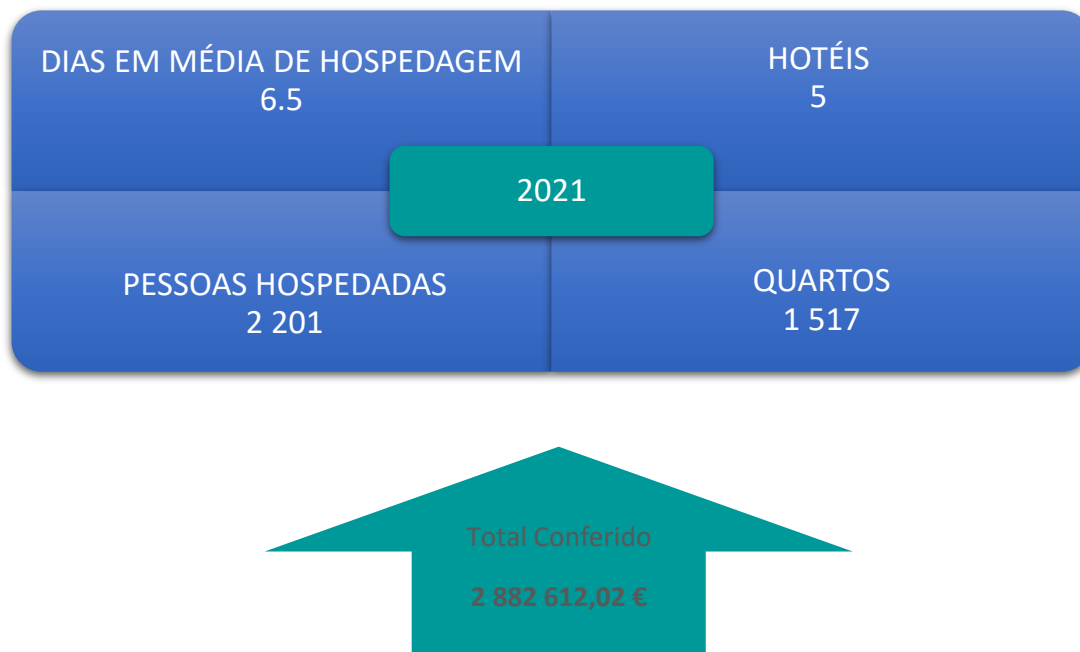


Figura 33 - Resumo dos Hotéis Contratualizado

16. Valores Conferidos Globais – DC

Em conclusão, apresenta-se abaixo a distribuição dos valores globais que representaram os totais conferidos nas áreas da dependência da DC.

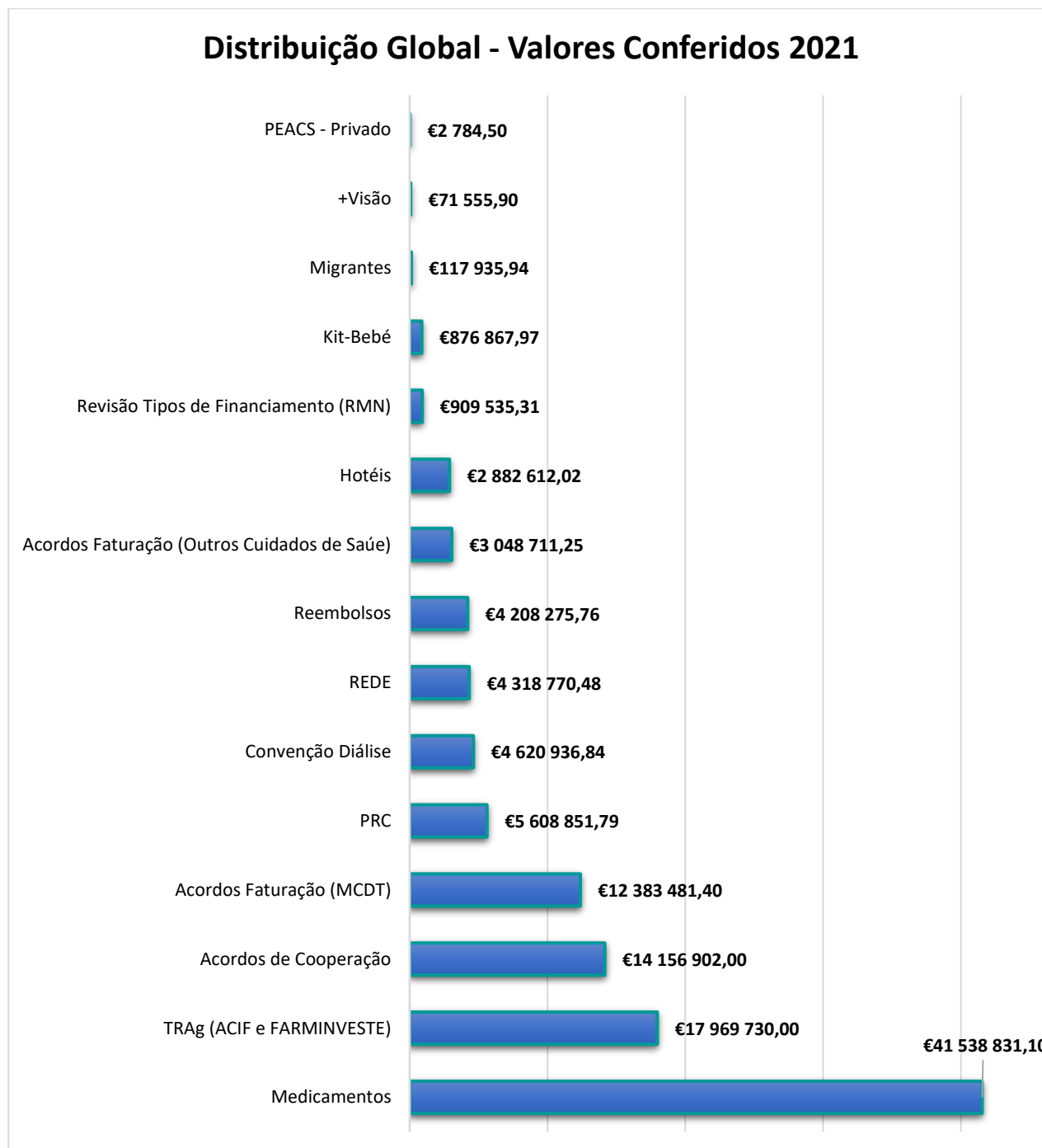


Gráfico 38 - Distribuição global dos valores conferidos 2021

